



Jaqueline Ferreira

O Partido dos Trabalhadores e os Núcleos de Base

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista como parte integrante dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof.Dr. Antonio Carlos Mazzeo



Marília
2008

Ferreira, Jaqueline

O Partido dos Trabalhadores e os Núcleos de Base / Jaqueline
Ferreira. – Marília, 2008.
163 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e
Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2008.

Bibliografia: f. 154-163

Orientador: Antonio Carlos Mazzeo

1. Democracia. 2. Socialismo. 3. Partido Político. I. Autor. II. Título.



Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília

O Partido dos Trabalhadores e os Núcleos de Base

Comissão Examinadora:

Dr. Antonio Carlos Mazzeo - orientador
(Universidade Estadual Julio de Mesquita
Filho - UNESP)

Dr. Marcos Tadeu Del Roio
(Universidade Estadual Julio de Mesquita
Filho – UNESP)

Dr. Mauro Luis Iasi
(Universidade Metodista de São Paulo -
UMESP)

Marília
2008

A todos a quem é negado o direito de conhecer.
A todos que tombaram na busca de romper com a lógica capitalista.
A todos que não desistiram no meio do caminho.

AGRADECIMENTOS

Se no retivermos ao significado da palavra veremos que agradecimento significa reconhecer algo com gratidão. Dessa forma esse momento se torna ambíguo, ao mesmo tempo que constitui-se em uma demonstração de gratidão a alguns, significa revolta contra um sistema. Reconhecer a participação de indivíduos no processo de construção da dissertação, como essenciais para sua concretização, significa o reconhecimento da organização social excludente e seletiva em que vivemos.

Como disseram certa vez em uma banca, os agradecimentos em grande medida nos servem como momento de desabafo sem rigor científico, portanto, sigamos em frente e façamos uso desse espaço.

De antemão tenho certeza que esquecerei alguém, e já peço desculpas. Isso não se deve a um menor grau de importância, mas tão somente ao fato de as lembranças voltarem a nossa mente na medida em que vivenciamos situação similar. Ao escrever estas linhas muitos sentimentos me escapam, fica aqui portanto minhas desculpas. Também vale ressaltar que a ordem de citação não significa escala de importância, parafraseando uma amiga, significa tão somente a maneira como as lembranças foram surgindo na mente.

Gostaria de agradecer a Prof^a. **Angela Maria de Souza Lima**, sem a qual não teria conseguido aulas que me permitissem, dentro dessa lógica capitalista ter dinheiro suficiente para viajar para o mestrado. Situação no mínimo irônica, pois até mesmo para desenvolver uma pesquisa crítica ao capital se faz necessário em alguns momentos se dobrar à sua lógica. Igualmente agradeço a Prof^a. **Kátia Regina Lemos**, que confiou e abriu espaço para que pudesse demonstrar a capacidade para dar aulas, mesmo não tendo grande experiência em sala.

Se o ponto de partida prático, sem o qual esse mestrado não teria acontecido se deve ao apoio da Prof^a. Angela e da Prof^a Kátia, o ponto de partida teórico se deve ao apoio do Prof^o **Ariovaldo de Oliveira Santos** que apesar da dureza, no fundo possui um grande coração. Ao longo dessa caminhada se tornou meu amigo querido, sempre pronto a ajudar mesmo que as vezes no afã de proporcionar condições para saltos qualitativos, tenha me levado as lágrimas. Sem sua ajuda penso que não teria chegado a esse momento, ajuda essa presente desde os primeiros passos, quando escrever uma única página constituía-se em um grande sacrifício.

Igualmente essencial são as presenças de meus **pais** e minha irmã **Rosalia**, que infindáveis vezes me emprestaram dinheiro para viajar, como também cuidaram da minha

filha com amor e responsabilidade para que a mãe pudesse continuar lutando. Nessa medida devo agradecer também ao meu **esposo Jorge** e minha **filha Mariana**, que sempre me incentivaram, mesmo quando não compreendiam muito bem o que estava fazendo, suportando as ausências, as crises existenciais e fornecendo o carinho que tanto precisava, pelo simples fato de perceberem que aquilo era importante para min.

Se essas pessoas significam o ponto de partida, ao longo da caminhada encontrei outras tão importantes quanto, que continuaram o trabalho de apoio. Nessa medida é necessário agradecer ao **Profº Eliel Machado** pela paciência em me ouvir e dialogar comigo em meus momentos de crise existencial, principalmente quando me sentia incapaz diante da tarefa que se apresentava. Ao **Profº Marcos Tadeu Del Roio** pela doçura com que sempre me tratou, e apesar de não possuímos um relacionamento cotidiano em todos os momentos em que estivemos juntos, mesmo quando aflorava minhas deficiências teóricas me tratou com o respeito que um verdadeiro marxista tem por aqueles que buscam arduamente romper com os limites que nos são colocados pela sociedade capitalista.

Em especial a **Profª Rosana Pereira Lopes**, mulher forte e justa, que não tem medo de enfrentar os desmandos dessa sociedade, situação na qual muitas vezes é magoada. Apesar de se dizer não marxista, possui atitudes mais marxistas do ponto de vista de identificação com a classe trabalhadora que muitas pessoas que se auto-intitulam marxistas. Podemos dizer a partir da perspectiva gramsciniana que embora a mesma não se reconheça assim, é de fato uma intelectual orgânica da classe trabalhadora.

Ao **Prof.º Eurelino Coelho**, que foi contactado através da internet por uma desconhecida, e mesmo assim se esmerou em enviar uma cópia digital de sua tese de doutorado, depois de diversas tentativas infrutíferas de consegui-la.

As “meninas” do programa de **Pós-graduação da UNESP de Marília**, em especial **Aline** pela paciência e educação sempre se esforçando para resolver nossos problemas.

A **Fundação Perseu Abramo**, em especial ao **Maurício** que abriram suas portas para essa pesquisa, sempre com muita atenção e cordialidade.

As diversas amizades forjadas nesse processo, **Érika** companheira de viagens e angústias, **Anaís** pela doçura de menina me liberando das diversas reuniões ao longo do ano para proporcionar um tempo maior de estudos, **Marcela** pelos vários debates sobre nossas frustrações, quando buscávamos juntas não nos deixar rotular como teoricamente frágeis e nos apoiávamos mutuamente na busca de lutar contra os rótulos sociais, ao afirmar mais para nós mesmas do que para os outros que não existem iluminados, somente o fato de que no

desenrolar histórico alguns possuem mais oportunidades que outros, lógica dessa sociedade desigual.

Ao meu orientador, **Profº Antonio Carlos Mazzeo**, com quem gostaria de ter convivido mais. Acredito que a distância impossibilitou que minha sede de conhecimento fosse saciada - embora acredito que a saciedade nunca se dará - mas poderia ter sido minimizada por uma convivência mais próxima.

Mas apesar de todas essas pessoas importantes e tantas outras que não cito aqui, esse trabalho agradece principalmente, essencialmente a todos a quem é negado o direito de conhecer, que nos consideram extremamente inteligentes por termos atingido um título de mestre e em sua “inocência” não sabem que isso só é possível porque lhes é negado o mesmo direito. Ao homem do povo que não tem consciência de sua força, e por isso não se levanta para combater suas misérias.

... as promessas que não se cumpriram, os sonhos que não se realizaram ou os projetos que não tiveram êxito não são menos importantes do que aqueles que triunfaram. Eles talvez possam nos dizer muito sobre o presente e, desde que não se tornem mero objeto de nostalgia, podem também ser incorporados em projetos futuros.

Tânia Maria Marossi

... Não admitam que ninguém acredite em nada que não compreenda. Assim se produzem fanáticos, se desenvolvem inteligências místicas, dogmáticas, fanáticas. E quando alguém não compreende algo, não parem de discutir com ele até que compreenda, e, se não compreende hoje, compreenderá amanhã, compreenderá depois de amanhã, [...]. Que ninguém vá a nenhuma escola revolucionária para ser doutrinado. Que ninguém se deixe doutrinar, que ninguém aceite absolutamente nada que não compreenda. Que vá educar-se, aprender a pensar, aprender a analisar, a receber elementos de juízo que compreenda

Fidel Castro, 1 de dezembro de 1961

RESUMO

O estudo desenvolvido teve por finalidade analisar o Partido dos Trabalhadores, em sua dinâmica interna à luz da luta de classes na sociedade brasileira. A perspectiva de análise que procuramos desenvolver é que já em sua fundação se apresentava um caráter problemático do programa petista. Problemático na medida em que tenta conciliar em seu interior uma proposta de atuação voltada para o reforço dos laços com as lutas populares, rompendo com os padrões conhecidos de organização partidária no Brasil, mas preso a um nível de consciência contingente por parte de suas lideranças e tentando conciliar em seu interior a ampla gama de ideologias distintas que o compõem, situação que se reflete na objetivação de seu Programa Partidário. Neste sentido, a análise se concentrou em seu período de fundação, na busca das mediações existentes nesse período de eclosão espontânea da classe trabalhadora. Nosso entendimento é que o Partido dos Trabalhadores possuía um projeto político latente nos Núcleos de Base que vinha de encontro as perspectivas de construção de uma democracia socialista. Buscamos assim, entender essa potencialidade e o jogo de forças no interior do partido com a vitória de um grupo que acabou condenando esse projeto ao fracasso. A efetivação do projeto dos núcleos de base trazia consigo o ideal de centralismo democrático, que se levado a efeito, poderia realmente ter rompido com a tradição política no Brasil, abrindo novas trincheiras para a luta dos trabalhadores.

Na medida em que o projeto de democracia pelas bases, através dos núcleos é derrotado, o partido caminha para a institucionalização, trabalhando dentro da lógica da democracia representativa.

A análise permite compreender porque a tendência Articulação, surgida em um primeiro momento como tentativa de antitendência, tendo como objetivo, ao menos declarado, evitar que grupos internos se arrogassem o direito de estar acima do PT, acaba assumindo a liderança na disputa pelo aparato burocrático do partido, reforçando em suas fileiras, uma perspectiva democrática representativa.

INTRODUÇÃO	11
I PARTE - O CONCEITO DE DEMOCRACIA	15
CAPÍTULO 1 - DEMOCRACIA LIBERAL E DEMOCRACIA SOCIALISTA	16
<i>1.1 Apontamentos sobre a questão do Partido em Rosa Luxemburg, Vladimir Lênin e Antonio Gramsci: distanciamentos e aproximações.</i>	<i>21</i>
<i>1.2 A perspectiva de construção da Democracia Socialista.</i>	<i>45</i>
1.2.1. Os Conselhos de Trabalhadores como forma de viabilizar a Democracia Socialista na perspectiva de Rosa Luxemburg e Vladimir Lênin.	46
1.2.2. Antonio Gramsci e a construção da Democracia Socialista.	60
II PARTE - A DEFESA DEMOCRÁTICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: DEMOCRACIA LIBERAL OU DEMOCRACIA SOCIALISTA?	70
CAPÍTULO 2 - O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A REALIDADE BRASILEIRA	71
<i>2.1 Notas sobre o Estado Brasileiro</i>	<i>72</i>
2.1.1. O milagre e sua crise	78
<i>2.2 Documentos de fundação do Partido dos Trabalhadores – PT: uma visão de sua gênese.</i>	<i>80</i>
<i>2.3 Um Partido construído pelas bases: A especificidade do Programa do Partido e dos Estatutos.....</i>	<i>102</i>
2.3.1. Tarefas práticas do partido.....	107
CAPÍTULO 3 - OS NÚCLEOS DE BASE E SEU POTENCIAL DE CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIALISTA	110
<i>3.1 A Estrutura de Funcionamento como Fator de Enfraquecimento dos Núcleos</i>	<i>123</i>
<i>3.2 A influência das eleições de 1982 na desagregação dos Núcleos</i>	<i>128</i>
CAPÍTULO 4 - O 3º ENCONTRO NACIONAL: AINDA UM ESPAÇO DE DISPUTA	134
<i>4.1 As discussões sobre o Regimento Interno e sua consolidação.....</i>	<i>134</i>
4.2.1. A ruptura popular: o projeto político do PT.....	140
4.2.2. PT/84: avançar na luta.	141
4.2.3. Tese para a atuação do PT – aprovada como tese guia.	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
FONTES	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154

INTRODUÇÃO

O movimento de massas que eclodiu, nos meses de maio e junho de 1978 na indústria automobilística, marcou o ressurgimento da ação grevista no Brasil. Como afirma Antunes, apesar de o movimento possuir uma raiz econômica, as Greves de Maio assumiram uma nítida dimensão política e o reaparecimento do “coletivo de uma classe após anos de opressão”.

Os desdobramentos políticos desse movimento levará à idéia de construção de um partido que representasse efetivamente os trabalhadores, rompendo com a lógica partidária brasileira. Nasce assim a idéia de construção do Partido dos Trabalhadores (PT).

O PT nasce como partido de contestação da ordem existente, mas permeado de contradições. Coloca como bandeira de luta a Democracia, mas inserida em um quadro de ambigüidades. Propala a busca por uma democracia exercida pelas massas, com poder de decisão sobre o econômico e social, contudo superestima a consciência política dos trabalhadores e cria uma armadilha, que acarretará uma mudança em toda a configuração do partido, de agente de conscientização para agente de representatividade política dos trabalhadores, se aproximando assim do ideário democrático burguês.

O presente trabalho se volta ao exame do processo de fundação do PT e avança até o 3º Encontro Nacional (1979-1984), na busca de compreender suas potencialidades e limites. O recorte temporal se justifica na medida em que a questão central de nossa pesquisa são os núcleos de base do partido e seu poder de decidir os rumos do partido, poder esse que em nosso entender existia como potencialidade na fundação do partido, potencialidade essa que não se concretizou sendo definitivamente “condenada” no 3º Encontro Nacional.

O fio condutor de nossa pesquisa, ou seja, a relação dialética do PT com seus núcleos de base possui papel importante na rotação do partido em direção a atuação parlamentar como eixo norteador de suas ações, e consequentemente seu desenvolvimento como “partido eleitoreiro”.

Sendo assim entendemos como essencial a compreensão da propalada “democracia pelas bases”, expressão que em nosso entendimento se amarra diretamente à questão do centralismo democrático, considerado como uma forma extrema de democracia representativa.

Esse entendimento nos leva diretamente à discussão da atuação do partido como organizador do movimento, e, dessa forma na Parte I desse trabalho efetuamos um resgate

dessa questão nos clássicos, mais especificamente em Rosa Luxemburg, Vladimir Lênin e Antonio Gramsci. A escolha desses autores não se dá ao acaso, encontramos nos três teóricos, a despeito de suas divergências sobre o papel do partido no interior do movimento, a crença na positividade de um movimento que se organizasse pelas bases, com uma nova estrutura de Estado se formando no interior do Estado burguês, na busca de criar condições para que o proletariado efetivamente exercesse seu poder político em um futuro Estado de transição socialista nos moldes marxistas. Encontramos também nestes autores a organização pelas bases como uma potencialidade para evitar o burocratismo no interior do movimento operário.

Em um primeiro momento buscamos resgatar a concepção de partido e suas funções como organizador do movimento. Em um segundo momento, abordaremos como esses pensadores entendiam a relação do partido com as bases, utilizando-nos para isso das experiências dos Conselhos de Fábrica na Alemanha, os Soviéticos na Rússia e a experiência dos Conselhos na Itália. É preciso salientar no entanto, que o objetivo não foi resgatar a história desses movimentos – embora para contextualizar em determinados momentos isso se faça necessário – nem seus sucessos ou fracassos, mas sim resgatar como os teóricos utilizados entendiam esses movimentos e quais suas expectativas em relação a eles. Entender as potencialidades vistas nessas experiências, nos fornecerá instrumental teórico para compreender melhor a relação do PT com seus núcleos de base.

Estamos cientes que a análise dos pensadores utilizados em relação aos Conselhos e Soviéticos não está centrada no partido, mas fora dele, situação diversa dos Núcleos de Base, no entanto o suporte teórico fornecido nos permite a apropriação do pensamento para efetuar a análise dessa relação no interior do partido.

Na Parte II o trabalho se debruça especificamente sobre o Partido dos Trabalhadores – PT, sendo que no Capítulo 2 o trabalho aborda o conflito de classes existente na sociedade brasileira, bem como o caráter da burguesia no Brasil, que busca por todos os meios reprimir os avanços da classe trabalhadora, com uma elite dirigente, que protelou as reformas capitalistas, e uma classe trabalhadora com profundos limites no que concerne ao desenvolvimento de sua consciência de classe, fruto da própria realidade concreta na qual encontra-se imersa. Essa questão é fundamental para entender as alternativas, potencialidades e limites que se colocam, desde o início, ao PT.

Nesse sentido buscamos apreender o surgimento do PT, em uma realidade concreta, marcada pela revitalização progressiva da classe trabalhadora brasileira em seus protestos e reivindicações, a partir dos anos 1970, com o esgotamento do “milagre econômico”.

Permeando essa revitalização da classe trabalhadora, está a burguesia brasileira se recompondo diante dos conflitos, pela via institucional.

À luz dessa construção buscamos apreender a interpretação que o partido faz em seus documentos dessa realidade e como busca se construir como alternativa para a classe trabalhadora, suas potencialidades e seus limites.

Nesse sentido, concluímos o referido capítulo examinando através do Programa do Partido e do Estatuto, como se consolidou objetivamente a atuação do partido na organização do movimento.

No terceiro capítulo nos debruçamos principalmente sobre a relação das instâncias partidárias com os núcleos de base. Na medida em que o objetivo principal deste trabalho é examinar se existia a potencialidade no projeto de nucleação de uma construção democrática da perspectiva socialista, constitui-se esse momento de vital importância para o entendimento posterior do trabalho.

No quarto capítulo analisamos especificamente o 3º Encontro Nacional ocorrido em 1984. Neste momento o PT já possuía a experiência do processo eleitoral de 1982 e já havia vivenciado o funcionamento de sua estrutura por quase três anos. As conseqüências do espontaneísmo presente no PT desde o seu surgimento, desempenharão um forte papel nos desdobramentos da atuação do partido, principalmente após as eleições de 1982; acreditava-se durante as eleições que, o fato de ser “(...) bem diferente (...) dos demais partidos, sem promessas eleitoreiras e com um programa identificado com os anseios populares, poderia atingir grande parcela do eleitorado”¹, e não se levou em consideração toda a ideologia burguesa que perpassa a classe trabalhadora. A autocrítica diante dos resultados das eleições, que poderia se transformar em um momento de aprofundamento de análise, se perde, reforçando as ambigüidades na forma de atuação do partido.

Diante da surpresa com o que considerou uma derrota eleitoral, tenta se reestruturar, buscando atingir os trabalhadores. A análise feita não apreende a necessidade de conscientização da massa, para a luta em busca da emancipação da classe trabalhadora. Inverte-se a questão, o partido fica preso somente aos meios para atingir os trabalhadores em suas percepções imediatas.

No entanto, as discussões que antecedem o 3º Encontro Nacional, demonstram ainda uma disputa, embora inseridas em um quadro de clara desmobilização das bases. Apesar

¹ Fundação Perseu Abramo. Partido dos Trabalhadores: Trajetórias.(2000).

disso, as deliberações no 3º Encontro Nacional demonstraram que a linha adotada desde o início permanece e se consolida.

É importante ressaltar que em determinados momentos estaremos questionando as decisões tomadas nos Encontros analisados. Quando isso ocorre, não estamos contestando a legitimidade das decisões tomadas, legitimidade aqui entendida como decisões regulamentadas pela estrutura burocrática do partido. Nossa análise tenta ir para além disto, ou seja, mesmo que as decisões tenham sido tomadas levando em consideração a estrita observação legal dos Estatutos, Regimentos, Legislação, etc., será que elas efetivamente davam respostas a proposta do partido de se construir pelas bases?

Como forma de viabilizar essa pesquisa, optamos por trabalhar a partir de documentos do partido, a saber os documentos pré-PT e os produzidos para e pelos Encontros Nacionais do PT no período de 1979 a 1984 compreendendo do 1º Encontro Nacional ao 3º Encontro Nacional.

Buscar os direcionamentos dados para a atuação do PT, analisando seus nexos internos, significa ir além da retórica que aponta seus erros e acertos. Significa a tentativa de compreensão desses momentos, na busca de identificar as potencialidades desperdiçadas, para como bem definiu Lagoa, não cometer os mesmos erros.

Quando se pretende trabalhar com documentos não devemos fazer a escolha dos mesmos de forma aleatória. Como nosso propósito era uma análise do PT nacionalmente, definimos que a melhor maneira de explorarmos essa questão seria a partir dos documentos dos Encontros Nacionais, visto os mesmos representarem um processo de síntese das discussões regionais, como também o espaço onde se daria a deliberação máxima.

Apesar de estarmos conscientes que os documentos não dão conta de toda a dimensão do assunto que tentamos abordar, não se pode negar que constituem uma fonte estável e rica de informações, surgem em um determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto sem a influência dos acontecimentos posteriores, uma vez que são um fonte de informações não-reativa.

Não obstante é preciso ficar claro que apesar de constituírem-se em uma fonte repleta de informações, avançar na análise significa necessariamente a continuidade da pesquisa para além dos marcos desta dissertação.

I PARTE - O CONCEITO DE DEMOCRACIA

CAPÍTULO 1 - DEMOCRACIA LIBERAL E DEMOCRACIA SOCIALISTA

Apesar da imensa variedade de análises sobre o surgimento do PT, uma questão é consenso entre pesquisadores do assunto. A gestação do PT está no movimento grevista do final da década de 1970 e início da década de 1980, considerado o marco da revitalização reivindicatória após anos de opressão.

Nasce lutando contra a ditadura militar, na defesa da abertura política, portanto defendendo a democracia. Quando falamos que o PT nasce defendendo a democracia, uma questão já se coloca de imediato, a necessidade de compreender o próprio conceito.

Se analisarmos como os diversos grupos sociais ao longo da história se conciliaram com o termo Democracia e seus pressupostos, podemos perceber que Democracia se refere muito mais a “um conjunto de regras e procedimento para a Constituição de um Governo e para a formação das decisões políticas [...] do que uma determinada ideologia”² Assim a expressão Democracia é compatível com doutrinas de diverso conteúdo ideológico, mesmo que a aceitação de regras como a solução pacífica dos conflitos sociais, revezamento da classe política e tolerância, entre outros, sejam elementos cuja presença se faça necessária em qualquer ideologia que a adote.

Para este trabalho iremos abordar a discussão sobre Democracia que se deu ao longo do século XIX, polarizada pelas doutrinas políticas dominantes dessa época, o liberalismo e o socialismo³.

Dentro da perspectiva liberal o Estado reconhece e garante alguns direitos fundamentais, como liberdade de pensamento, religião etc., e a Democracia é representativa, ou seja, o dever de fazer leis não é de todo o povo “reunido em assembléia”, mas de um corpo de representantes eleitos pelos cidadãos que possuem seus direitos políticos reconhecidos. “Nesta concepção liberal da Democracia, a participação do poder político [...] é resolvida através de uma das muitas liberdades individuais que o cidadão reivindicou e conquistou contra o Estado absoluto.”⁴ Na perspectiva liberal de Democracia, o ponto em destaque é a participação livre como expressão e resultado de “todas as outras liberdades”, portanto não pode existir Democracia sem o reconhecimento de alguns direitos fundamentais

²BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. PAQUINO, G. Dicionário de Política. Vol.1. Brasília: UNB, 12ª ed., 1999.p.326.

³Quando falamos de socialismo neste trabalho estamos nos reportando especificamente a teoria marxista, sem nos ater a corrente de pensamento denominada socialismo utópico.

⁴Ibid.,p. 324.

de liberdade que torna possível uma participação política autônoma, essa autonomia é ligada à vontade de cada indivíduo, ou seja, a liberdade individual. Resumindo podemos dizer que a Democracia de cunho liberal tem como traço distintivo a fundamentação jurídica da liberdade. Para Marx a República Democrática burguesa sanciona o poder da burguesia, mas ao mesmo tempo retira as garantias políticas desse poder, impondo-lhes condições que a todo momento contribuem para a vitória da classe que lhe é hostil, colocando em risco as bases da sociedade burguesa.⁵

A formação econômica capitalista engendra ordenamentos políticos que são tendencialmente autocráticos, podendo mesmo chegar à instauração de políticas fascistas, no entanto quando pode integrar ordenamentos que não sacrifiquem substancialmente os direitos e garantias burguesas, abre-se uma etapa para a institucionalização da democracia liberal.

A decisão em favor de um ou de outro ordenamento [...] resultou sempre da mediação política engendrada pela concorrência e múltiplas contradições, conflitos e luta de classes [...] e seus agentes políticos [...] Na medida em que os ordenamentos políticos possíveis não colocavam em risco próximo e visível o cerne mesmo do sistema, este integrava e se articulava com aquele que se impunha como expressão da correlação de forças sociais em presença [...] ⁶

Correndo o risco de simplificar uma questão deveras complexa, podemos dizer que a diferença básica entre o conceito liberal e o conceito socialista de Democracia está no fato de que para o liberalismo o sufrágio universal é o ponto de chegada do processo de democratização, enquanto para o socialismo é apenas o ponto de partida. Para o socialismo o ideal democrático é um elemento integrante e necessário enquanto reforço da base popular do Estado, sem esse reforço as transformações necessárias na sociedade não caminhar para a transformação socialista não seriam possíveis, no entanto a essência do socialismo pressupõe revolucionar as relações econômicas e não apenas as relações políticas. Além do sufrágio universal é necessário fazer a crítica à Democracia apenas representativa, retomando a questão da Democracia direta através da participação popular também no controle do poder que deveria se dar a partir de baixo, se estendendo dos órgãos de decisão política aos órgãos de decisão econômica, como passagem do auto-governo para a autogestão. A crítica do

⁵Ver: MARX, K., As lutas de classes na França de 1848 a 1850

⁶PAULO NETTO, J. Democracia e transição socialista: escritos de teoria política. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1990. p.74.

liberalismo à Democracia direta, bem como a crítica do socialismo à Democracia representativa estão diretamente ligadas aos pressupostos ideológicos relacionados a estas orientações.

Falar em Democracia socialista significa romper com a perspectiva liberal de democracia, significa trabalhar com a idéia de supressão da distinção de poderes, onde os órgãos de trabalho não sejam meramente parlamentar mas englobem a um só tempo o executivo e legislativo estendendo o sistema a todos os órgãos que no interior da democracia liberal permanecem relativamente autônomos e não representativos, como por exemplo o exército, a magistratura e a burocracia. No entanto isso só poderia ser feito através de conselhos municipais eleitos por sufrágio universal, descentralizando ao máximo as próprias funções através das comunas⁷

Assim sendo um questionamento se faz necessário!

Como passar de um ideário burguês democrático para um ideário democrático socialista? Essa questão está no cerne do processo de construção e consolidação do PT. Assim sendo resgataremos a relação entre democracia representativa e democracia direta, para posteriormente retornarmos ao nosso objeto de pesquisa, ou seja, o PT.

Segundo Cerroni, a política do movimento operário é filha da luta de classes e o socialismo perde sua conotação científica, porque ou prevalece o empirismo da luta cotidiana ou a auto-suficiência do dirigente político que tende a se considerar o portador da verdade. Desta forma ou a prática é exaltada como teoria ou nos iludimos pensando que basta oferecer “alma” à classe. Nas duas situações, o intelectual desaparece do movimento, não os intelectuais entendidos como uma camada social, mas o elemento intelectual da luta.

A burguesia pode exercer-se de diversas formas políticas, mesmo através da democracia política, sendo assim a

ditadura de classe [...] não define uma particular forma de governo, mas sim um arranjo sócio-econômico. Portanto se não se deduz que também a ditadura do proletariado, compreendida como arranjo sócio-econômico, pode se exercitar em diferentes formas políticas, não se exclui – em principio – a democracia política. [...] O Estado socialista é de fato um Estado de transição em direção à nova sociedade sem Estado: é, portanto, uma organização de regulação e coação social exercitável ainda somente através de formas políticas, aquelas formas alienadas ou externas com as

⁷Ver MARX, K. As Lutas de classe a França de 1848 a 1850.

quais a sociedade é obrigada a se dirigir enquanto não encontrar no comunismo desenvolvido a autogestão direta dos produtores. Durante todo um longo período o Estado será, em suma, a organização geral desta mesma sociedade socialista, e as formas políticas caracterizarão portanto a gestão da coisa pública.⁸

As formas coativas de gestão social perecerão gradualmente conforme emergir a autogestão direta dos produtores, que ocorrerá com uma expansão da democracia representativa para formas de democracia direta, ou seja, **com as formas de representação política controladas, de baixo, e não em formas de participação popular direta.**

Esse processo não se pode dar através de uma contraposição radical das duas formas de democracia, pois a democracia direta integral é, na realidade, o fim da própria democracia como uma forma de transformação geral que leve à extinção do Estado. Enquanto esse ponto final não for alcançado, a mediação política será necessária, sendo portanto necessárias as representações e delegações de poderes.

É essencial que a revolução socialista consiga passar da igualdade formal à igualdade real, mas esse processo é longo se não quisermos deixar de lado a distinção entre fase socialista e fase comunista.⁹ A crítica abstrata do formalismo das liberdades políticas e dos direitos resultaria na instauração de um socialismo com formas políticas elitista e autoritária

a teoria da ditadura do proletariado resulta em uma teoria da primazia carismática do partido [...] como selecionadores autoritários da elite[...] O verdadeiro problema do socialismo contemporâneo torna-se, assim, aquele de construir [...] um modelo de Estado no qual a passagem para o autogoverno integral dos trabalhadores se baseie na expansão da democracia política, isto é,

⁸CERRONI, Umberto. Teoria do Partido Político. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.p.60

⁹Quando falamos em igualdade formal nos reportamos a equalização legal que faz da igualdade jurídico-formal o fundamento da cidadania “a faculdade individual de dispor-se de si mesmo” e entendemos por igualdade real a igualdade em face dos meios de produção,ou parafraseando Marx “de cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo suas necessidades” que corresponderia à fase comunista onde seria conferido um tratamento realmente igual aos indivíduos desiguais, pois na construção marxiana tratar desiguais como iguais significa perpetuar a desigualdade (Ver Marx: Crítica ao Programa de Gotha). Outrossim entendemos por socialismo a concepção de Marx e Engels do processo histórico de negação do capitalismo através de um longo processo revolucionário onde o proletariado transformaria a sociedade, transformando assim a si mesmo, desenvolvendo sua própria identidade positiva, o comunismo, ou seja, o socialismo seria a primeira fase que sucederia a sociedade capitalista, teria ainda as marcas de sua origem mas com um Estado proletário e a distribuição baseada não mais na propriedade mas de acordo com o trabalho feito. O desenvolvimento das forças produtivas sob esta nova ordem no entanto suprimirá os limites impostos pelo passado capitalista, atingindo um estágio superior, o comunismo, com a superação do Estado e a distribuição baseada na necessidade atingindo a organização social onde a igualdade é real,onde a divisa é “de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades.Ver BOTTOMORE: 2001, MARX: 1991, PAULO NETO: 1990.

na progressiva combinação da democracia representativa com a democracia direta, de modo a desenvolver cada liberdade (salvo a de apropriação privada do produto social) e cada forma de participação. [...] Os tempos e as formas desta ação combinada serão marcadas pelo critério essencial da conquista do consenso, no pressuposto, aqui de todo subentendido, de que o socialismo contemporâneo não é tanto um programa doutrinário a ser aplicado¹⁰

A república democrática da igualdade formal é ao mesmo tempo o “melhor invólucro do capitalismo e o melhor terreno de luta do movimento socialista.”¹¹ Partindo-se dessa idéia, vê-se que o problema não é de pura e simples adesão do movimento socialista aos procedimentos da democracia política, mas a própria democracia política. A questão está em definir se a democracia se estabelece como um processo de transmissão de poder ou como canal capaz de criar condições para o desaparecimento da necessidade do mesmo.

Aqui, todavia, começam a desaparecer as condições que a tornam necessária, pouco a pouco difundindo-se à socialização dos meios de produção. **Se a este processo não corresponder um processo de socialização do poder, certamente ter-se-á um socialismo defeituoso.** [...] o problema da mediação da democracia política dentro do socialismo é também o problema da mediação do socialismo dentro da democracia política. Trata-se, obviamente, de um grande problema que exige uma rigorosa análise [...] Sua solução [...] necessita de reflexões científicas profundas e de iniciativas políticas corajosas. Tem, sobretudo, necessidade de colocar um fim a sua fase infantil e imitativa do dogmatismo repetitivo e do pensamento sectário¹²

Acreditamos que essa análise passa pela retomada de construções teóricas que, no marxismo, foram apropriadas, muitas vezes dogmaticamente. Nossa hipótese de trabalho é que as questões de socialização do poder e o papel da democracia nesse processo - entendida dentro da perspectiva socialista – a despeito das diferenças existentes, estão presentes no pensamento de Rosa Luxemburg, Vladimir Lênin e Antonio Gramsci, bem como existia enquanto potencialidade no processo de fundação do PT através do núcleos de base. Analisar mesmo que sucintamente o pensamento desses autores, constitui-se portanto em um rico

¹⁰CERRONI: op.Cit.,, p.61, 62.

¹¹Ibid.,p.66.

¹²Ibid.,p. 67,68. grifo nosso

cabedal teórico que nos permitirá a análise do Partido dos Trabalhadores, de suas potencialidades e limites.

Como nos diz José Paulo Neto¹³ a luta pela democracia foi tema de intensa polêmica no movimento socialista revolucionário durante o final do século XIX e início do século XX, e acreditamos que retomar essa polêmica nos permitirá interpretar o processo histórico de transformação do PT. Acreditamos que suas análises continuam a fornecer subsídios que nos permita pensar o processo de transformação do PT, a despeito de todas as transformações históricas ocorridas ao longo do século XX.

No entanto é preciso que fique claro que em momento algum pretendemos identificar se o PT se constituía enquanto partido dentro dos parâmetros teorizado por esses pensadores. O que se busca é partir de um posicionamento teórico com o qual nos identificamos para efetuar a análise do PT.

O leitor pode se perguntar como podemos nos identificar com pensamentos que polemizam entre si? Nossos estudos nos levam a interpretação de que apesar da discordância desses autores sobre o papel do partido na luta de classes, existem pontos de confluência. É o que tentaremos demonstrar, e é exatamente esses pontos de confluência em relação a construção da democracia socialista que será nosso fio condutor para a análise do PT.

1.1 Apontamentos sobre a questão do Partido em Rosa Luxemburg, Vladimir Lênin e Antonio Gramsci: distanciamentos e aproximações.

As páginas a seguir têm como objetivo a busca de uma compreensão sucinta sobre o papel do partido da classe explorada nesses três grandes teóricos do marxismo - Rosa Luxemburg, Vladimir Lênin e Antonio Gramsci. Essa escolha não se dá ao acaso. O debate entre Rosa Luxemburg e Lênin é terreno fértil de aprendizagem. Nossa opção por Antonio Gramsci não se dá por motivo diferente, mas principalmente por este grande teórico ter presenciado e teorizado sobre acontecimentos, como o reformismo sindical, a burocratização dos partidos de esquerda, as contendas parlamentar e a ausência de estrutura clandestina, que a morte prematura de Rosa e Lênin não lhes permitiram.

Para Rosa Luxemburg – a quem denominaremos ao longo o trabalho somente como Rosa - o marxismo é composto de dois elementos essenciais, a análise crítica e a vontade

¹³PAULO NETO:op. Cit.

ativa da classe operária, sendo a segunda o elemento revolucionário. Afirma que em Marx estavam ligados de uma forma indissociável o homem de ação e o teórico.

Rosa é tida como determinista por muitos, porque considerava o colapso do capitalismo e a revolução socialista como determinações históricas inevitáveis. A ação do proletariado é necessária para trazer à tona “o núcleo da racionalidade contido na história”, porque do contrário a razão permanece uma possibilidade histórica, ou seja, sem a atividade consciente da classe operária não há socialismo. Enxergava o partido como o grupo de agitação que despertaria a ação revolucionária das massas.

Loureiro¹⁴ considera que, apesar de acreditar na revolução socialista como uma determinação histórica, não podemos considerar Rosa uma determinista, porque para ela a garantia da vitória final não tem o estatuto de uma lei da natureza: o socialismo somente será possível se as massas se apoderarem da teoria marxista, ocorrendo a união entre o conhecimento e a classe operária, “A transformação histórica formulada na teoria marxista tem como pressuposto que essa teoria se torne a forma de consciência da classe operária e, como tal, um elemento da história.”¹⁵

Para Rosa, o socialismo não resulta automaticamente das contradições objetivas do capitalismo: faz-se necessário o conhecimento subjetivo por parte da classe operária. Não basta que o pensamento tenda para a ação, é necessário que a realidade tenda para o pensamento.

Através do trabalho político e sindical, as massas alcançam consciência de seus fins e dos meios para atingi-los, o que alteraria a relação entre dirigentes e dirigidos. Aos dirigentes caberia esclarecer a massa sobre os seus interesses históricos, muitas vezes obscurecidos pela ideologia dominante. Sua função não era comandar a massa, com base em um saber elaborado fora da classe. A consciência de classe é muito mais produto da ação revolucionária que do trabalho do partido. A greve de massa não é uma tática contrária à luta quotidiana e parlamentar, mas o meio de criar condições para a conquista de direitos políticos, fundamentais para a emancipação da classe operária, sendo a revolução um movimento permanente, que não possui fronteira nítida entre as reivindicações econômicas e políticas. Em muitos casos as greves econômicas acabam por adquirir caráter político. Não está com isso defendendo que a luta econômica é que conduzirá a revolução, na realidade está

¹⁴LOUREIRO, Isabel M. Rosa Luxemburg: Os dilemas da ação revolucionária. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

¹⁵LUXEMBURG, R. apud LOUREIRO. op.Cit., p.32

combatendo tanto os chamados economicistas quanto os politicistas, na defesa da relação dialética entre as duas instâncias, ou seja, é na luta econômica contra a exploração capitalistas que a massa adquire consciência de sua classe, podendo transformá-la em uma luta política.. A consciência de classe funda-se na ação das massas contra a ordem estabelecida e não através de reivindicações feitas pelos partidos e sindicatos presos a reivindicações imediatas dentro da legalidade.

Apesar de acreditar que a evolução social não é exterior ao proletariado, sendo mesmo o seu impulso e sua conseqüência, Rosa acreditava que “[...] esse salto não poderia ser dado se, [...] não brilhasse a centelha da vontade consciente da grande massa popular.”¹⁶ No embate entre as velhas e as novas forças, afrontamentos esses nos quais o proletariado faz a sua aprendizagem o papel do partido é de direção, porém o “leme da vida social” deve estar nas mãos do proletariado.

Na medida em que o partido é o guia do proletariado, por ter através do socialismo científico aprendido a compreender as leis objetivas do desenvolvimento histórico, seus equívocos podem conduzir o proletariado a fragorosas derrotas. Ao discorrer sobre a deflagração da guerra depois de a social-democracia alemã ter alardeado aos quatro ventos que o proletariado não se deixaria iludir pelos discursos burgueses, alega que “[...]Um acontecimento de tanta importância não é com certeza fruto do acaso. Deve resultar de profundas e extensas causas objetivas. No entanto, estas causas também podem residir nos erros da social-democracia, que era o guia do proletariado, na fraqueza da nossa vontade de luta, da nossa coragem, da nossa convicção.”¹⁷

Para Rosa os grandes movimentos populares e as revoluções não são feitas a partir de receitas técnicas dos dirigentes do partido, as grandes manifestações populares e ações de massas são fruto de um conjunto de fatores econômicos, políticos e psíquicos bem como a intenção das oposições de classe num dado momento. O grau de combatividade das massas por sua natureza são impossíveis de serem produzidos artificialmente, enquanto vanguarda do proletariado consciente não cabe ao partido prescrições e receitas, “[...] mas a palavra de ordem política, a formulação clara das tarefas e dos interesses políticos do proletariado [...]”¹⁸ Na realidade para Rosa o partido não desencadeia uma greve, mas “é chamada(o) a tomar a direção política quando eclode um período revolucionário.” O mais importante papel de direção no período da greve de massa consiste em dar a palavra de ordem da luta, em orientá-

¹⁶LUXEMBURG, Rosa. A Crise da Social-Democracia.São Paulo:Martins Fontes, s/d.p. 22.

¹⁷Ibid.,p.21.

¹⁸LUXEMBURG, Rosa. A Crise da Social-Democracia.São Paulo:Martins Fontes, s/d.p. 156,157.

la, em regular a tática da luta política de tal modo que, em cada frase a cada instante do combate, seja realizada e posta em ação a totalidade da força do proletariado, já decidido e lançado na batalha. É necessário que esta força se exprima pela posição do partido na luta; é necessário que a tática da social-democracia nunca se encontre, quanto à energia e à precisão abaixo do nível das relações de forças em movimento, mas que, pelo contrário, ela ultrapasse este nível; então, esta direção política transformar-se-á automaticamente e em certa medida na direção técnica." Apesar de discordar da consciência trazida de fora Rosa considera importante a direção consciente das massas pelo partido, prova disso encontramos na afirmação de que "Uma tática hesitante, fraca, fundada numa subestimação de forças do proletariado, paralisa e desorienta as massas."

O partido brota da espontaneidade, é resultado das lutas espontâneas e se alimenta delas, somente assim não haverá risco da ruptura entre a classe e o elemento político ativo, a vanguarda. O papel do partido consiste em adaptar-se arbitrariamente à situação o mais habilmente possível, mantendo o mais estreito contato com a moral das massas. Deve ser o intérprete e porta-voz da vontade das massas, não tem a função de desencadear a ação revolucionária, mas quando esta começa, deve dar-lhe conteúdo político e palavras de ordem corretas.

Diz Loureiro "O papel das massas é um elemento essencial na teoria política de Rosa Luxemburg e o que a impede de aceitar o partido de quadros leninista"¹⁹, para ela a consciência de classe se funda na ação, na experiência e não na teoria introduzida de fora pelo partido. Está assim combatendo o tempo todo o sufocamento das massas pelas máquinas partidárias e sindical.

A educação exclusivamente teórica tira das massas a combatividade e o espírito de luta que são forjados na crença de rumar em direção ao futuro socialista, podendo o socialismo resultar somente da criação autônoma das massas, em suas experiências e numa relação recíproca de aprendizagem com o partido, e não em uma relação vanguardista e de autoridade política.

Mesmo se opondo a noção de consciência inserida de fora nas massas, Rosa nunca despreza a teoria, considerando quem o faz como "oportunista". Em seu clássico debate com Bernstein "Reforma ou Revolução", afirma que a principal característica dos oportunistas é a hostilidade a teoria, pois a mesma se constitui nos princípios do socialismo científico, impondo a atividade prática limites a respeito de suas finalidades e aos meios para atingi-

¹⁹LOUREIRO.op.Cit.,p.57.

las, como também ao método de luta. No célebre debate afirma inclusive que as formulações de Bernstein são a primeira tentativa de “[...] dar as correntes oportunistas na social-democracia uma base teórica. [...] Está claro que, para manter-se contra os nossos princípios, tal corrente devia logicamente acabar investindo contra a própria teoria, contra os princípios, em vez de ignorá-los; havia de tentar abalá-los e elaborar uma teoria própria.”²⁰

Lênin ao debater com Rosa²¹ alega que ela tem razão quando afirma que não se pode fabricar a revolução, contudo se a revolução estiver na ordem do dia é necessário proclamá-la em nome da classe revolucionária, proclamando assim sem receio o programa do partido. Portanto cabe ao partido meditar sobre as ações sistemáticas, coordenadas, práticas para fazer progredir a revolução,

Para Rosa o socialismo é fruto da experiência proletária; as soluções surgem junto com os problemas, mas para isso as massas precisam ter inteira liberdade de manifestação e organização. Somente liberdades públicas podem formar o povo politicamente, proporcionando-lhe autonomia intelectual e moral, pré-requisito imprescindível para o socialismo, o qual exige uma transformação no espírito das massas, degradadas por séculos de dominação burguesa. Assim, as massas poderão discutir e escolher o caminho apropriado, aprendendo com os próprios erros. O sujeito revolucionário se forma à medida que os fins se formam; a consciência não resulta da organização previamente constituída, mas a organização provém da consciência que se cria na luta.²²

A função do partido é ouvir, ser o porta-voz, traduzir os anseios ainda confusos, esclarecer as massas de seus interesses históricos. Quando as massas adormecem, cabe ao partido agitar, instigar à ação. As massas tornam-se conscientes no processo de sua formação como classe, adquirem consciência de sua situação de espoliadas e passam à ação revolucionária, tornando-se sujeitos conscientes da história.

Rosa trabalha com a noção de consciência latente na própria classe; a classe em si torna-se para si pela sua própria experiência, através de suas vitórias e derrotas.²³ Defendia a

²⁰LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução? São Paulo: Expressão Popular, 1999.p.114.

²¹Ver Lenine. V.I. In: _____ LUXEMBURG, Rosa. A Crise da Social-Democracia.São Paulo:Martins Fontes, s/d..

²²“Em Rosa não há separação entre massa e vanguarda consciente, porque a própria massa, ao formar-se como classe revolucionária, torna-se vanguarda. Assim, não existe um abismo entre dirigentes e dirigidos, mas educação e alimentação constante e recíproca. Consequentemente, não é possível uma vanguarda iluminada comandando as massas ou tirando do bolso do colete uma receita pronta para instaurar o socialismo.”LOUREIRO. op.Cit.,p.71

²³“Este é o sentido da obra política de Rosa Luxemburg: o socialismo, o futuro, só poderá concretizar-se pela ação autônoma, consciente das largas massas populares e, por isso mesmo, é uma possibilidade, não uma garantia. Nisso consiste a sua concepção de socialismo democrático: as massas, agindo livremente, instituem novas formas de sociabilidade, diferentes das formas burguesas. Foi o que os conselhos mostraram de maneira

ditadura da classe e não a ditadura do partido, esclarecendo: “ditadura da classe, [...] se exerce no mais amplo espaço público, com a participação sem entraves, a mais ativa possível das massas populares, numa democracia sem limites”²⁴, e isso só é possível se houver liberdade democrática, imprensa livre, direito de associação e reunião, apenas em uma vida política inteiramente livre, toda a massa pode educar-se e formar-se. Segundo Loureiro, Rosa via em Lênin o Estado como instrumento de coerção, perspectiva que ela critica, por efetuar a leitura de que “[...]o Estado burguês não serve senão para oprimir as massas, o Estado socialista seria também apenas um instrumento de coerção sobre a burguesia”²⁵

Para Rosa a dominação burguesa não necessita de educação política das massas. O contrário se dá com a ditadura proletária, que exige essa educação como elemento vital para sobreviver.

Quando a social-democracia alemã passa a apoiar a guerra justificando se defender contra o absolutismo russo, Rosa percebe a falta de compreensão dos social-democratas alemães sobre o materialismo histórico, equívoco de análise que influenciou as massas na adesão frenética a guerra. Um dos equívocos da social-democracia alemã no entender de Rosa foi não compreender a lógica interna da sociedade burguesa. Para Rosa a desculpa da social-democracia alemã de ter sido pega de surpresa pelas intrigas de bastidores e secretas do governo não se justificam, ou melhor transformam o seu erro em algo muito maior visto não terem aprendido uma das lições caras ao marxismo, ou seja, que é necessária que a análise se aprofunde para além de suas aparências pois

Aqueles que dirigiam os destinos do Estado não eram então, como sempre, senão peões manobrados sobre o tabuleiro de xadrez da sociedade burguesa por processos e movimentos que os ultrapassavam. E se alguém se tinha esforçado durante todo este tempo para compreender lucidamente esses processos e esses movimentos, era efetivamente a social-democracia alemã [...] Por isso, quando os batalhões alemães penetraram na Bélgica, [...], não havia razão para se ficar aturdido, porque não se tratava de uma situação nova e inaudita, porque não era um acontecimento que, tendo em conta o contexto político, pudesse surpreender a social-democracia alemã.²⁶

incipiente. Por conseguinte, a democracia só se concretizará no bojo da revolução – momento de completa liberdade – e tendo-a como pré-requisito.” LOUREIRO. op.Cit., p.71.

²⁴LUXEMBURG, R. apud LOUREIRO: op.Cit.,p.88

²⁵LOUREIRO.op.Cit.,p.89.

²⁶LUXEMBURG, Rosa. A Crise da Social-Democracia.São Paulo:Martins Fontes, s/d.p. 42,92.

Na análise de Rosa a social-democracia alemã se deixou enredar pelo discurso da classe dirigente²⁷ trabalhando com a idéia de que a guerra significaria libertação do povo russo da ditadura do tzarismo bem como impedir que uma possível vitória russa colocasse em risco a liberdade conquistada pela Europa, principalmente pelos alemães. Apesar das experiências históricas a social-democracia alemã se deixa enredar pelo discurso burguês e conclama as massas a lutar ao lado de burguesia, lhes escapa a especificidade do momento histórico, caracterizado pela luta imperialista e não mais de revolução burguesa. Ao suspender a luta de classes enquanto durasse a guerra a social-democracia alemã abandonou o proletariado se colocando de acordo com os deputados do governo e os partidos burgueses

O voto dos créditos pelo grupo parlamentar deu o exemplo a todas as instâncias dirigentes do movimento operário. Os chefes sindicais fizeram cessar imediatamente todas as lutas de salários e comunicaram oficialmente a sua posição aos empresários[...] A luta contra a exploração capitalista foi espontaneamente interrompida durante a guerra.[...] Sob a lei dos socialistas, o partido tinha, a maior parte das vezes, utilizado as eleições parlamentares para propagar as suas idéias e afirmar a sua posição, não obstante todos os estados de sítio e perseguições de que era objeto a imprensa social-democrata. Agora, [...] a social-democracia renunciou oficialmente a toda luta eleitoral, isto é, a toda a agitação e direção ideológica no sentido da luta da classe proletária e reduziu as eleições ao seu simples conteúdo burguês: reunir o maior número possível de mandatos, sobre os quais estabelecia acordo amigável com os partidos burgueses.²⁸

Ao renegar a luta de classes durante a guerra, a social-democracia renegou o fundamento da sua própria existência e da sua própria política, despediu-se de si própria como partido político ativo e representante da classe operária. Ao assegurar a calma durante o estado de sítio, não só não garantiu o alargamento das liberdades políticas na Alemanha do futuro como minou as liberdades que existiam antes da guerra.

Para Rosa "[...] um povo politicamente maduro pode tanto renunciar provisoriamente os seus direitos políticos, como um homem vivo pode renunciar a respirar"²⁹, essa afirmação reforça a importância da consciência de classe, para em momentos de crise não se deixar levar

²⁷Ver LUXEMBURG, Rosa. A Crise da Social-Democracia. São Paulo: Martins Fontes, s/d

²⁸LUXEMBURG, Rosa. A Crise da Social-Democracia. São Paulo: Martins Fontes, s/d.p. 113, 114.

²⁹LUXEMBURG, Rosa. A Crise da Social-Democracia. São Paulo: Martins Fontes, s/d.p. 125.

por discursos inflamados de líderes. No entanto esse amadurecimento não se dá espontaneamente através das experiências cotidianas, é necessário que práxis e teoria caminhem juntas, nesse sentido o partido atuaria como mediador. Portanto se reconhece que a massa foi arrastada ao apoio à guerra pelos erros do partido, implicitamente está reconhecendo o papel de direção do partido como fundamental para a consciência de classe.

Em A Crise da Social-Democracia percebemos o desencantamento de Rosa com a postura que o partido tomou diante da guerra, não atuando como partido de classe, justamente no país onde a inserção parlamentar dos socialistas era tão forte. Falhou na medida em que não efetuou uma leitura da realidade para a guerra transpondo discursos sem analisar a realidade concreta. Para Rosa, o papel do partido nessa conjuntura era mostrar os verdadeiros pontos secretos da guerra imperialista, rompendo com as mentiras diplomáticas e patrióticas que escondiam um verdadeiro atentado que se cometia contra a pátria, declarando ao povo que tanto a vitória com a derrota na guerra para o proletariado eram funestas. O partido deveria ter exigido que a representação popular deliberasse permanentemente durante a guerra assegurando assim um controle vigilante da representação popular sobre o governo e da população sobre a representação popular, pois somente um povo livre pode defender o seu país com sucesso. A social-democracia falhou naquilo que era sua tarefa principal.

A grande hora histórica da guerra mundial reclamava manifestamente uma ação política resoluta, uma tomada de posição de vistas largas e profundas, uma orientação superior do país que só a social-democracia era chamada a propor. Em lugar disto, assistiu-se a uma falha lamentável e sem exemplo, por parte da representação parlamentar da classe operária, que tinha a palavra neste momento. Pela falta dos seus dirigentes, a social-democracia não só seguiu uma falsa política como fundamentalmente não seguiu política nenhuma; enquanto partido de uma classe dotado da sua própria visão do mundo, ela pôs-se completamente fora de circulação; abandonou sem hesitar o país a sorte impiedosa da guerra imperialista, à ditadura [...], e mais, assumiu a responsabilidade da guerra.³⁰

Portanto, a ditadura do proletário seria uma maneira de aplicar a democracia e não de suprimi-la, a qual permitiria ao proletariado intervir na vida política, modificando direitos adquiridos e relações econômicas da sociedade burguesa.

³⁰LUXEMBURG, Rosa. A Crise da Social-Democracia. São Paulo: Martins Fontes, s/d.p. 154.

No entanto, isso não caracteriza Rosa como defensora da democracia como valor universal, como consenso da maioria; sua defesa da liberdade não indica uma volta ao liberalismo, mas sim um **“governo conselhistas”**. Os conselhos deveriam ser uma nova forma de poder estatal, deveriam ser o único poder público. Ainda segundo Rosa, o socialismo como estatização dos meios de produção, sem o controle dos trabalhadores, caminhará para a burocratização.

Para Loureiro, as diferenças entre Rosa e Lênin são conjunturais, exceto no que se refere ao partido. Em Rosa, o partido não possui condições de desencadear a greve de massas, pois está preso à disciplina, à burocracia e aos compromissos parlamentares, e portanto, a decisão de lançar uma ação de massas só pode emanar da própria massa.³¹ Nos momentos revolucionários, as massas não organizadas tomam a iniciativa, arrastando o partido atrás de si.

O ideal do partido para Rosa, principalmente em época de refluxo, é fazer propaganda da posição politicamente correta, esclarecendo as massas, despertando-lhes consciência, para preservar a razão que se encontra ameaçada. Na sua crítica ao Partido Social-Democrata Alemão-SPD, Rosa lamenta que o mesmo tenha-se entregado à política dos ganhos imediatos, mesmo que seu objetivo tenha sido não perder o apoio imediato das massas.

Como nessa visão, o partido pode superar as contradições entre o objetivo final revolucionário e as reivindicações práticas que fazem o movimento avançar? Para Rosa, o partido não deve estar ligado à organização da classe operária, mas ser o próprio movimento da classe operária. Mas como atingir esse objetivo?

Reformas sociais limitadas, melhorias econômicas e uma certa tolerância política acabam por integrar a massa à política burguesa. É muito presente em Rosa a necessidade de construção de uma nova cultura nas massas para que o socialismo possa ser vitorioso, não basta ganhar o poder.³²

Rosa reconhece o peso da ideologia burguesa sobre as massas, mas não considera esse processo irreversível. Para ela, o perigo está na ausência de intervenção consciente do proletariado. Não trabalha com a hipótese de uma assimilação positiva por parte das massas populares, da sociedade capitalista, visto a própria lógica da acumulação impedir este fato. A revolução não é tarefa dos partidos socialistas; seu dever é apenas mostrar às massas de maneira clara suas tarefas em um dado momento histórico, proclamar o programa de ação

³¹Ibid.p.109.

³²“[...] para que o socialismo possa avançar e vencer é preciso um proletariado educado, forte, capaz de agir, e massas cujo poder reside tanto no seu nível cultural quanto no seu número” LUXEMBURG,R. Apud LOUREIRO. op.Cit., p.123.

política e as palavras de ordem que a situação exige. É a própria história que irá definir o momento do levante revolucionário de massas. O partido deve manter-se nesse posto mesmo quando as massas não lhe dão ouvidos e negam-se a segui-lo, mantendo sua posição moral e política, pois receberá os frutos na hora da realização histórica. A função do partido é esclarecer e agitar e não organizar as massas.

Com o apoio da massa à Primeira Guerra Mundial, segundo Loureiro, percebe-se uma mudança na perspectiva de Rosa em relação ao partido. Em 1906, defendia que o partido tinha o papel de ser o porta voz do proletariado na luta, interpretando a vontade da massa; após 1910, a ênfase recai na agitação e esclarecimento, mas em nenhum momento se inclina para a vanguarda, para a idéia de partido que substitui a classe; não existe separação entre as duas instâncias. Era necessário esperar a classe despertar e assumir seu papel emancipador; nessa perspectiva uma derrota seria muito maior, “se a classe é derrotada, a vanguarda perece junto.”³³ Para Loureiro, a consciência de classe em Rosa “se funda no agir”, torna-se revolucionária na luta.

No pré-guerra, Rosa defendia a massa contra a moderação do partido e dos sindicatos adeptos de uma política de resultados, acusados como os únicos responsáveis pelo reformismo. Defendia o impulso das massas contra o conservadorismo e a paralisia das organizações. No pós-guerra, reconhece que as massas estão integradas ao capitalismo, alienadas e submissas; não se trata mais de opor as massas ao partido, mas esclarecer os proletários buscando a viabilidade do socialismo, pois o partido não poderá fazer a revolução no lugar das massas. Era preciso fazer brotar no proletariado o germe de uma nova humanidade.

Enquanto, para Lênin, o declínio do socialismo na Europa se dava pelo oportunismo, sendo portanto, o caminho derrotar os oportunistas com uma organização altamente disciplinada e centralizada, para Rosa, o problema não consistia somente em mudar o plano organizatório, consistia em um esforço de auto conscientização das massas.

Lênin e Rosa divergem ainda na questão da interpretação do que seria a consciência de classe. Para Loureiro, realidades diferentes levaram Rosa a examinar o fenômeno revolucionário do ponto de vista da espontaneidade e iniciativa das massas, enquanto Lênin o analisa do ponto de vista da organização, o que levou ambos a diferentes entendimentos do significado do partido operário “enquanto a organização bolchevique, [...] leva de fora a

³³LOUREIRO. op.Cit., p.129.

consciência à classe, na perspectiva de Rosa o partido é “o próprio movimento da classe operária”³⁴

Para Rosa, era necessário que a prática das massas se colocasse de acordo com a teoria revolucionária, mas, apesar de no pós-guerra passar a comungar da idéia do partido enquanto agitador, ela continua discordando da idéia de organizador.³⁵

Diferentemente em Lênin, a relação entre experiência e consciência não é imediata, precisa de uma mediação, mediação essa que deve ser exercida pelo partido, ligando a teoria ao movimento, já que é essa teoria que permite ir além da experiência imediata para saber “negá-la dialeticamente para assumi-la, graças a uma análise que vai além do fenômeno em sua aparência e o capta em sua essência”³⁶. Sem essa compreensão de movimento e partido, o próprio partido se torna incompreensível. Sem a teoria o partido fica preso ao praticismo da ação política, incapaz de compreender a relação orgânica que envolve a estrutura econômica da sociedade e o sistema de poder político.

Considerar qualquer greve como expressão consciente do processo de luta de classes significa dizer que o partido revolucionário engloba imediatamente, de uma só vez, toda a classe operária e a greve geral acabaria de uma só vez com toda a sociedade burguesa. Portanto, o partido para ser um interprete consciente deve estabelecer relações que assegurem um certo nível de consciência e elevem sistematicamente esse nível³⁷

Percebemos nessa formulação uma leitura de Marx sobre os sindicatos: os trabalhadores não devem esquecer jamais que em uma greve estão lutando contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos, não devem ficar satisfeitos apenas em envolver-se nessas guerras de guerrilhas, pois na luta econômica o capital é o mais forte.³⁸

³⁴Ibid.p.132.

³⁵[...]a ação de massas cria as condições e permite o desenvolvimento da consciência de classe, processo no qual seriam resolvidos os problemas da tomada do poder e do que fazer com ele após a vitória. A ação supre planos, organização, falta de clareza sobre as tarefas a cumprir: à medida que os problemas surgem, com eles nascem as respostas, desde que haja total liberdade de movimento. A “vida”, a “dialética histórica” é a “varinha mágica” a levar o proletariado pelo bom caminho.”LOUREIRO. op.Cit., p. 176.

³⁶GRUPPI, Luciano. O pensamento de Lênin. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

³⁷“[...] as greves só são vitoriosas quando os operários já possuem bastante consciência, quando sabem escolher o momento para desencadeá-las, quando sabem apresentar reivindicações, quando mantêm contato com os socialistas para receber volantes e folhetos. [...]Esta é a missão que devem cumprir os socialistas e os operários conscientes, formando, para isso, o partido operário socialista” LENIN. V.Sobre as greves.**Escrito:** finais de 1899. **Primeira Edição:** Revista *Proletarskaya Revolyutsiya*, No. 8-9, 1924. Publicado de acordo com um manuscrito copiado por mão desconhecida. **Fonte da Presente Tradução:** On Strikes, Lenin Internet Archive (marxists.org), 2003. **Tradução de:** Alexandre Linares.

HTML por José Braz para The Marxists Internet Archive. **Direito de Reprodução:** Lenin Internet Archive (marxists.org), 2002.

³⁸“[...] as lutas da classe operária em torno do padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado; que em 99 por cento dos casos, seus esforços para elevar os salários não são mais que esforços

O partido, portanto, só poderá ser politicamente autônomo se possuir um método de investigação e uma concepção que desmistifique a falsa universalidade das idéias no quadro de uma formação econômico-social, uma visão histórica das leis que guiam toda a formação social determinada, uma visão da relação entre estrutura e superestrutura, do contrário não poderá se propor a tarefa de alterar substancialmente as relações sociais, não podendo por isso ser revolucionário. É através de seu programa político que o partido se caracteriza. Uma vez traçada suas metas revolucionárias, poderá aceitar em suas fileiras tantos quantos queiram se inscrever, desde que os mesmos aceitem seu programa. É no programa do partido que se encontra organicidade, através da clareza das idéias de seu programa político. O programa é em si insuficiente se o partido não possuir um órgão de imprensa que lhe dê voz. A propaganda das questões políticas e dos problemas da organização do partido deve dirigir-se às mais amplas massas.

Para Lênin, a ideologia ocupa um papel essencial na luta de classes e no processo de inserção de consciência na luta espontânea; afastar-se da ideologia socialista significa fortalecer a ideologia burguesa. O movimento espontâneo dos operários é trade-unionismo³⁹, o que implica uma escravização dos operários à ideologia burguesa; sendo assim a tarefa do partido consiste em combater a espontaneidade, fazendo com que o movimento operário se desvie da tendência espontânea do trade-unionismo tirando-o da tendência de acolher-se sob a “asa da burguesia” e atraindo-o para debaixo da “asa [...] revolucionária.”⁴⁰ O fato de a ideologia burguesa ser muito mais antiga e possuir meios de difusão incomparavelmente mais numerosos leva a luta econômica dos operários a estar ligada à política burguesa. Cabe, portanto, ao partido da classe trabalhar para efetuar essa ruptura, situação possível somente rompendo com a luta trade-unionista.

destinados a manter de pé o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação em que o operário se vê colocado e que o obriga a vender-se a si mesmo como uma mercadoria. Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente, ficariam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura. Ao mesmo tempo [...] a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não faz-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas [...] A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para a reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de : “um salário justo por uma jornada de trabalho justa”, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “abolição do sistema de trabalho assalariado” MARX, K., ENGELS, F., Obras Escolhidas: Crítica ao Programa de Gotha.Ed.Alfa Omega. São Paulo.p. 377,378.

³⁹Trade-unionismo porque se reporta as lutas das trade-unions inglesas. Traduz-se ao falar de luta trade-unionista que o mesmo se refere as lutas de cariz sindical.

⁴⁰LENIN, Vladimir I.Que Fazer?. In: _____Obras Escolhidas.São Paulo: Alfa Omega, 1979c Vol.1. p. 108.

Lênin não nega com isso que os primeiros meios de luta serão sempre os trade-unionistas e que a primeira ideologia será a ideologia burguesa, como também não nega que em uma conjuntura diversa da conjuntura revolucionária a luta trade-unionista é inescapável. Também não nega a importância do fenômeno do movimento de massas. A questão está em saber interpretar a realidade objetiva, interpretando as tarefas a serem executadas, o que pode ser feito de duas maneiras: cultuando a espontaneidade do movimento e reduzindo o partido a simples servidor do movimento, ou encarando o movimento como um movimento que coloca novas tarefas teóricas, políticas e de organização mais complexas do que as do período anterior ao aparecimento do movimento de massas.

Para Lênin, imprimir à luta econômica uma caráter político significa dissimular a tendência de “rebaixar a política social-democrata⁴¹ ao nível da política trade-unionista”. Apesar de estar no quadro de atividades políticas do partido, a luta por reformas deve estar subordinada à luta por liberdade e pelo socialismo. Colocar as lutas por reformas como uma tarefa especial arrasta o partido para trás fazendo o jogo do oportunismo “tanto economicista como liberal”.

Sendo o Estado representante da classe dominante, é através de concessões ou pseudo concessões que o mesmo ganha a confiança das massas. Portanto, **o partido nunca deve deixar a massa pensar que aprecia mais as reformas econômicas. É preciso que, aliadas à importância da luta econômica, as massas percebam que é importante apoiar ativamente todo protesto contra a autocracia, inclusive os que não lhes promete absolutamente nenhum resultado tangível.**

É preciso não só que as grandes massas tenham consciência da relação indissolúvel entre o desemprego⁴² e o regime capitalista, e tenham, conseqüentemente consciência de que a luta por reformas econômicas pode em um determinado momento, minimizar as dificuldades, mas também que a total superação da exploração dos trabalhadores só será possível com a superação da sociedade capitalista. Lutar contra o governo no plano econômico é lutar à maneira trade-unionista, que está muito longe da completude da luta política pelo socialismo.

⁴¹ É importante frisar que quando fala de política social-democrata ele está se referindo à luta pelo socialismo. Por ocasião desses escritos não estava em questão o revencionismo que originou os chamados social-democratas (entendidos como aqueles que se propunham uma releitura das idéias revolucionárias).

⁴² Não é apenas o desemprego que está nessa relação indissolúvel com o regime capitalista, somente ele é citado neste momento em função de a discussão em pauta ser a discussão da luta de cariz sindical.

Lênin considerava que para tomar o poder exigiam-se “[...] elaboração de uma teoria revolucionária [...] a existência de um partido revolucionário que tivesse a capacidade de fundir o movimento espontâneo das massas com o projeto do movimento operário.”⁴³

De modo que o partido deveria ser de novo tipo. Uma organização de vanguarda dedicada à ação revolucionária com o intuito de transformar a consciência espontânea das massas em “teoria de ação política”. O partido como organismo deve dar respostas imediatas a situações objetivas, levando em conta as análises objetivas das forças em disputa. Portanto, o papel do partido é construir a hegemonia política dos trabalhadores, estruturando assim um campo de interpretação proletária em contraposição às idéias políticas dominantes. Por isso, o partido deveria estar articulando a vida real do movimento com a necessidade de elaborar uma reflexão a respeito do mesmo.

Em Lênin, desde o início há uma preocupação com a relação entre teoria e prática anti-espontaneísta, “um apelo ao momento de consciência [...] a consciência da finalidade prática permite evitar o engano ideológico possibilitado pela não-consciência da conexão necessária que liga teoria e prática.”⁴⁴ É necessário partir das manifestações concretas singulares para ampliar a argumentação e fazer o trabalhador com sua experiência imediata compreender as relações mais gerais, levando-o à luta política e à consciência de classe.

Uma das críticas mais comumente endereçadas a Lênin diz respeito à sua idéia de que a consciência de classe deve ser introduzida de fora na massa, daí a necessidade de um partido de quadros. Segundo Gruppi, **o “de fora” se apresenta como de fora da relação imediata entre operário e patrão, visto que a visão global das relações econômico-sociais e políticas não pode ser resultado da experiência imediata, mas sim de uma visão crítica global da sociedade, “que só pode ser atingida por meio da ciência: dos instrumentos de raciocínio que a filosofia fornece, da análise econômica, da cultura em geral, no mais alto grau da reflexão crítica sobre a sociedade em seu conjunto.”**⁴⁵

A relação entre experiência e consciência em Lênin não é imediata, é a teoria que permite superar a experiência imediata, negando-a dialeticamente para assumi-la graças à análise que supera o fenômeno em sua aparência e o capta em sua essência. Sem essa compreensão, não se compreende a construção leninista de partido.

⁴³MAZZEO, Antonio C. Sociologia Política Marxista. São Paulo: Cortez, 1995.p.35

⁴⁴GRUPPI. op.Cit.,p.15.

⁴⁵Ibid.p.33.

Para Lênin, a ausência de teoria leva ao praticismo da ação política.⁴⁶

O partido seria o que mais tarde Gramsci vai chamar de intelectual orgânico da classe. Para esse intelectual, a posse de instrumentos culturais deveria constituir-se em uma fusão íntima com a classe operária, e a vanguarda seria um todo orgânico a guiar a hegemonia da classe operária.

Em grande medida, atribui-se à teoria do partido em Lênin o germe da burocratização do partido. Os argumentos contra essa crítica, se expressam na relação entre centralização e descentralização.⁴⁷

Discordamos das análises que se faz de Lênin, como se ele pensasse o partido e as massas dessa maneira rígida. Se em um primeiro momento Lênin concorda com Kaustky sobre a consciência levada de fora, quando nos reportamos à discussão sobre centralização e descentralização do partido em Lênin, podemos verificar que ele se posiciona rigidamente em relação à organização do partido, mas ao mesmo tempo defende que todos devem possuir o sentimento de responsabilidade junto ao partido, pois, do contrário, tornar-se-iam uma massa amorfa.

Na perspectiva de Loureiro, Rosa era contrária à idéia leninista de um “partido de vanguarda fortemente centralizado e disciplinado, introduzindo de fora a consciência nas massas passivas, obedientes e desorganizadas.”⁴⁸ Para Rosa, a massa é sujeito do movimento operário organizado, ao passo que em Lênin, quando o partido se defronta com um movimento de massas, a questão que se apresenta é se “nos inclinamos à espontaneidade desse movimento” ou admitimos que o movimento nos impõe novas tarefas políticas e teóricas de organização muito mais complexas que antes do surgimento desse movimento.

Para Rosa, a consciência de classe é muito mais produto da ação revolucionária que do trabalho do partido. A greve de massa não é uma tática contrária à luta quotidiana e parlamentar, mas o meio de criar condições para a conquista de direitos políticos, fundamentais para a emancipação da classe operária, no entanto a luta parlamentar deve ser entendida como um estágio da luta mais ampla não devendo se reduzir a luta política à luta

⁴⁶“Sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário. Nunca será demais insistir sobre esse conceito, num período em que a pregação oportunista em moda se faz acompanhar pela exaltação das formas mais estreitas de ação prática. “(LENIN, V. apud GRUPPI: 1979, p.35)

⁴⁷“Enquanto para a direção ideológica e prática do movimento e da luta revolucionária do proletariado é necessária a máxima centralização possível [...] para a responsabilidade diante do partido é necessário a máxima descentralização possível (a descentralização, ou seja, a ampliação das responsabilidades e da iniciativa é) uma condição necessária da centralização revolucionária e seu indispensável corretivo LENIN, V. apud GRUPPI. op.Cit., p.42,43.

⁴⁸LOUREIRO.op.Cit.,p.34.

parlamentar.⁴⁹ A revolução é um movimento permanente, e como explicitado anteriormente, não existe uma fronteira nítida entre as reivindicações econômicas e políticas, e em muitos casos as greves econômicas acabam por adquirir caráter político.

Nesse ponto encontramos uma diferença substancial entre seu pensamento e o pensamento de Lênin, para este existe a necessidade de romper com a luta meramente econômica, pois o proletário precisa ter clareza não só da natureza política e econômica de sua classe, mas também da classe burguesa, bem como de todas as frações de classe constitutivas de nossa sociedade, assim saberá distinguir que interesses estas ou aquelas instituições e leis refletem. Ao partido caberia a tarefa de saber “aproveitar” dos vislumbres de consciência política da luta econômica para elevar os operários à consciência política. A tarefa do partido é ir além do espontaneísmo das reformas econômicas. Não nega sua importância, porém deve, através da agitação econômica, buscar o fim de um governo “autocrático”, fazendo reivindicações em todos os terrenos, no âmbito da vida econômica, política e social. Rebaixar a política ao nível trade-unionista equivale a preparar o terreno para converter o movimento operário em instrumento da democracia burguesa; a participação da classe operária pura e simplesmente na luta política não faz de sua luta política uma luta pelo socialismo.

Cabe, portanto, ao partido exercitar o descontentamento político, estimulando e fornecendo material abundante para desenvolver a consciência política e a atividade política do proletariado. Esse trabalho deve contar com revolucionários profissionais que não rebaixem as suas tarefas ao nível de compreensão das camadas mais atrasadas das massas. Uma organização que se prenda ao combate por reivindicações políticas imediatas ou à luta econômica contra os patrões e o governo se desviam para o trade-unionismo, tanto nas tarefas de organização como nas tarefas políticas. A luta deve ser muito mais ampla e complexa que a luta contra patrões e governo. A organização de um partido deve ser diferente da organização dos operários pela luta econômica, diversamente o partido se tornaria artesanal e preso aos seus métodos de luta econômica.

Para Rosa, o partido nunca deve ficar “aquém do nível das relações de força reais [...] explicando às largas camadas do proletariado a vinda inevitável do período revolucionário, os fatores que, no interior da sociedade, a suscitam e suas conseqüências políticas.”⁵⁰ Entendemos haver, nesse momento uma aproximação entre Rosa e Lênin, ao afirmar que ter a

⁴⁹Ver BOGO: 2005.

⁵⁰LUXEMBURG, R. Apud LOUREIRO. op.Cit.,p.43.

direção política significa, por um lado, agitar e, por outro, explicar, esclarecer. Seu ponto de confluência com Lênin está quando discorre sobre o papel do agitador e do propagandista.

Mesmo afirmando que não é através de panfletos que se educa a massa, ao defender a necessidade de manter aceso o debate público como meio de educar e conscientizar o proletariado, ela não está muito distante da noção leninista de agitador e propagandista. Para Lênin, é de vital importância a compreensão da diferença existente entre o papel do propagandista e do agitador no interior do partido. Um propagandista deve explicar a natureza das crises, assinalar a causa da inevitabilidade das mesmas, indicar a necessidade de transformar a sociedade capitalista em socialista. Deve dar muitas idéias, tantas que todas essas idéias, no seu conjunto, só poderão ser assimiladas no momento por poucas pessoas. O agitador ao contrário, quando tratar do mesmo problema, tomará um exemplo, o mais flagrante e mais conhecido, e, aproveitando esse fato conhecido por todos, fará esforços para inculcar nas massas uma só idéia, a idéia da contradição entre o aumento da riqueza e o aumento da miséria, despertando nelas o descontentamento, a indignação contra essa flagrante injustiça, e deixando ao propagandista o cuidado de dar uma explicação completa desta contradição.

É por isso que o propagandista atua principalmente por meio da palavra impressa, enquanto o agitador atua de viva voz. Do propagandista exigem-se qualidades diferentes das do agitador. O propagandista deverá viabilizar para a classe operária a compreensão de toda a sociedade e não somente de sua classe. Ao observar-se a outra classe social e outras frações de classe em todas as suas manifestações, sejam elas intelectuais, morais, políticas etc., estar-se-á caminhando na formação de uma “verdadeira” consciência de classe. Quem dirigir a atenção, “[...] para si própria, não é um social-democrata, porque o conhecimento de si própria, por parte da classe operária está inseparavelmente ligado a uma clara compreensão [...] sobre as relações entre todas as classes da sociedade atual”⁵¹

Encontramos aqui outro ponto de confluência, assim como Lênin, Rosa defende a necessidade de compreensão da lógica interna da classe burguesa – como exposto anteriormente sobre a interpretação da social-democracia da 1ª Guerra Mundial – pois ficar preso a compreensão somente de sua própria classe limita a compreensão do materialismo histórico.

⁵¹LENIN.V.1979c.p.129.

Rosa defende que o partido deve manter-se fiel a sua posição moral e política mesmo quando as massas se negam a segui-lo. Lênin defende que o partido deve instigar as massas a lutar, mesmo quando a situação não lhe promete absolutamente nenhum resultado tangível.

Encontramos em Gramsci a necessidade de harmonizar a centralidade da classe operária com **a organização interna do partido e a democracia interna.**⁵²

Para Del Roio, ao enveredar pela refundação comunista, Gramsci busca novas sínteses teóricas que lhe permitam formular uma concepção de partido revolucionário. Sua base principal será Lênin, quando elabora uma síntese entre as formulações de Rosa e Lênin aliadas a sua experiência prática. Em Cadernos do Cárcere, a fórmula política da frente única seria a “estratégia de construção da hegemonia e da transição socialista”⁵³

Gramsci vai-se defrontar com um reformismo enraizado nos sindicatos e com um partido operário sem “estrutura clandestina e habituado à contenda parlamentar”⁵⁴ Embates personalistas em vez de política séria favoreciam a burocracia alienada por meio de posições administrativas que se tornam o verdadeiro partido político, com a hierarquia burocrática substituindo a hierarquia intelectual e política. A direção dos partidos pode ser avaliada pelo desenvolvimento de sua vida interna; a adesão é espontânea e sua vida interna deve mostrar a assimilação das regras. Os partidos devem ser escolas da vida estatal, na qual a necessidade se tornou liberdade sendo seus elementos “caráter (resistência aos impulsos das culturas ultrapassadas), honra (vontade intrépida ao sustentar um novo tipo de cultura e de vida), dignidade (consciência de atuar para um fim superior).”⁵⁵

Disciplina não é entendida por Gramsci como a aceitação passiva e servil de ordens, mas como execução de instruções, assimilação consciente e lúcida da diretiva. Portanto, a disciplina não anula a personalidade orgânica, ela apenas limita o arbítrio e a impulsividade irresponsável e impede a vaidade de sobressair; “personalidade e liberdade” não se colocam no nível da disciplina, mas sim na “origem do poder que determina a disciplina”.

Se o poder é democrático, a autoridade não é um arbítrio. A disciplina é um elemento necessário de ordem democrática, de liberdade, ela existe quando a autoridade

⁵² “o caráter anti-autoritário do próprio partido, o qual se manifesta na relação dialética que o partido deve estabelecer com as organizações de massas, assim como em seu interior entre centro e periferia” BARATTA, G. Apud DEL ROIO, Marcos. Os prismas de Gramsci: a fórmula da frente única (191-1926). São Paulo: Xamã, 2005. p.13.

⁵³Ibid.p.23.

⁵⁴Ibid.p.26.

⁵⁵GRAMSCI apud SADER, Emir.(org.) GRAMSCI – Poder, Política e Partido. São Paulo: Expressão Popular, 2005.p.122.

é exercida por um grupo “socialmente homogêneo” e não por “um grupo sobre o outro”.⁵⁶

O ideal seria eliminar o fato de que existem dirigentes e dirigidos. Enquanto isso não for possível, é necessário, a partir da constatação dessa existência, verificar como dirigir do modo mais eficaz, como preparar da melhor maneira possível os dirigentes, incumbência da ciência e da “arte política”.

Os partidos têm sido o modo mais adequado de “elaborar a capacidade de dirigir”. Essa afirmação de Gramsci ainda é pertinente aos nossos dias? Será que o partido ainda possui a centralidade na direção política da moderna sociedade?

Para um partido ser necessário historicamente são necessários três elementos fundamentais: Primeiro a existência de homens comuns, que participam pela disciplina e fidelidade. Sem esse grupo o partido não existiria, contudo não existiria somente com eles. Constituem-se em força se houver quem os centralize, organize, discipline, porque sem essa força de coesão se dispersariam, se anulariam. O segundo elemento necessário é um elemento dotado de força de coesão, que centraliza no plano nacional, e torna eficiente e potente um conjunto de forças as quais, sozinhas não valeriam muito. E, por fim, é necessário um elemento que articule o primeiro e o segundo, e os coloque em contato físico, moral e intelectual. Se o segundo elemento existe mesmo que em estado errante e disperso, um partido não pode ser destruído; porém mesmo existindo o primeiro e o terceiro, sem a presença do segundo elemento, o primeiro e o terceiro não têm condições de se formar. Condição necessária para que o segundo elemento se forme é a convicção “de que uma determinada solução dos problemas é necessária. Sem essa convicção, o segundo elemento, cuja destruição é mais fácil por seu pequeno número, não se formará.”⁵⁷

Pela facilidade de destruição do segundo elemento, é necessário que ele, se for destruído, deixe como herança “um fermento que permite que ele se refaça.” Esse fermento subsistirá e se formará no interior do primeiro e terceiro elemento. O critério de julgamento do segundo elemento deverá ser procurado naquilo que realmente faz e naquilo que prepara

⁵⁶“O critério metodológico que deve servir de base ao exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como 'domínio' e 'como direção intelectual e moral'. Um grupo social domina grupos adversários que ele tende a 'liquidar' ou a submeter mesmo pela força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente antes mesmo de conquistar o poder governativo (essa é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando estiver exercendo o poder, mesmo se o mantém fortemente na mão, torna-se dominante, mas deve continuar a ser 'dirigente' também.”GRAMSCI apud SADER.op.Cit.,p. 130,131.

⁵⁷SADER, Emir.(org.) GRAMSCI – Poder, Política e Partido. São Paulo: Expressão Popular, 2005.p.17.

para enfrentar a hipótese de sua própria destruição. É claro nessa formulação a idéia de vanguarda consciente leninista.

Para Gramsci, no estudo de uma estrutura é preciso distinguir os movimentos orgânicos dos movimentos conjunturais. Os movimentos conjunturais são dependentes dos movimentos orgânicos, mas não possuem um alcance histórico; eles permitem uma crítica miúda que ataca as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos por sua vez permitem a crítica “histórico-social” que ataca os agrupamentos, “além das pessoas responsáveis e do pessoal dirigente”⁵⁸

É necessário perceber essa distinção, crises prolongadas significam que a estrutura possui contradições insanáveis, que as forças políticas positivas de conservação e defesa da estrutura tentaram sanar e superar. Os esforços de superação formam o terreno do ocasional sobre o qual se organizam as forças antagonistas que tentam demonstrar que

já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e devam ser resolvidas historicamente, a falta de cumprimento desse dever histórico aumenta a desordem e prepara as catástrofes. O grande erro das análises históricas-políticas é não encontrar a relação entre o que é orgânico e o que é ocasional. [...]Os partidos nascem e se constituem em organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para a sua classe, mas nem sempre sabem adaptar às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem se desenvolver segundo o desenvolvimento das relações globais de força [...] em um determinado país ou no campo internacional. Ao analisar esses desenvolvimentos dos partidos, é preciso distinguir entre o grupo social, a massa de partido, a burocracia e o estado-maior do partido. **A burocracia é a forma consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela consegue constituir um corpo solidário à parte e que se sente independente da massa, o partido acaba se tornando anacrônico e nos momentos de crise aguda é esvaziado de seu conteúdo social e fica como que assentado no ar.**⁵⁹

Ao examinar-se a burocracia deve-se analisar, além dos elementos burocráticos em ação, os estratos sociais onde a burocracia é recrutada. No debate entre vanguarda e espontaneidade das massas ao declarar que espontaneidade “pura” não existe na história, o

⁵⁸GRAMSCI apud SADER. op.Cit., p.40.

⁵⁹GRAMSCI apud SADER. op.Cit.,p.40,53.Grifo nosso.

autor se posiciona de uma forma clara, dizendo que haverá sempre nesses movimentos uma “direção consciente”, contudo, o elemento de direção consciente é primitivo. Desprezar os chamados movimentos espontâneos é renunciar a direção consciente, mas elevá-los a um plano superior na política pode desencadear consequências muito sérias.⁶⁰ A unidade da “espontaneidade” e da “direção consciente” é o propósito da ação política das classes subalternas, como política de massa e não como aventura de grupos que fazem propaganda de si mesmos para a massa.⁶¹

Não pode haver dirigentes onde as razões de desenvolvimento da classe representada não são pesquisadas e estudadas, daí a facilidade de desagregar partidos, corrompendo-os “absorvendo os poucos homens indispensáveis.”⁶²

Gramsci absorve de Lênin a idéia de um partido fortemente centralizado e organizado; “o partido revolucionário seria o elemento de coordenação, centralização e difusão do antagonismo de classe”⁶³. Para Gramsci, faz-se necessário em primeira instância, analisar a vontade coletiva, na busca pelas condições que fazem propiciar o surgimento de uma determinada vontade coletiva, o que seria possível através de uma análise histórica da estrutura social. A formação de uma vontade coletiva só é possível se grandes massas irromperem simultaneamente na vida política.

O partido tem sua importância exatamente aí, ao dedicar-se à questão intelectual e moral de uma concepção de mundo. Nesse caso ele deve ser o propagandista e organizador dessa reforma intelectual e moral, criando terreno para o desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular na busca por alcançar uma forma superior de civilização moderna. A formação de uma vontade coletiva e a reforma intelectual e moral devem ser a estrutura do trabalho do partido, e os pontos concretos do programa devem ser incorporados ao plano da formação da vontade coletiva.

⁶⁰“Uma crise econômica, por exemplo, ocasiona descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, por um lado, e por outro, determina complôs de grupos reacionários, que se aproveitam da debilidade objetiva do governo para tentar golpes de Estado. Entre as causas eficientes desses golpes de Estado, deve-se colocar a recusa dos grupos responsáveis por dar uma direção consciente às revoltas espontâneas e de fazer com que se tornem um fator político positivo” *ibid.*, p.114.

⁶¹“O fato de que em cada movimento “espontâneo” exista um elemento primitivo de direção consciente, de disciplina, é demonstrado indiretamente pela existência de correntes e grupos que sustentam a espontaneidade como método. [...] é preciso fazer uma distinção entre [...] estudiosos que sustentam a espontaneidade como “método” imanente e objetivo da transformação histórica e politiqueros que a sustentam como método “político”. Naqueles, trata-se de uma concepção errada; nestes, de uma contradição imediata e mesquinha que revela sua origem prática evidente, que é a vontade imediata de substituir uma determinada direção por outra” *ibid.*, p.111,112

⁶²*Ibid.* p.120.

⁶³*Ibid.*p.120.

O desenvolvimento do partido, busca identificar as relações intelectuais e morais, que são úteis ou prejudiciais, virtuosas ou criminosas, porquanto elas são o próprio ponto de referência para isso, por acentuarem ou prejudicarem seu poder. O partido toma o lugar, nas consciências, tornando-se a base laica de toda a vida e das relações de costumes.

Um dos pilares da política está no fato de que qualquer ação coletiva traz consigo a existência real de governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda a ciência política baseia-se nesse fato “primordial e irredutível.” Resta encontrar o modo mais eficaz de preparar da melhor maneira os dirigentes e como identificar as linhas de menor resistência ou racionais para alcançar a obediência dos dirigidos ou governados.

Ao formar-se o dirigente é fundamental já ser definido se o que se pretende é manter a estrutura de governantes e governados, ou se é criar condições para que isso desapareça. Definir se acredita que a divisão do gênero humano é perpetua ou se é apenas um fato histórico. É igualmente importante ter clareza de que essa divisão não se resume a governantes e governados; existe também no seio do mesmo grupo, também nos socialmente homogêneo, e essa divisão é uma criação da divisão do trabalho. Portanto, é necessário fixar alguns princípios, como, por exemplo, o princípio de mesmo grupo: isto feito a obediência deve ser automática. Assim, busca-se evitar os sacrifícios inúteis e, para Gramsci, os partidos são os meios mais adequados para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção.

Embora cada partido seja a expressão de um grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social quando exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os de outros grupos, quando buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos.

Apresentam-se duas formas de “partido” que fazem abstração da ação política imediata: o partido constituído por uma elite de homens de cultura, que têm a função de dirigir, do ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (na realidade, frações de um mesmo partido orgânico); e o partido de não-elite, mas de massas, que como massas não tem outra função política que a de uma fidelidade genérica, de tipo militar, a um certo político visível ou invisível. A massa é simplesmente de manobra e é conquistada com pregações morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos de expectativa de idades fabulosas, nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas.

Nenhum movimento real adquire consciência da totalidade de um golpe, mas só por experiência sucessiva, quando percebe que nada é natural, imutável. Existe porque existem determinadas condições que o permitem, e com o desaparecimento dessas condições, desaparecerão conseqüentemente. Os movimentos ideológicos de massa estão sempre atrasados em relação aos fenômenos econômicos de massa e, portanto, em determinados momentos, o impulso fornecido pelo fator econômico é afrouxado, travado ou até destruído “momentaneamente por elementos ideológicos tradicionais”; por isso deve haver luta consciente e determinada a fim de que se compreendam as exigências da posição econômica de massa que pode estar em contradição com as diretivas dos chefes tradicionais. A atividade política consciente é necessária para libertar o “impulso econômico” das forças políticas tradicionais.

O grau de desenvolvimento das forças materiais de produção estruturam os agrupamentos sociais, com cada um representando uma função e ocupando uma posição determinada na produção. Esse dispositivo permite verificar, na sociedade, se existem as condições necessárias para sua transformação, permite controlar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que a sociedade gerou durante seu curso. É necessário avaliar o grau de homogeneidade, de auto-consciência e de organização dos vários grupos sociais, que podem ser analisados e diferenciados em vários graus, “que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram até agora na história.”⁶⁴

O grau mais elementar é o econômico corporativo, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-lo, mas não, ainda, a unidade do grupo social mais amplo.

O segundo grau é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses mas ainda meramente econômico. Nesse momento já aparece a questão do Estado, mas apenas visando-se alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes. As reivindicações se destinam a exigir que haja participação na elaboração de leis e na administração e, também na sua redefinição, na sua reformulação, mas nos quadros já existentes.

O terceiro momento é quando se adquire a consciência dos próprios interesses corporativos, que superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Essa fase é a mais abertamente

⁶⁴GRAMSCI, A. Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, Expressão Popular, 1978.p.192.

política, que marca a passagem da estrutura para as superestruturas complexas; “é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente se transformam em partido.”⁶⁵ Entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social. A unidade intelectual e moral coloca a luta num plano universal, criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

O Estado é o organismo de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. O grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados

e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto⁶⁶

A análise concreta das relações de força não se encerra em si mesma, mas só adquire um significado se serve para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. O elemento decisivo de cada situação é a força permanente organizada e antecipadamente predisposta que pode fazer avançar as conquistas quando se manifestar uma situação favorável. A tarefa essencial consiste em cuidar sistemática e pacientemente da formação, do desenvolvimento e da unidade compacta e consciente.

Num determinado momento da sua vida histórica, os grupos sociais se afastam dos seus partidos tradicionais, os quais não são mais reconhecidos como expressão própria da sua classe ou fração de classe. Quando se verificam essas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, visto que abre-se o campo às soluções de força, à atividade de poderes ocultos, representados pelos homens providenciais ou carismáticos.

Esse processo ocorre em razão de uma crise de hegemonia da classe dirigente, ou seja, a classe dirigente faliu em determinado empreendimento político pelo qual pediu, ou impôs pela força, o consentimento das grandes massas, ou porque amplas massas passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução. O que se verifica é uma crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto.

⁶⁵Ibid.,p.193.

⁶⁶Ibid,p.193.

A classe dirigente tradicional muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas: talvez faça sacrifícios, com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o até esmagar o adversário. Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas a solução do chefe carismático, isso significa que existe um equilíbrio estático. Significa que nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe da força para vencer, significa que também o grupo conservador tem necessidade de um patrão. Para Gramsci, esta ordem de fenômenos está ligada a uma das questões mais importantes, concernentes ao partido político; isto é, **à capacidade de reação do partido.**

Para Gramsci, os partidos tem a missão de criar dirigentes capazes. A massa seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido se articule e, de caos tumultuado, transforme-se em exercito político organicamente predisposto.

1.2 A perspectiva de construção da Democracia Socialista.

A Comuna de Paris representou um prenúncio dos conselhos e dos sovietes de trabalhadores do século XX. Ambos surgem como movimentos espontâneos que representam uma forma de poder popular extremamente democrático, “que Marx louvou como o marco de uma nova etapa do movimento revolucionário.”⁶⁷

Quando utilizamos os três autores citados, não podemos perder de vista a realidade concreta diferenciada na qual estavam inseridos, ou seja, Alemanha, Rússia e Itália as quais possuem situações históricas distintas, e, segundo Gruppi, ao explicar a dialética da análise leniniana exigiam respostas distintas,

o ponto de partida são os fatos [...] em suas diferenciações internas. [...] Mas se é necessário captar as diferenciações internas de uma determinada realidade [...] elas devem ser vistas em suas conexões recíprocas: é a conexão de fatos diferentes e dos processos de diferenciação que permite captar o fenômeno social em sua especificidade concreta [...] Ainda e sempre o conselho é: saber analisar as situações em seu caráter histórico específico, não transferir a mesma linha política de uma situação para outra,

⁶⁷ BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.p.77.

não pretender modelos revolucionários válidos sempre, mas sim traçar a linha política a seguir de modo aderente às situações.⁶⁸

Utilizando-se das palavras da própria Rosa a situação revolucionária na Rússia se deu em um contexto histórico completamente diferente da Revolução Alemã, pois o “proletariado Russo, destinado a desempenhar o papel dirigente na revolução burguesa, vai à luta sem qualquer ilusão com relação à democracia burguesa [...] num momento em que o antagonismo entre o capital e o trabalho alcançou seu ponto máximo”⁶⁹ Para Rosa nas primeiras revoluções burguesas a educação e a direção política das massas revolucionárias estava nas mãos de partidos burgueses e tratava-se simplesmente de derrubar o governo. No caso da Rússia o proletariado se dirige simultaneamente contra o absolutismo mas ao mesmo tempo possui clareza do antagonismo entre o proletariado e a burguesia, uma vez que ao contrário das primeiras revoluções burguesas as classes trabalhadoras são educadas na luta revolucionária pois o proletariado não encontra-se mais disperso e desorganizado fornecendo somente material humano para o exército burguês, ao contrário, o proletariado consciente é o elemento dirigente principal.

Dessa forma acreditamos que guardando as devidas especificidades históricas, Rosa e Gramsci percebiam nos Conselhos de Operários e Soldados (COS), assim como Lênin nos Soviotes a potencialidade para construção de uma democracia socialista, democracia essa que se daria a partir das bases, com as formas de representação política controladas de baixo, como preparação de um poder paralelo ao poder de Estado burguês, preparando-se para no momento da revolução absorver o comando do Estado na busca do controle do poder que a partir de baixo se estenderia a todos os órgãos de decisão política e econômica, buscando o fim da própria democracia como uma forma de transformação geral que leve à extinção do Estado.

1.2.1. Os Conselhos de Trabalhadores como forma de viabilizar a Democracia Socialista na perspectiva de Rosa Luxemburg e Vladimir Lênin.

Para Rosa, os conselhos seriam os instrumentos de mudança política, econômica e moral, formados para mudar a cultura social. Seria através deles que as massas aprenderiam

⁶⁸GRUPPI, op.Cit.,p.4 e 54.

⁶⁹LUXEMBURG, Rosa. Greves de massas, partido e sindicatos. In: _____ Teoria da organização Política: Escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mao, BOGO, Ademar (org.). Expressão Popular. São Paulo, 2005.p.312.

autodisciplina, senso de coletividade, bases da sociedade socialista, rompendo com o egoísmo e a corrupção que são os fundamentos morais da sociedade capitalista.⁷⁰

Percebemos em Rosa a consciência da necessidade de uma mudança do ideário da massa, para então mudar a sociedade. Nesse sentido ela considera que a sociedade socialista não significa o fim da democracia e sim seu aprofundamento, ou seja, democracia socialista significa auto governo dos produtores. Imagina um sistema conselhistas que envolva todas as camadas da população, exceto a burguesia, ou seja, “todos os que trabalham e não exploram trabalho alheio.”⁷¹

Para Loureiro, Rosa não teve tempo de teorizar sobre os conselhos. Existem poucas e genéricas indicações a respeito; mesmo assim encontramos em seus escritos a idéia do socialismo como autodeterminação dos trabalhadores, o que implica a transformação radical de todas as condições de vida da sociedade burguesa.

Os conselhos, ao exercerem tanto a função de legislar quanto a de executar, eliminariam a separação entre dirigentes e dirigidos, base do autoritarismo e da burocracia que funciona também como mola propulsora da dominação capitalista. Propõem, assim, uma sociedade sem Estado, ou a defesa de um anti-estado. “Na experiência conselhistas, Rosa teria encontrado a confirmação da espontaneidade criadora das massas que, buscando respostas aos problemas postos pela vida, acabam sempre por encontrá-las, desde que possam agir livremente”.⁷²

Os Conselhos de Operários e Soldados (COS) representam para Rosa o meio para chegar ao socialismo, desde que liquidem a propriedade, aniquilem os órgãos administrativos, jurídicos e do exército, exercendo o efetivo poder político. A revolução socialista exige um longo processo de conscientização das massas trabalhadoras, e os conselhos possuem um papel decisivo nesse processo. Contribui para essa elaboração a experiência alemã.⁷³ Para Rosa, os conselhos constituem a arma do proletariado na luta entre capital e trabalho;

⁷⁰“Por meio dos conselhos a grande massa trabalhadora deixa de ser uma massa governada [...] e passa a autodeterminar-se no plano político – devemos solapar o Estado burguês a partir da base, não separando por todo lados os poderes públicos, a legislação e a administração, mas unindo-as, pondo-as nas mãos dos COS [...] o objetivo é que os operários alcancem primeiro o controle e, finalmente, a direção efetiva da produção, ou em outras palavras, que as massas, em vez de instrumento da produção, se tornem, dirigentes autônomas desse processo [...]” LUXEMBURG, R. apud. LOUREIRO. op.Cit., p. 90.

⁷¹PEDROSA, M. Apud LOUREIRO.op.Cit.,p.91.

⁷²LOUREIRO.op.Cit., p.91

⁷³Na Alemanha os conselhos foram formados “Através de eleições democráticas ou por delegação, isto é, representavam o movimento em toda a sua extensão e por isso, na sua grande maioria, não constituíam instrumento de dominação de minorias no interior do movimento como um todo [...] expressão da auto-organização das massas.” LUXEMBURG, R. apud LOUREIRO. op.Cit., p. 145.

“socialismo significava auto governo dos trabalhadores no plano político e econômico, isto é, Republica conselhistas.”⁷⁴

As massas alemãs, apesar de criarem seus conselhos de forma espontânea, independente do Estado, viram nos mesmos uma alternativa de poder ao poder estatal. Apesar de os conselhos alemães terem possuído o poder nas primeiras semanas da revolução⁷⁵, não souberam utilizá-lo para pôr em prática suas reivindicações sociais e políticas; ficaram à espera de que o governo dos Comissários do Povo tomasse a iniciativa das reformas. Seu programa não era a revolução socialista; seus objetivos eram extremamente moderados, o que nos leva a colocar em discussão a teoria de Rosa segundo a qual a massa se conscientizava no seu processo de luta prática.

Os resultados negativos em favor dos conselhos no 1º Congresso Nacional dos Conselhos de Operários e Soldados, realizado em Berlim nos dias 16 a 21 de dezembro de 1918, quando os próprios delegados optaram por liquidar os conselhos explicitam as manobras mesquinhas dos dirigentes que, “explorando a falta de educação parlamentar e a imperícia dos representantes populares, mais uma vez iludiram as massas”⁷⁶

Ao analisar o ocorrido, Karl Liebknecht considerará que os operários “são apenas imperfeitamente esclarecidos, têm apenas uma fraca consciência de classe, são mesmo hesitantes, poucos decididos, sem energia, e conseqüentemente eles [os conselhos] não têm quase nenhum caráter revolucionário [...]”⁷⁷

Contudo, Rosa acreditava que chegariam à “total maturidade” na luta. Apesar de reconhecer que o sujeito teoricamente revolucionário – a massa – é iludida pelos partidos social-democratas a serviço da burguesia, o objetivo final continua a iluminar o presente, dando-lhe conteúdo e sentido. O presente, alienado, traz em si mesmo a possibilidade de mudança radical.

Podemos dizer que encontramos, em determinado momento, a idéia de intelectual orgânico de classe gramsciniano nas palavras de Rosa, quando afirma que

[...] Pensava-se que bastava derrubar o antigo governo e substituí-lo por um governo socialista; publicar-se-iam então decretos para instaurar o socialismo.

⁷⁴LOUREIRO. op.Cit.,p. 151.

⁷⁵Referimo-nos aqui a renúncia do imperador alemão que dará origem a República Alemã. “A República é então proclamada e o poder passa ser exercido por uma coalizão dos partidos operários [...] decisão ratificada por uma assembléia dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados [...]”LOUREIRO apud. LUXEMBURG.R.A Revolução Russa.Petrópolis,RJ: Vozes, 1991.p.23.

⁷⁶ibid.,p.155.

⁷⁷LIEBKNECHT apud LOUREIRO.o.Cit.,p.155.

Mais uma vez isso não passava de ilusão. O socialismo não é feito, não pode ser feito por decretos, nem mesmo de um governo socialista, por mais perfeito que seja. [...] A Liga Spartakus nunca tomará o poder a não ser pela vontade clara e inequívoca da grande maioria da massa proletária em toda a Alemanha. Ela só tomará o poder se essa massa aprovar conscientemente os projetos, objetivos e métodos de luta da Liga Spartakus.⁷⁸

Rosa frisa incansavelmente a necessidade de conquistar o poder pela base, o que significa transferir o poder aos conselhos, bem como ampliá-los incorporando os trabalhadores agrícolas e os pequenos camponeses. Os conselhos dão um conteúdo concreto à proposta socialista democrática de Rosa.⁷⁹

Segundo o programa spartakista, os conselhos seriam organismos inteiramente democráticos, com seus membros eleitos nos locais de trabalho e com mandato revogável a todo momento. Os conselhos deveriam subordinar-se a um conselho central, composto por delegados eleitos nos COS de todo o país, o qual elegeria um comitê executivo. A função do conselho central seria exercer um controle permanente sobre a atividade do comitê executivo e estabelecer um contacto vivo entre a massa dos conselhos e o organismo supremo que os representa.

O Comitê Executivo, por sua vez, nomearia e deporia os Comissários do Povo, as autoridades de maneira geral e os funcionários. Num sistema assim, as bases estariam diretamente representadas no governo, exercendo sobre ele forte controle e dando-lhe seu conteúdo democrático.⁸⁰

Participar nas eleições seria uma forma tática de educar as massas, o parlamento se constituía somente em um meio de auxiliar a revolução. Nessa perspectiva, conselhos e parlamento poderiam coexistir, mas o objetivo era a República conselhistas.

Ao adotar a teoria dos conselhos como forma de um novo poder estatal, Rosa não está aceitando aprovar a subordinação dos conselhos ao partido; esses seriam uma das múltiplas formas de organização proletária, ao lado dos partidos, sindicatos e associações diversas. Reconhece que, embora a ação livre seja situação necessária a uma sociedade emancipada, em um momento de luta de classes aberta, a tática bolchevique de assalto ao poder é mais

⁷⁸LUXEMBURG, R. apud LOUREIRO. op.Cit.,p. 156,157

⁷⁹Ver LOUREIRO.op.Cit., p.158.

⁸⁰ibid., p.158.

eficaz, mas tomar o poder significava muito mais que “assaltar o palácio do governo”, significava seu exercício pelos conselhos, o que o tornaria claramente democrático.

Pelo fato de sujeito e objeto se determinarem reciprocamente, não se tratava de esperar pela maturidade das massas, mas criá-las revolucionariamente, o que nos demonstra as ambigüidades presentes no pensamento de Rosa, que acredita na ação direta das massas, mas ao mesmo tempo defende a necessidade de intervenção no momento oportuno.⁸¹

Concordamos com Loureiro quando diz que a idéia do “socialismo como objetivo final a priori, como resultado de um processo adquirido nos embates quotidianos entre as classes”⁸², explica-se no pensamento de Rosa pela impossibilidade ou recusa de compreender o proletariado integrado a sociedade burguesa.

Mesmo discordando de Lênin em relação a função do partido, Rosa irá defender os soviets.

Para Rosa a social-democracia na Rússia além de ter estimulado e liderado a luta econômica, desenvolveu também “uma importante obra cultural fora da ordem legal burguesa”⁸³ Utiliza-se mesmo da experiência russa para fazer a defesa da espontaneidade das massas, alegando que a explicação dialética do movimento russo se encontra no fato de que um proletariado totalmente desorganizado ter criado uma rede de pequenos grupos organizados (está se referindo aos Soviets) em meio a luta revolucionária.

Para Bottomore, os conselhos de trabalhadores (soviets) politicamente orientados devem ser distinguidos dos conselhos de fábricas; estes se ocupavam da administração econômica de fábricas, instrumento de concretização da “democracia industrial”. Compreender os soviets exige despir-se de preconceitos em relação a eles, estes preconceitos, segundo Reed⁸⁴ são infundados se levarmos em consideração sua estrutura de funcionamento.

⁸¹“é preciso agir, mesmo correndo o risco da derrota, pois o resultado não pode ser previsto de antemão. Porém, não se pode perder de vista que é preciso escolher o momento oportuno para intervir, caso contrário, a revolução estará condenada ao fracasso. Mas como o momento oportuno é, ao mesmo tempo, produto da espontaneidade e da consciência, essa escolha depende de um conjunto de fatores imponderáveis, e o revolucionário não possui qualquer garantia. É nesse plano de imprevisibilidade que Luxemburg se move e só assim podemos entender as suas oscilações naquela conjuntura. Aquilo que parecia resolvido no plano teórico, [...] a unidade entre teoria e prática pela mediação da consciência de classe, permanece como problema no momento da ação. Isso leva-me a concluir que os dilemas existentes na prática de Rosa Luxemburg [...] estão no cerne do próprio projeto revolucionário” LOUREIRO. op.Cit., p. 179.

⁸²Ibid.,p.179,180.

⁸³LUXEMBURG, Rosa. Greves de massas, partido e sindicatos. In: _____ Teoria da organização Política: Escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mao, BOGO, Ademar (org.). Expressão Popular. São Paulo, 2005.p.297.

⁸⁴REED,John. Como funcionam os Soviets. Trad.Convergência Socialista. Editado por Convergência Socialista. p.09.

Sua estruturação é muito anterior ao bolchevismo no poder, remonta a 1905 “quando, no decorrer da primeira greve geral dos operários, as fábricas de Petrogrado e as organizações sindicais enviaram delegados a um comitê central”⁸⁵ que foi intitulado “Conselho dos Deputados Operários” o qual organizou no fim de 1905 a segunda greve geral da Rússia,enviando emissários através de toda a Rússia, e sendo reconhecido por um curto período pelo governo imperial como órgão oficial da classe operária.

Após um período de refluxo, ressurgiu em março de 1917 ampliando-se para incluir também delegados do exército e passando a se chamar “Conselho dos Deputados Operários e Soldados”. Coordenarão de diferentes setores a manutenção da ordem diante da paralisia da Duma⁸⁶, assumindo também a tarefa de defender a Revolução. A partir do momento em que a Duma foi obrigada a apelar para os conselhos, começaram a coexistir na Rússia dois organismos governamentais. Eles entraram em competição e isso até novembro de 1917, data na qual os soviets, sob a direção dos bolcheviques, derrubaram o governo de coligação.⁸⁷

Inicialmente os critérios para eleger os delegados dos Soviets variavam conforme “as necessidades e quantidades da população nos diferentes locais”. Com o tempo os Soviets das grandes cidades perceberam que seus Soviets se tornariam demasiadamente grandes se não limitassem o “número de representantes a um por cada quinhentos votantes”. Os primeiros Congressos foram convocados com um delegado para cada 25.000 votantes, porém os delegados representavam massas eleitorais diversas.

Até fevereiro de 1918 a votação para eleger deputados aos Soviets era livre “Se a burguesia tivesse exigido e organizado a sua representação nos Soviets, isto ter-lhe-ia sido permitido.”⁸⁸ Em Março de 1918 a constituição dos Soviets se torna mais elaborada limitando o direito de sufrágio. Nesse quadro percebe-se um rompimento com a idéia de democracia liberal, e um claro conteúdo de classe, quando se proíbe de votar: “os que utilizam o trabalho de outras pessoas para dele tirarem lucro; os que viviam de uma renda não ganha com o seu trabalho; os comerciantes e agentes do comércio privado; os membros das comunidades religiosas; os antigos membros da polícia e da gendarmaria; [...] os agentes de empresas lucrativas.”⁸⁹

⁸⁵Ibid., p.09.

⁸⁶Parlamento Russo.

⁸⁷No início os soviets eram formados basicamente por operários e soldados, posteriormente foram-se formando os soviets de camponeses, que, contudo permanecem separados “pelos elementos reacionários que os dirigiam” e só iram se unir após a Revolução de outubro. Os Soviets dos Deputados Soldados por sua vez irão existir somente até o início de 1918, sendo abolidos depois da desmobilização do antigo exército e integrados nas fábricas e nas instituições agrícolas. VER REED. op.Cit.,p.11.

⁸⁸Ibid.,p.12,13.

⁸⁹ibid., p.13,14.

A estrutura de funcionamento fugia a lógica liberal, na busca de possuir uma efetiva representatividade das bases. A vontade dos trabalhadores se expressava diretamente, mesmo se utilizando de um meio de representação, já que essa representação emanava diretamente das massas, e ligada a elas responde a elas.⁹⁰

Os camponeses também eram representados nos sovietes. Cada mil camponeses enviava um delegado à aldeia que por sua vez enviava delegados ao distrito o qual enviava delegados a província. Assim como os camponeses os sovietes de operários enviavam delegados ao soviete da província.

Os sovietes operários eram formados por 1200 delegados, com sessões plenárias de duas em duas semanas. Nomeavam um comitê executivo central de 110 membros eleitos numa base proporcional dos partidos. A par dos sovietes operários haviam os sovietes de bairro, compostos por delegados de cada bairro e responsáveis pela administração dos respectivos setores urbanos, se não houvesse fábricas e, conseqüentemente, operários nos bairros, a organização poderia ser reivindicada por cozinheiros ou outros trabalhadores. Os delegados eleitos poderiam ter seus mandatos revogados a qualquer momento. Ocorriam congressos nacionais pelo menos duas vezes no ano, sendo os delegados eleitos através de pleitos populares com 01 delegado para cada 125.000 eleitores nas províncias e 01 delegado para cada 25.000 eleitores nas cidades. O congresso poderia ser convocado a qualquer momento a pedido do Comitê Executivo Central ou por sovietes que representassem um terço da população operária russa. Reuniam-se normalmente na capital e deliberavam sobre pontos essenciais da política nacional.

O Congresso elegia o Comitê Executivo Nacional, o qual convocava os delegados dos comitês centrais de “todas as organizações democráticas”. Segundo Reed, esse Comitê Executivo Central se desenvolveu de tal maneira que ocupou o espaço do parlamento na Rússia. Poderíamos dizer que o objetivo de criar uma estrutura paralela ao parlamento burguês, que viria ocupar o espaço do mesmo, obteve êxito, não obstante esse êxito exigisse análises para entender porque acabou sendo substituído por uma burocracia estatal.

Na constituição dos sovietes existia uma descentralização de poder e uma verdadeira democracia pela base, em razão de os mesmos exprimirem a vontade das massas, não só no Congresso Nacional, como também em cada uma de suas sessões, nas quais sua autoridade era suprema. “Esta descentralização é efetiva, pois são os Sovietes locais que criam o governo

⁹⁰“O soviete não é o único instituto representativo, mas um conjunto de instituições locais, descentralizadas, ligadas a suas bases, que culmina no soviete representativo de toda a nação” GRUPPI.op.Cit.,p.155.

central e não o governo central que cria os órgãos locais”⁹¹ O Comitê Executivo Central deliberava sobre as questões, mas não possuía autoridade para torná-las obrigatórias nacionalmente; somente o Congresso Nacional possuía essa autoridade, o qual era formado pelos delegados eleitos pelos soviets. Os soviets exprimiam a vontade política das massas em todo o país, no Congresso Nacional e em cada uma de suas secções, **onde sua autoridade era praticamente suprema.** Sua função principal – dos soviets - era defender e consolidar a Revolução, portanto não eram os interesses regionais ou de grupos que deveriam ser “salvaguardados”, mas a causa da Revolução, que é a mesma para o conjunto da classe proletária. As leis eram votadas pelos soviets, que institucionalizaram as transformações econômicas fundamentais, mas elas só podiam ser aplicadas pelas organizações populares locais.⁹² Para Reed, a Revolução de outubro só foi vitoriosa pelo fato de ter existido organizações “democráticas”, antes da Revolução.⁹³

Após as experiências da revolução de 1905, Lênin irá direcionar a ação revolucionária para a criação de um governo que expressasse a ditadura democrática do proletariado “numa clara alusão à implantação do poder dos trabalhadores nos moldes da Comuna de 1871.”⁹⁴ Trata-se da necessidade de um Estado de transição, no qual a maioria exerceria o domínio sobre a minoria. Um Estado no qual as estruturas – exército, polícia, educação etc. – bem como as forças produtivas seriam diretamente controladas pela sociedade civil, e o instrumento de implementação dessa democracia direta dos trabalhadores seriam os soviets. No entender de Lênin, estes constituiriam a mais alta forma de democracia no período da ditadura do proletariado, sendo uma forma de dirigir o Estado sem a burguesia e contra ela a serviço das massas trabalhadoras.

Segundo Bottomore, Lênin não escreveu um tratado sobre os soviets, assim como Rosa não escreveu um tratado sobre os conselhos, como forma de organização política, mas parece ter visto nos mesmos as bases para a concretização do objetivo de destruição do Estado burguês.

Em 1917, ele os define como “os novos depositários do poder”, afirmando serem eles um novo aparelho de Estado que “[...] proporciona uma força armada de trabalhadores e de

⁹¹ REED.op.Cit., p.19

⁹² Ibid., p.23.

⁹³ “Senão tivessem já existido organizações democráticas antes da Revolução não há dúvida que a Revolução Russa teria fracassado. A rede comercial normal de distribuição teria sido completamente desmantelada. [...] Se uma parte considerável da Rússia estivesse realmente contra o governo dos Sovietes, os Sovietes não existiriam nem mais uma hora” *ibid.*, p.43,44.

⁹⁴ MAZZEO, Antonio C. Sociologia Política Marxista. São Paulo: Cortez, 1995.p.41.

camponeses; e esta força não está divorciada do povo, como o estava o antigo exército permanente, mas se acha ligada ao povo de modo muito estreito [...]”⁹⁵

Alegava que o soviete era mais democrático que qualquer aparelho de Estado, porque impedia o desenvolvimento da burocracia de políticos profissionais. Na discussão sobre Assembléia Constituinte e sovietes, salientou a impossibilidade de conciliar o poder soviético com a democracia burguesa, considerando o poder soviético como a “expressão direta do poder da classe trabalhadora”. Dissolveu a Assembléia Constituinte, justificando essa medida com o fato de que os sovietes representavam uma forma mais elevada de democracia do que os parlamentos burgueses.

Em 1918, em consonância com a idéia de os conselhos na Alemanha serem considerados por alguns como órgãos de transição, Kaustky vai combater a dissolução da Assembléia alegando que os bolcheviques estavam tentando transformar uma organização de combate em órgãos de governo. Critica severamente a exclusão de membros da burguesia dos sovietes, alegando que isso significaria a privação de direitos de um grande número de pessoas, o que impediria a formação de uma consciência de classe política do proletariado. Para Kaustky, o governo soviético estaria fadado a tornar-se a ditadura de um partido dentro do proletariado.

Contra essas argumentações, Lênin alegará que Kautsky não leva em consideração a história da divergência entre Assembléia Constituinte e ditadura do proletariado. Se defende das acusações feitas pelo alemão (para Kautsky defender a dissolução da Assembléia Constituinte com a conseqüente transferência de poder aos Sovietes seria um golpe bolchevique por possuir minoria na Assembléia) como um falseamento de fatos, pois não leva em consideração as teses de 04 de abril de 1917 em que já se proclamava “a superioridade de um estado do tipo da Comuna sobre a república parlamentar burguesa”⁹⁶, posição manifestada em diversas ocasiões através de artigos bem como na Conferência do Partido Bolchevique em fins de abril de 1917. Nesse sentido, para Lênin, Kautsky buscava apresentar os bolcheviques como oportunistas, aliando-se a burguesia na busca de manter um domínio sobre a massa, renegando assim o pensamento marxista.

Para Lênin a Assembléia Constituinte foi protelada diversas vezes e não era intenção da burguesia convocá-la, caso fosse forçada a isso pela massa, não tinha a ilusão de que deixariam passar medidas que realmente levassem a revolução proletária a sua efetivação. Segundo Lênin, Kautsky fica preso à crítica aos bolcheviques com a clara intenção de desviar

⁹⁵ LENIN apud BOTTOMORE.op.Cit.,p.77,78.

⁹⁶ LENIN, Vladimir. Ilusões Constitucionalistas. Série Materialismo Histórico. São Paulo: Kairós, 1985.p.138.

a atenção do ponto principal da questão, a república parlamentar democrático-burguesa é inferior a uma república do tipo Comuna⁹⁷ A atitude de Kautsky e seus seguidores é vista por Lênin como uma atitude de conciliação com a burguesia, não percebendo as mudanças no movimento e nas condições de luta que o momento histórico reivindicava. Em grande medida atribui a influência dessa leitura sobre as massas alemãs, ao fato de terem se formado sob a influência do parlamentarismo e estarem impregnadas de preconceitos burgueses.

Percebe-se em Lênin a não fundamentação do argumento de Kautsky quando o mesmo defende que não se deveria exigir que os soviets adotassem como próprio o Programa do Partido, pois são indispensáveis na conjuntura soviética tanto o partido quanto os soviets, devendo haver uma articulação entre ambos, “Creio [...]que, no plano político, o soviete dos deputados operários deva ser considerado como um governo revolucionário provisório em embrião.”⁹⁸

A noção de centralismo se aperfeiçoa e completa com o conceito de centralismo democrático, em que a base é democrática e a direção centralizada, e a unidade e disciplina são “resultado do confronto democrático das experiências e das idéias, da vontade coletiva do partido, que se expressa democraticamente no congresso e na sua maioria, à qual todo o partido deve obediência”⁹⁹

Em seu testamento, percebe-se a luta dentro dos limites a que a doença o submetia por combater a burocracia que percebia instalando-se no partido.¹⁰⁰ A solução passaria necessariamente pelo aumento do número dos membros do Comitê Central para “várias dezenas”, ou até mesmo “uma centena” expressada em sua Carta ao Congresso. Esse aumento de números é necessário para elevar a autoridade do Comitê Central e para impedir que conflitos de pequenos setores adquiram importância demasiado grande para os destinos do partido. Esse aumento de membros, vindos da classe operária, segundo Lênin, aumentaria a

⁹⁷É necessário frisar que nenhum dos pensadores aqui trabalhados estão fazendo a defesa da total abolição da democracia de cunho liberal, o debate sobre a importância histórica deste tipo de democracia enquanto garantidora das liberdades de associação do proletariado é fértil, a questão colocada em pauta neste trabalho é a perspectiva dos mesmos de que essa democracia não é o fim, mas somente um momento de passagem para a verdadeira democracia proletária.

⁹⁸LENIN V. Apud GRUPPI. op.Cit., p.65.

⁹⁹GRUPPI. op.Cit., p.68.

¹⁰⁰“sugere o melhor caminho para que se devolva ao Comitê Central a capacidade de decidir, isto é, propõe o retorno ao velho método de entregar ao coletivo a direção da sociedade. Em palavras mais modernas, trata-se de retornar ao centralismo democrático e abandonar o centralismo burocrático”BERTELLI,A.R. apud LENIN,V. I. Últimos Escritos (Testamento Político) & Diário das secretárias. Coleção Fundamentos nº 12. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979b.

solidez do Partido. Nessa perspectiva talvez essa fosse a maneira, encontrada por Lênin, para impedir os personalismos descritos por Michels ao analisar os chefes operários¹⁰¹

Ilustrando essa perspectiva encontramos falas que colocam em questão os rumos do PC soviético.¹⁰² Quanto maior o número de membros do Comitê Central mais pessoas teriam aprendido o trabalho e tanto menor seria o perigo de uma dissidência devido a uma imprudência. Lênin busca dar respostas ao fato de a revolução ter arrebatado “o velho aparelho ao tzar e à burguesia, e que agora, com o advento da paz e com um mínimo de garantia contra a fome, todos os esforços devem tender a melhorar o aparelho.”¹⁰³

Os soviets representariam a democracia pelas bases levando a democracia burguesa a seu extremo, ou seja, ao questionamento da própria propriedade privada, pois são “institutos democráticos que emanam de baixo para cima”¹⁰⁴, apesar da contradição entre democracia burguesa e democracia proletária, a democracia burguesa levada a suas últimas conseqüências, traduz-se em seu contrário, a democracia proletária. A relação dialética existente entre as duas – de negação e elevação – é realizada pela práxis revolucionária.

A diferença histórica entre Alemanha e Rússia consiste no fato de, após a Revolução, que derrubou a autocracia, a Alemanha ter dissolvido os conselhos considerando-os apenas órgãos de transição, enquanto na Rússia – a despeito dos acontecimentos posteriores à morte de Lênin – os soviets não só terem sido mantidos como terem assumido o espaço do parlamento burguês.

É possível verificar que a estrutura de funcionamento dos soviets é bem mais complexa que a dos conselhos operários alemães com um alargamento da sua base de participação que vai além da fábrica. O Comitê Central dos Soviets abriam suas portas à participação dos comitês centrais de todos os partidos, dos comitês centrais dos sindicatos profissionais, comissões das empresas e de outras organização democráticas.

Apesar das discordâncias quanto ao papel do partido, na questão da democracia pela base, Rosa concorda com Lênin sobre a importância de os soviets terem poder, tanto é que, em seu texto sobre A Revolução Russa, ela afirma contundentemente que, se não fossem os

¹⁰¹Ver MICHELS:1982.

¹⁰²“O camarada Stálin, convertido em secretário geral, concentrou em suas mãos um poder ilimitado, e não estou seguro de que saiba utiliza-lo sempre com prudência suficiente. Por outro lado, o camarada Trotski [...] pessoalmente talvez seja o homem mais capaz do atual C.C., porém é também presunçoso em excesso e se apaixona em demasia pelos aspectos puramente administrativos do trabalho”LENIN, Vladimir I.Últimos Escritos (Testamento Político) & Diário das secretárias. Coleção Fundamentos nº 12. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979b.p.51.

¹⁰³Ibid., p.52

¹⁰⁴“O regime soviético significa a máxima democracia para os operários e camponeses e, ao mesmo tempo, rompimento com a democracia *burguesa* e surgimento de um *novo tipo* de democracia de importância histórico-mundial, precisamente a ditadura do proletariado”LENIN, V. Apud GRUPPI. op.Cit., p. 166.

soviéticos, a Revolução Russa poderia ter tido outro desfecho, tornando-se simplesmente uma Revolução burguesa para a derrubada da autocracia, ou, pior ainda, um governo militar com um regime de terror e com a volta inevitável da monarquia.¹⁰⁵ Assim apesar da polêmica entre Rosa e Lênin, ela reconhece que o partido bolchevique foi o único, na Rússia, a perceber o momento histórico da Revolução, o único a praticar uma política realmente socialista.¹⁰⁶

Mesmo combatendo a perspectiva de vanguarda leninista, percebemos uma certa contradição em seus escritos. Por exemplo quando discorre sobre a Revolução russa e o papel dos bolcheviques, fica patente em seus escritos a defesa da tática vanguardista dos bolcheviques como a definidora dos rumos da Revolução.¹⁰⁷ No entanto, ao criticar a política bolchevique no que concerne ao direito das nações à autodeterminação,¹⁰⁸ faz uma defesa das liberdades democráticas burguesas, criticando os bolcheviques pela ausência de importância dada ao voto popular.

Mais uma vez Rosa demonstra a sua confiança nas massas, as quais teriam condições de influenciar seus eleitos na luta por seus interesses.¹⁰⁹ Acreditava que a pressão das massas seria suficiente para corrigir os rumos das instituições criadas sob o jugo da burguesia e, portanto, quanto mais democrática fosse a instituição, mais imediata seria a influência das massas. Interpreta a dissolução da Constituinte russa como uma agressão à democracia, único

¹⁰⁵“Nesta situação coube a tendência bolchevique o mérito histórico de ter proclamado e prosseguido [...] a única tática que podia salvar a democracia e fazer avançar a revolução. **Todo o poder às mãos das massas operárias e camponesas, às mãos dos soviéticos** – esta era, de fato, a única saída para as dificuldades em que se encontrava a revolução, o golpe de espada que permitia cortar o nó górdio, tirar a revolução do impasse e deixar o campo livre à continuação de um desenvolvimento sem entraves.” LUXEMBURG, Rosa. A Revolução Russa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.p.68.

¹⁰⁶“O partido de Lênin foi, assim, o único na Rússia que compreendeu os verdadeiros interesses da revolução [...] seu elemento motor [...] o único partido a praticar uma política realmente socialista.” *ibid.*, p. 68.

¹⁰⁷Pupilos incorrigíveis do cretinismo parlamentar simplesmente transpõem para a revolução a sabedoria caseira do jardim de infância parlamentar: para fazer alguma coisa é preciso ter antes a “maioria”. Mas a dialética real das revoluções inverte essa sabedoria de toupeira parlamentar: o caminho não conduz da maioria a tática revolucionária, ele leva à maioria pela tática revolucionária. Apenas um partido que saiba dirigir, isto é, fazer avançar, ganha seus seguidores na tempestade. A resolução com que Lênin e seus companheiros lançaram no momento decisivo a única palavra de ordem mobilizadora – todo o poder ao proletariado e campesinato – fez, praticamente de um dia para o outro, de uma minoria perseguida, [...] a dona absoluta da situação.” *ibid.*, p.71.

¹⁰⁸ Não no deteremos nesta polêmica, trazemos ela para a discussão somente para nos apropriarmos da crítica que Rosa faz da ruptura dos bolcheviques com a questão das liberdades democráticas burguesas, maiores detalhes ver LUXEMBURG, Rosa. A Revolução Russa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.p.76 a 77

¹⁰⁹“[...] o fluido vivo do estado de espírito popular banha constantemente os organismos representativos, penetra-os, orienta-os [...] a revolução que por sua efervescência e seu ardor cria essa atmosfera política [...] a pulsação da vida do povo influem instantaneamente e do modo mais extraordinário sobre os organismos representativos. É justamente isso que se fundam sempre as cenas célebres e impressionantes, no início de todas as revoluções, em que velhos parlamentos reacionários ou muito moderados, [...] transformam-se subitamente em porta-vozes heróicos da insurreição, em revolucionários românticos e impetuosos” *ibid.*, p.86, 87.

canal possível da “libertação” das massas, apesar de reconhecer seus limites dentro da democracia burguesa.¹¹⁰

Percebemos que Rosa não trabalha com a idéia de uma nova configuração democrática que fugisse à democracia burguesa, ou seja, a palavra de ordem “todo poder aos soviets” já trazia, em seu bojo, a idéia de democracia construída pelas bases. Apesar de concordar com a idéia de “todo poder aos soviets”, Rosa discorda completamente da supressão dos organismos democráticos burgueses pelos bolcheviques. Considera que assim estará sendo tirado das massas a capacidade de se auto-educar, pois, para ela, é através dos mecanismos democráticos burgueses, com uma política de massa, que a massa poderá ter acesso a educação política que conduzirá a ditadura do proletariado.¹¹¹

Lênin por sua vez trabalha com a idéia de desigualdade política, entre a cidade e o campo, inerente ao capitalismo e também presente no processo de transição do capitalismo ao comunismo. Nessas condições, a cidade dirige o campo, o qual acompanha “inevitavelmente a cidade” ficando, portanto, como problema saber que classe urbana conseguirá dirigir o campo. Daí a importância de pensar os parâmetros da democracia burguesa.¹¹²

Para Lênin transformar o Estado em instrumento da luta proletária arrancando-o à burguesia, passa necessariamente pela demolição do aparelho estatal nos moldes burgueses e pela sua substituição por um outro aparelho de Estado que deve ser adaptado à ditadura do proletariado e à sua luta para ganhar as massas. Esse novo aparelho estatal não é, como diz Rosa, “inventado por um grupo de iluminados”, mas surge da própria luta de classe à medida que esse luta “se amplia e se intensifica”, sempre mediada pela teoria, e, para Lênin essa nova organização estatal são os soviets.¹¹³

¹¹⁰ “[...] o pesado mecanismo das instituições encontra corretivo poderoso no movimento vivo e na pressão constante da massa. E quanto mais democrática a instituição, quanto mais viva e forte a pulsação da vida política das massas, tanto mais imediata e precisa é a influência que exercem [...] certamente toda instituição democrática tem seus limites e lacunas, [...] Só que o remédio encontrado por Lênin e Trotski – suprimir a democracia em geral – é ainda pior que o mal que devia impedir; com efeito, ele obstrui a única fonte viva a partir da qual podem ser corrigidas as insuficiências congênicas das instituições sociais[...] *ibid.*, p.86, 88.

¹¹¹ *Ibid.*, p.88 a 93.

¹¹² “Por mais que os democratas pequeno-burgueses, que se auto-intitulam socialistas e social-democratas [...] bata no peito e se inclinam diante das deusas da 'igualdade', do 'sufrágio universal', da 'democracia' [...] não desaparecerá o fato econômico e político da desigualdade entre a cidade e o campo. [...] A cidade inevitavelmente, dirige o campo. O campo inevitavelmente, acompanha a cidade. O único problema é *que classe* 'urbana' conseguirá dirigir o campo, fará frente a esta tarefa, e qu formas assumirá a *direção exercida pela cidade.*” LENIN.V. In: _____ BERTELI. Antonio R. (org.) Lênin: Estado, Ditadura do Proletariado e Poder Soviético. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988. p.273,274.

¹¹³ “o proletariado deve primeiro derrubar a burguesia e conquistar *para si* o poder estatal [...] o proletariado consegue isto, *não* colocando em marca o velho aparelho estatal, mas demolindo-o [...] e criando um *novo* aparelho estatal. Este novo aparelho estatal deve ser adaptado à ditadura do proletariado e à sua luta contra a burguesia para *ganhar* as massas trabalhadoras não-proletárias. Esse novo aparelho não é inventado do nada, *surge* da luta de classe do proletariado na medida em que esta luta se amplia e se intensifica. [...] Esse novo aparelho de poder estatal, o novo *tipo* de poder estatal, é o *poder soviético*. Imediatamente, poucas horas após ter

Lênin responde às críticas recebidas no interior da II Internacional a respeito das eleições democráticas, dizendo que seus críticos não compreenderam a dialética revolucionária, segundo a qual a revolução só pode ser vitoriosa se conquistar a maioria da população. Limitar essa conquista aos canais eleitorais de viés burguês é uma ignorância, porque não leva em conta a influência ideológica burguesa sobre as massas, e isso significa deixar a massa sob a influência dos mesmos.¹¹⁴

Em relação às eleições, a discordância vital entre Rosa e Lênin está no centro também dessa discordância eleitoral. Rosa, ao partir do pressuposto de auto consciência das massas, nega a influência da ideologia burguesa sobre elas. Lênin, ao contrário, parte da idéia de que as massas são iludidas pela burguesia, e que o grande instrumento operacional para tanto é o aparelho de Estado, incluindo-se as eleições ditas democráticas.¹¹⁵

Ao debater com a social-democracia alemã, expõe que o sufrágio universal representa um índice da maturidade alcançada pelas classes na compreensão de seus problemas e como essas diferentes classes tendem a resolvê-los. Contudo, a solução real desses problemas não ocorre pelas votações, mas sim pela luta de classes. O processo eleitoral seria tão somente a aparência fenomênica do caminho encontrado para essa solução. O partido revolucionário deve participar do parlamento burguês utilizando esse meio com a finalidade de esclarecer as massas, o que pode ser feito durante as eleições, mas limitar a luta de classes à luta parlamentar é descambar para o campo da burguesia.¹¹⁶

É evidente que a defesa da democracia por Rosa não se dá pelos mesmos motivos dos social-democratas alemães da II Internacional, os quais defendiam a necessidade de ganhar as massas primeiro para depois tomar o poder. A questão, para Rosa, passava pela democracia

conquistado o poder estatal o proletariado russo declarou dissolvido o velho aparelho do Estado [...] e entregou *todo o poder aos soviets*.”. Ibid.,p.281. Grifos originais

¹¹⁴“[...]o proletariado não pode conseguir a vitória se não conquistar a maioria da população. Porém, limitar ou sujeitar esta conquista à obtenção da maioria de votos em eleições realizadas sob o domínio da burguesia e a maior das ignorâncias, ou um simples engano dos operários. [...] deve *destruir completamente* a influência da burguesia e dos conciliadores pequeno-burgueses sobre a *maioria* das massas trabalhadoras não-proletárias [...]”
ibid.,p.283. Grifos originais

¹¹⁵“As *vacilações* dos setores trabalhadores não-proletários são inevitáveis, e inevitável é também sua própria *atividade prática*, que lhes permitirá comparar a direção da burguesia com a direção do proletariado. Esse é o detalhe que aqueles que veneram a ‘demorci consequente’, e pensam que é possível resolver com votações problemas políticos extremamente importantes, constantemente perdem de vista”
ibid.,p.284. Grifos originais

¹¹⁶“[...] todos os representantes e partidários [...] quando reconhecem verbalmente a ditadura do proletariado,mas de fato, com sua propaganda, transmitem ao proletariado a idéia de que primeiro deve-se conseguir a expressão formal da vontade da maioria da população sob o capitalismo (isto é, a maioria de votos no parlamento burguês) para transferir mais tarde o poder político para o proletariado [...] não compreendem a ditadura da burguesia, que na realidade impera, inclusive, nas repúblicas mais democráticas, e [...] não compreendem tampouco s condições necessárias para se acabar com ela [...] se esquecem que,em grande medida, os partidos burgueses podem dominar porque enganam as massas da população [...]”
ibid.,p.290.

como canal de educação das massas; porém, os argumentos leninistas não deixam de ser válidos também neste debate.¹¹⁷

Na realidade, Rosa reconhece que as condições objetivas da Rússia impunham as medidas adotadas por Lênin. Sua crítica vai à não-distinção entre o que era contingente e que era substancial.¹¹⁸ Apesar de suas discordâncias com Lênin, encontramos nos escritos “O que quer a Liga Spartakus?” algumas questões que não diferem do contido no Programa dos Soviéticos.¹¹⁹

O documento em questão mostra também a ambigüidade de Rosa em relação ao seu grande embate com Lênin “a vanguarda”. Ao se defender daqueles que os acusavam de desejar o poder afirma “[...]A Liga Spartakus não é um partido que queira chegar ao poder passando por cima da massa operária ou servindo-se da massa operária. A Liga Spartakus é apenas a parte mais consciente do proletariado que indica a cada passo às grandes massas do operariado suas tarefas históricas [...]”¹²⁰

1.2.2. Antonio Gramsci e a construção da Democracia Socialista.

Para Bottomore, Gramsci examinou a organização política dos soviéticos de uma forma mais teórica, em contraposição aos demais que os analisaram de uma perspectiva política mais imediata.

Gramsci equipara os soviéticos aos conselhos de fábrica, que não seriam somente uma organização para levar a luta em frente,¹²¹ mas a base organizativa do Estado proletário. A democracia dos trabalhadores exerceria a função de ordenar essas instituições em uma

¹¹⁷ “[...] junto ao proletariado ou a essa parte do proletariado que tem consciência de seus objetivos revolucionários e é capaz de lutar para consegui-los, há também nas massas trabalhadoras numerosas camadas proletárias, semi-proletárias ou semi pequeno-burguesas, não-conscientes politicamente, que seguem a burguesia e a democracia burguesa [...] porque foram enganadas, não tem confiança em suas próprias forças ou nas forças do proletariado [...]” *ibid.*, p.291.

¹¹⁸ “[...] Os bolcheviques mostraram que podem realizar tudo aquilo de que um partido autenticamente revolucionário é capaz nos limites das possibilidades históricas. [...] Pois uma revolução proletária exemplar e perfeita num país isolado, esgotado pela guerra mundial, estrangulado pelo imperialismo, traído pelo proletariado internacional seria um milagre. O que importa é distinguir, na política dos bolcheviques, o essencial do acessório, a substância da contingência. [...]” *LUXEMBURG, op. Cit.*, p.97.

¹¹⁹ “O Documento em questão defende a necessidade de “supressão de todos os parlamentos e conselhos municipais, cujas funções serão preenchidas pelos conselhos de operários e soldados” “[...] direito dos operários e soldados de, a todo momento, revogarem os mandatos dos seus representantes [...] eleição de delegados dos conselhos operários e de soldados [...] para o Conselho Central [...] que por sua vez, elegerá um Comitê Executivo [...] . O Conselho Central reunir-se-á, no mínimo, uma vez a cada três meses [...] a fim de exercer um controle permanente sobre a atividade do Comitê Executivo e de estabelecer um contacto vivo entre a massa [...]” *ibid.*, p.106 e 107.

¹²⁰ *Ibid.*, p.109.

¹²¹ “Todos os problemas inerentes à organização do Estado proletário são inerentes à organização do conselho” *GRAMSCI, apud BOTTOMORE. op. Cit.*, p.78.

hierarquia de poderes altamente centralizada preparada para substituir a burguesia em todas as suas funções de administração e controle, e os conselhos seriam os órgãos por excelência nessa tarefa. Qualquer outra organização proletária não estaria habilitada a isso.¹²²

Para Gramsci, cada forma social e estatal teve necessidade de um novo tipo de funcionário, porém os novos grupos dirigentes nunca puderam prescindir, mesmo que por um certo tempo, da tradição e dos interesses constituídos antes de seu advento. A tarefa do Partido é ensinar o proletariado a organizar sua força de classe, para que se torne classe dominante na busca de dominar a classe burguesa, controlando os organismos do novo Estado com vistas a desenvolver uma obra realmente revolucionária, rompendo com as antigas relações inerentes ao princípio da propriedade privada. A ação de destruição do Estado burguês deve necessariamente vir acompanhada de uma obra “positiva de criação e produção”, do contrário é inútil a força política, e a ditadura do proletariado não se sustenta.

A organicidade¹²³ do Estado proletário só existe no **centralismo democrático**, centralismo em movimento que se adapta continuamente ao movimento real, que ajusta os impulsos de baixo e os comandos do alto, elementos que nascem das “profundezas da massa” e se encaixam no aparato de direção. É orgânico, porque leva em conta o movimento, não enrijece mecanicamente a burocracia.¹²⁴

O centralismo democrático vive, se for adaptado continuamente às necessidades, na busca crítica de organizar e conectar o que é semelhante como uma necessidade prática experimental e não o resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato. A ação política concreta é o empenho em distinguir o elemento “internacional” e “unitário” na realidade nacional e local, criando a necessidade de unidade orgânica entre teoria e prática, entre governantes e governados.

Na democracia burguesa não são os números a “lei suprema” nem o peso de cada eleitor – os números são um simples valor instrumental – é a eficácia e a capacidade de expansão e persuasão das opiniões de minorias ativas, ou seja, de vanguardas; portanto não é verdade que o peso das opiniões seja “exatamente” igual, as idéias e opiniões não nascem espontaneamente no cérebro de cada individuo que as elaborou e apresentou. Resolver o

¹²²“Os sindicatos são uma forma da sociedade capitalista [...] são parte integrante do capitalismo e tem um caráter essencialmente competitivo, não-comunista, porque organizam os trabalhadores não como produtores, mas como assalariados que vendem a mercadoria força de trabalho.” BOTTOMORE. op.Cit., p. 78.

¹²³Organicidade entendida como ordenamento, estabelecimento das bases de funcionamento.

¹²⁴O **centralismo burocrático**, ao inverso, indica que o grupo dirigente está saturado, perpetuando seus mesquinhos privilégios, regulando e sufocando o nascimento de forças opostas, mesmo que sejam homogêneas aos interesses dominantes fundamentais.

problema da formação de uma vontade coletiva significa pesquisar como se formam as vontades coletivas **permanentes** e seus objetivos mediatos e imediatos.

Para Gramsci, a grande questão é como formar o homem coletivo, o homem que supera seu individualismo burguês, como atingir o objetivo enunciado por Marx.¹²⁵

Nesse quadro é importante a crítica ideológica. O que era secundário e subordinado nas velhas ideologias deve ser assumido como principal, tornando-se o núcleo de um “novo complexo ideológico”.

A tarefa educativa e formativa do Estado que busca criar novos tipos de “civilização” e adequar a “civildade” e moralidade das massas às necessidades de desenvolvimento do aparato econômico da produção, elaborando novos tipos de humanidades deve ser invertido. É o aparato econômico de produção que deve servir às humanidades das massas. “Mas como cada indivíduo conseguirá se incorporar ao homem coletivo e como se fará pressão educativa sobre cada um obtendo acordo e colaboração, transformando a necessidade e a coerção em “liberdade”?”¹²⁶ Multidões dominadas por “interesses imediatos ou presas da paixão suscitada pelas impressões do momento, transmitidas acriticamente de boca em boca, se unifica na decisão coletiva”¹²⁷, porém se não estão ligadas por vínculos de responsabilidade para com seus semelhantes, ou com uma realidade econômica concreta, não superaram seu individualismo. O homem coletivo deve formar-se de **baixo para cima**, com base na posição da coletividade no mundo da produção. Para Gramsci, o novo mundo deve surgir do mundo da produção, do trabalho, daí a importância dada aos Conselhos de Fábrica.¹²⁸

Para DelRoio, em Rosa os “Conselhos de fábrica e os conselhos de operários e soldados deveriam configurar a estratégia da luta anti-capitalista e ser a base sobre a qual se organizaria a nova direção da vida social”¹²⁹, mas, fiel a sua confiança nas massas, Rosa acredita que a greve de massa, marca a forma de luta imediata do proletariado bem como a centralidade da fábrica.

Na concepção de Rosa, os conselhos atuariam como um anti-estado absorvendo as funções de gestão do processo produtivo e da vida pública e, a longo prazo, o Estado burguês

¹²⁵“Somente quando o homem individualmente real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “forces propres” como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana” MARX, Karl. A Questão Judaica. São Paulo: Moraes: 1991. p.51,52.

¹²⁶GRAMSCI apud SADER. op.Cit., p.97.

¹²⁷GRAMSCI apud SADER. op.Cit., p.103.

¹²⁸“O desenvolvimento das forças econômicas sobre novas bases e a instauração progressiva da nova estrutura sanearão as contradições que não faltarão e, tendo criado de baixo um novo “conformismo”, permitirão novas possibilidades de autodisciplina, isto é, de liberdade individual” GRAMSCI apud SADER. op.Cit.,p.105.

¹²⁹DEL ROIO. op.Cit.,p.26.

seria esvaziado por falta de sustentação econômica e política. Essas formulações de Rosa e dos espartaquistas “muito incidiram sobre as reflexões de Gramsci.”¹³⁰

Em Gramsci, é no processo produtivo que se cria uma nova política revolucionária gerando uma nova ordem e um “Estado operário”. Em sua concepção, a política se insere no processo produtivo, pelo fato da fábrica ser crucial para a disputa do poder político e social, ou seja pela hegemonia.¹³¹

O partido, assim como o sindicato, nasceu no campo da democracia burguesa, e não devem colocar-se como tutores das massas, nasceram no terreno da democracia burguesa, como afirmação e como desenvolvimento da liberdade política. Devem um e outro colocar-se como agentes conscientes das forças que se organizam no interior do Estado burguês, pois, interpretam e encontram as probabilidades do desenvolvimento revolucionário quando ainda não são reconhecidos pelas grandes massas. São agentes diretos e responsáveis pelos sucessivos atos de libertação “que toda a classe trabalhadora tentará no curso do processo revolucionário”, mas não são o processo, não superam o Estado burguês.¹³² . Devem organizar as condições políticas para que as forças produtivas se expandam, porque é no processo produtivo que surge a consciência e a solidariedade operária e na autogestão da produção a emancipação do trabalho. Portanto, o campo do trabalho deve ser politizado.

Percebemos com nitidez a influência de Lênin sobre Gramsci, quando em 1924 defende suscitar nas massas um vanguarda revolucionária que criaria o Estado dos Conselhos, os quais proporcionariam as condições para a estabilidade na sociedade comunista, ou seja, educar para preparar quadros para o partido de massa. O que Lênin chamava de “ditadura do proletariado”, Gramsci irá chamar de “democracia industrial”, e o resultado seria fazer com que as massas trabalhadoras participassem efetivamente na direção da máquina de governo.

¹³⁰Ibid., p.34.

¹³¹“Para Gramsci o Estado operário não pode nascer de alguma eventual progressão democrática das instituições liberal-burguesas, mas apenas das instituições sociais geradas pela própria auto-organização da esfera do trabalho, com vistas a sua emancipação. [...]O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social características da classe trabalhadora explorada. Coligir entre si essas instituições, coordena-las e subordina-las em uma hierarquia de competências e poderes, centraliza-las fortemente, ainda que respeitando as necessárias autonomias e articulações, significa criar desde agora uma verdadeira e própria democracia operária, em contraposição eficiente e ativa com o Estado burguês, preparada desde agora para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional.”ibid., p.41,42.

¹³²“O verdadeiro processo da revolução proletária não pode ser identificado com o desenvolvimento e a ação das organizações revolucionárias [...] como são o Partido Político e os Sindicatos profissionais; organizações nascidas no campo da democracia burguesa, nascidas no campo da liberdade política, como afirmação e como desenvolvimento da liberdade política. Estas organizações, enquanto representam uma doutrina que interpreta o processo revolucionário e prevê (dentro de certos limites de probabilidade histórica) o seu desenvolvimento [...] são [...]os agentes diretos e responsáveis pelos sucessivos atos de libertação que toda a classe trabalhadora tentará no curso do processo revolucionário. Todavia, elas não representam este processo, elas não superam o Estado burguês, eles não abrangem não podem abranger todo o variado pulular de forças revolucionárias que o capitalismo desencadeia no seu proceder implacável de máquina de exploração e de opressão. (p.92 e 93)

Contra aqueles que consideravam a construção dos conselhos como órgãos reformistas em detrimento do partido, visto estarem advogando uma mudança gradual de poder, argumenta-se que, para Gramsci não era essa a questão, mas sim preparar desde já uma estrutura de poder estatal que substituísse a estrutura burguesa por ocasião da revolução.¹³³

Não desconsidera, em momento algum, a importância do partido como dirigente da massa. Contudo o partido como órgão de educação comunista e detentor do poder de harmonizar e conduzir as forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa, deve desenvolver rigidamente essa tarefa, e, portanto, não deve escancarar suas portas a qualquer um que não esteja acostumado à responsabilidade e disciplina.¹³⁴ Mas isso coloca outra questão: Como então organizar a diversidade da vida social da classe trabalhadora? Para Gramsci, é necessário coligá-las, articulá-las e disciplina-las e isso ocorreria por meio dos conselhos.¹³⁵

Para além da centralidade da fábrica, Gramsci trabalha também com a idéia de comitê de bairro, com uma estrutura de funcionamento que integraria toda a classe trabalhadora. Chega a esboçar em um de seus artigos¹³⁶ a estrutura de funcionamento dos comitês de bairro nos quais, estaria a “glândula” que uniria e centralizaria as energias proletárias do bairro.

A exemplo dos conselhos de fábrica, os conselhos de bairro possuiriam seus sistemas eleitorais que poderiam variar de acordo com seu tamanho. Ele sugere, no entanto, que seria interessante a eleição de um delegado para cada 15 operários. Nos comitês de fábrica, os

¹³³“O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social, características da classe trabalhadora explorada. Ligar essas instituições, coordená-las e subordiná-las numa hierarquia de competências e poderes, centralizá-las fortemente, também respeitando as necessárias autonomia e articulações, significa criar desde já uma verdadeira democracia operária, em contraposição eficiente e ativa ao Estado burguês, preparada desde agora a substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional.” GRAMSCI, A. BORDIGA. A. Conselhos de Fábrica. São Paulo: Brasiliense, 1981. p34

¹³⁴“O Partido deve continuar a ser o órgão de educação comunista [...] o poder supremo que harmoniza e conduz à meta as forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa. Justamente por desenvolver rigidamente essa tarefa, ele não pode escancarar as portas à invasão de novos depts, não acostumados à prática da responsabilidade e da disciplina.” GRAMSCI, op.Cit., 35.

¹³⁵“[...] a vida social da classe trabalhadora está cheia de instituições, articula-se em múltiplas atividades. É preciso justamente desenvolver estas instituições e estas atividades, organizar conjuntamente, coligar em um sistema amplo e articulado agilmente, que absorva e discipline toda a classe trabalhadora. A oficina com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas, são os centros da vida proletária onde é necessário trabalhar diretamente. [...] Desde já os operários deveriam providenciar a eleição de grandes assembleias de delegados, escolhidos entre os companheiros melhores e mais conscientes, com o lema: 'Todo o poder da oficina aos Comitês de Oficina', coordenado ao outro: 'Todo o poder do Estado aos Conselhos Operários e Camponeses'” GRAMSCI, op.Cit., 35.

¹³⁶Democracia Operária escrito por Gramsci e publicado no Ordine Nuovo, sem assinatura, no dia 21 de junho de 1919. GRAMSCI, A. BORDIGA. A. Conselhos de Fábrica. São Paulo: Brasiliense, 1981

sistemas eleitorais seriam divididos por categorias e nos comitês de bairro dever-se-ia incorporar delegados de outras categorias.¹³⁷

Através dos comitês e pelo trabalho “incessante” de propaganda e de persuasão realizado em seu interior pelos elementos mais conscientes, obter-se-ia a transformação radical da psicologia operária, tornando-se uma massa mais “preparada e apta ao exercício do poder”, com consciência de seus direitos e deveres, bem como dos direitos e deveres de seus companheiros, o que se daria de uma forma muito mais concreta e eficiente porque foi gerada “espontaneamente pela experiência viva e histórica”¹³⁸

Contudo, Gramsci não deixa de reconhecer que construir uma democracia operária significava uma profunda análise e elucidação dos problemas postos. Acredita, todavia, que isso se daria através da “prática comunista”, ligada à teoria. Para ele, somente proclamar a “ditadura do proletariado” não é suficiente, devendo isso deixar de ser uma fórmula para ser exibida na fraseologia revolucionária, não deveria ser algo improvisado, e sim construído.¹³⁹

Podemos dizer que encontramos em Gramsci e nas construções sobre os comitês a possibilidade de resistência do movimento nos momentos de crises e contra os possíveis personalismos.¹⁴⁰

O verdadeiro processo da revolução proletária está na “[...] obscuridade das fábricas e na obscuridade da consciência das multidões exterminadas que o capitalismo sujeita às suas leis”. Esse processo não está sujeito a controle e documentação, mas pode vir a se-lo quando

¹³⁷“O Comitê de Bairro deveria ser a emanção de *toda a classe trabalhadora que mora nele*, emanção legítima com autoridade, capaz de fazer respeitar a ordem, investida de poder delegado espontaneamente, de ordenar a suspensão imediata e integral de qualquer trabalho em todo o bairro. Os Comitês de Bairro se ampliariam em Comissariados Urbanos, controlados e disciplinados pelo Partido Socialista e pelas Federações Profissionais. Um tal sistema de democracia operária (integrado a organizações equivalentes de camponeses) daria uma forma e uma disciplina permanente às massas, seria uma escola maravilhosa de experiência política e administrativa, enquadraria as massas até o último homem, habituando-as à tenacidade e à perseverança, habituando-as a se considerar como um exército em atividade que tem necessidade de uma forte coesão, se não quiser ser destruído e reduzido à escravidão.” GRAMSCI. op.Cit.,p.36.grifo de Gramsci

¹³⁸Ibid. p.37

¹³⁹“A fórmula 'ditadura do proletariado' deve deixar de ser somente uma fórmula, uma ocasião para exibir uma fraseologia revolucionária. **Quem quer o fim, deve querer também os meios.** A ditadura do proletariado é a instauração de um novo Estado, tipicamente proletário, para onde confluem as experiências institucionais da classe oprimida, onde a vida social das classes operária e camponesa torna-se um sistema difundido e fortemente organizado. Este Estado não se improvisa: os comunistas bolcheviques russos trabalharam durante oito meses para difundir e tornar concreta a palavra de ordem 'Todo o poder aos Sovietes', e os Sovietes eram conhecidos dos operários russos desde 1905.” p.37.

¹⁴⁰“O movimento dos comissários é a negação de qualquer forma de individualismos e de personalismos. Ele é o início de um grande processo histórico em que a massa trabalhadora adquire consciência de sua indivisível unidade baseada na produção, baseada no ato concreto do trabalho, e dá uma forma orgânica a essa sua consciência, construindo uma hierarquia, fazendo com que essa hierarquia saia da sua intimidade mais profunda, para que ela seja ela mesma, como vontade consciente de um determinado fim a ser atingido – de um processo histórico que irresistivelmente, não obstante os erros que os indivíduos possam cometer, não obstante as crises que as condições nacionais e internacionais possam determinar, irresistivelmente culminará na Ditadura Proletária, na Internacional Comunista.” (p.65)

“os elementos que os constituem (os sentimentos, as noções, as veleidades, os hábitos, os germens de iniciativa e de costume) ter-se-ão desenvolvido e purificado com o desenvolver-se da situação que a classe operária ocupa no campo da produção”.¹⁴¹

O partido não deve colocar-se como tutor ou superestrutura já constituída dessa nova sociabilidade, mas sim como agente consciente da libertação das forças produtivas, que libertadas encontraram sua “máxima expansão”.¹⁴² O partido é segundo Gramsci o órgão de educação comunista, porém a vida social da classe trabalhadora é rica de instituições que se articulam em múltiplas atividades. Essas instituições devem se desenvolver de forma organizada em um sistema articulado que absorva e discipline toda a classe trabalhadora. Para Gramsci a fábrica e suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas constituem o centro da vida proletária, sendo as comissões internas os órgãos de democracia operária que libertará os operários das limitações impostas pelos empresários, infundindo na vida proletária novas energias. Além de limitar o poder do capitalista ao desenvolver funções de “arbitragem” e disciplina, se tornaram os órgãos do poder proletário em substituição ao capitalista em todas as funções de direção e administração, sendo substituído a expressão “Todo el poder e la fábrica a los comités de fábrica” por “Todo el poder del Estado a los Consejos de obreros y campesinos”.¹⁴³

O sistema de democracia proletária¹⁴⁴ proporcionaria condições para a massa se manter orgânica e disciplinada permanentemente, constituindo-se em uma escola de experiência política e administrativa, tornando as massas em toda a sua amplitude em um “exército” coeso em constante campanha. Cada fábrica constituir-se-ia em um regimento composto de estrutura administrativa eleitas livremente e não impostas. As comissões eleitorais através de incessante ação propagandista desenvolvidas pelos elementos mais conscientes transformaria radicalmente a mentalidade das massas, educando-as para o exercício do poder, consciência gerada pela experiência viva e histórica.

¹⁴¹Ibid., p. 92 e 93.

¹⁴²“O Partido e o Sindicato não devem colocar-se como tutores ou como superestruturas já constituídas desta nova instituição, [...]; eles devem colocar-se como agentes conscientes [...], devem propor-se organizar as condições externas gerais (políticas) em que o processo da revolução tenha a sua máxima rapidez, em que as forças produtivas libertadas encontrem sua máxima expansão.” *ibid.*, p. 97.

¹⁴³GRAMSCI, A. *Consejos de Fábrica y Estado de la clase obrera*. México: Ed. Roca S.A., 1973. p. 22.

¹⁴⁴Gramsci amplia a idéia dos Conselhos de Fábrica para o conjunto da classe trabalhadora, defendendo Comitês de bairro que se converteriam em comissariados urbanos controlados e disciplinados pelo partido e pelas federações profissionais. Ver Gramsci: 1973.

La dictadura del proletariado es, pura y simplemente, la instauración e un Estado típicamente proletario em el que confluyen las experiencias institucionales de la clase oprimida y em el que la vida social de la clase obrera y campesina deviene un sistema ampliamente difundido y furtemente organizado.¹⁴⁵

O Estado democrático burguês prega a idéia do individuo enquanto cidadão, porém a existência da propriedade privada coloca uma minoria social em situação de privilégio e faz assim a luta desigual. Segundo Gramsci o desenvolvimento das instituições proletárias, assim como o movimento proletário foram engendradas pelas leis ditadas pela classe dominante organizada no Estado, o Estado sempre foi o protagonista da história, pois nele a classe dominante se organiza e se une, na busca de manter intacto sua situação de dominação. Os enfrentamentos se reduzem a uma luta de classe pelo poder, portanto dentro do Estado democrático-parlamentar qualquer tentativa de mudanças das leis que beneficiem a classe dominante é inoperante ou condenada ao fracasso. Gramsci não quer dizer com isso que a experiência parlamentar deva ser desprezada, condenando mesmo o apoliticismo como uma degeneração da política, uma negação em combater o Estado burguês, no entanto o erro do movimento socialista tem sido enquadrar-se no Estado, esquecendo-se que deveriam manter-se dentro de uma linha de crítica, de antítese, se desejassem absorver a realidade ao invés de serem dominados por ela.

Para Gramsci o Estado socialista não é ainda o comunismo, mas a instauração de uma prática e de um costume baseado na solidariedade. O Estado de transição não será desenvolvido de uma maneira autônoma, mas como resultado da configuração geral da sociedade ainda dominada pelas leis do capitalismo. Ao lado dessas instituições devem desenvolver-se instituições de novo tipo, que venham a substituir as instituições do Estado parlamentar, que substituam a pessoa do capitalista em suas funções administrativas e em seu poder na fábrica, instituições capazes de assumir o poder diretivo e todas as funções inerentes ao complexo sistema das relações de produção articuladas com as diversas atividades de produção constituindo-se em um harmonioso complexo econômico nacional e internacional, acabando com a tirania dos proprietários privados.

Viabilizar essa estrutura para Gramsci passa necessariamente pela criação dos Conselhos enquanto instituições proletárias que se enraizariam na consciência das massas, o que pressupõem um árduo trabalho preparatório e de propaganda, que tem como **pressuposto**

¹⁴⁵Ibid., p. 25

conferir as instituições proletárias maiores poderes na busca de estimular a aparição de instituições iguais em vários espaços, levando a massa a se sentir parte viva do processo revolucionário.

Para Gramsci “El Consejo de fábrica es la célula primordial de esa organización”¹⁴⁶, na busca da superação do conceito de cidadão pelo conceito de companheiro, pois é o órgão mais idôneo de educação recíproca e desenvolvimento de um novo espírito social extraído da experiência viva e fecunda da comunidade no trabalho.

Para Gramsci as organizações revolucionárias que nascem no campo da liberdade política, no campo da democracia burguesa, como o partido e o sindicato, apesar de sua importância incontestável, não devem ser colocados como tutores nem como superestruturas que controlam a revolução, mas como agentes conscientes da liberação de forças de pressão sobre o Estado burguês, devem organizar as forças produtivas que liberadas encontram sua máxima expressão. Os Conselhos são a negação da legalidade industrial, por sua espontaneidade revolucionária, e tende a desencadear a todo momento a luta de classes.

Podemos perceber ao longo desses apontamentos que a questão posta aos três teóricos era a questão do poder, pois o poder é o problema fundamental de toda revolução, se esse problema não for resolvido “não se pode pensar em desempenhar conscientemente o papel do poder na revolução e, muito menos, dirigi-lo”¹⁴⁷

No final da década de 1980 o regime brasileiro encontrava-se em crise, como uma das consequências disto, o governo instituído começa a promover um ciclo de reformas institucionais programadas e iniciadas em agosto de 1978.¹⁴⁸ O objetivo da reforma política era devolver a administração do poder ao “jogo dos partidos políticos”. Fugindo aos objetivos do regime as classes populares acolhem com ardor a proposta de um Partido dos Trabalhadores surgida no seio do movimento grevista de 1978 e 1979, fruto mesmo do desenvolvimento de “uma ampla gama de movimentos populares de base”. Segundo Chasin¹⁴⁹ tratava-se de conquistar e construir a democracia e não reconquistar, visto no Brasil a democracia em um sentido concreto nunca ter existido “E posto que a democracia é o novo que forceja por advir, é preciso determinar a que possibilidade objetiva atende e qual o seu suporte social”, isso implicava necessariamente um programa econômico novo que tivesse

¹⁴⁶Ibid.,p. 38.

¹⁴⁷LENIN, V. O Problema Fundamental do Poder. In: _____A questão do Partido: Marx Engels Lênin Trotski. São Paulo: Kairós, 1978. p.48.

¹⁴⁸MOISÉS, José A Crise Política e Democracia, a transição difícil. p. 13.

¹⁴⁹CHASIN, J. As máquinas param, germina a democracia. In: _____Escrita Ensaio, Ano IV – nº 7,p.128.

uma plataforma da perspectiva das massas trabalhadoras. Nesse sentido os Conselhos populares poderiam ser entendidos como a materialização de uma nova esfera pública, situação latente no projeto de estruturação do PT sob a nomenclatura de Núcleos de Base.

Na segunda parte desse trabalho tentaremos demonstrar que existia uma disputa entre a variada gama de grupos que fundarão o PT, sendo que nessa disputa no interior do partido “venceu” o grupo que não compreendia os Núcleos como instâncias de participação direta, estruturados com base na revogabilidade de mandatos como forma de viabilizar o projeto petista de Democracia pelas bases.

II PARTE - A DEFESA DEMOCRÁTICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: DEMOCRACIA LIBERAL OU DEMOCRACIA SOCIALISTA?

CAPÍTULO 2 - O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A REALIDADE BRASILEIRA

Se como argumentou Chasin¹⁵⁰ no Brasil a questão posta era conquistar a democracia e isso implicava necessariamente um programa econômico novo com uma plataforma da perspectiva das massas trabalhadoras, é necessário compreendermos por mínimo que seja as especificidades capitalista no Brasil, para que possamos compreender a política da práxis dos líderes dirigentes do PT quanto à crise do “milagre econômico”, o que em nosso entender constitui momento essencial na estruturação do partido, visto que o programa de luta econômica a ser elaborado pela organização tem seu ponto de partida na interpretação que fazem da crise com conseqüentes desdobramentos para a compreensão tático-estratégica da luta.

O PT forja-se no ambiente de conflitos econômicos e sindicais, do final dos anos 1970, com seus principais fundadores e sua base social, identificando o capital e seus representantes como os adversários por excelência. A vanguarda, denominada pela estrutura petista como os quadros, e as bases do partido foram formados, como observa Gurgel, “no mundo das relações diretas entre o capital e o trabalho”¹⁵¹

O PT seria, em certa medida, o resultado não só da crítica às crises ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, vividas pelo sindicalismo pelego subordinado ao Ministério do Trabalho, pelo comunismo e pelo humanismo mas também de uma crítica empírica, resultante da pressão dos movimentos sociais e crivada de muitos erros e superficialidades,¹⁵² vindo a desembocar em um praticismo dos movimentos populares, essencialmente dos pobres e não necessariamente dos trabalhadores, como “um produto da crise do sindicalismo pelego ou atrelado, cuja crítica resultou no sindicalismo essencialmente economicista; da crise do comunismo dirigente e operário, cuja crítica desembocou no praticismo dos movimentos populares [...] do humanismo, cuja crítica apontou a busca de uma nova ética onde o novo era o bom [...]”¹⁵³

O 1º Encontro Nacional realizado em 1981, no qual definiu-se as diretrizes do partido, foi antecedido por encontros regionais – conforme determinava a legislação eleitoral.

¹⁵⁰ CHASIN, J. As máquinas param, germina a democracia. In: _____ Escrita Ensaio, Ano IV – nº 7, p.128.

¹⁵¹ GURGEL, Claudio. Estrelas e Borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989. pg.131

¹⁵² Ibid., p.61

¹⁵³ Ibid, p.59

As propostas votadas e aceitas regionalmente, eram enviadas à Comissão Nacional Provisória, que debatia e definia quais deveriam ser encaminhadas para apreciação, debate e votação no Encontro Nacional. Estas propostas seriam colocadas em votação e eram referendadas ou não pelos delegados ali presentes, eleitos pelos diretórios regionais. É importante frisar a participação dos diretórios regionais, com suas propostas e delegados, visto que, nesse 1º Encontro Nacional, seria referendado o 1º Diretório Nacional, bem como o Manifesto de Lançamento, o Programa do Partido e o Estatuto aprovados em 1980.

Um dos pontos abordados nessas discussões e de importância para a compreensão da interpretação que o partido fazia da sociedade brasileira, e da luta de classes no Brasil, refere-se à crise econômica. No momento de fundação do PT estava em foco a crítica ao “milagre econômico”, a política de crescimento acelerado com o apoio ditatorial e conseqüentemente seu esgotamento.

É claro que, ao trabalhar somente com documentos internos do partido, possuímos a clareza de que eles não esgotam toda a análise que as instâncias decisórias do PT faziam da realidade brasileira. Porém, eles constituem um referencial obrigatório principalmente se levarmos em conta que no interior das discussões regionais era atribuída grande importância aos “[...] militantes que abraçaram o Manifesto de Lançamento, o Programa e os Estatutos do partido.”¹⁵⁴

Para que possamos esmiuçar a análise que os documentos fazem da crise do milagre, necessitamos, em um primeiro momento, fazer um resgate, bastante sucinto, da formação do Estado brasileiro. Em um segundo momento, efetuaremos uma análise do pensamento desenvolvimentista autocrático, visto ser o mesmo o eixo da política econômica da década de 1960 e do início da década de 1970, com sua política de arrocho salarial que terá fortes reflexos no movimento dos trabalhadores.

2.1 Notas sobre o Estado Brasileiro

Pensar o Estado e a economia em conjunto no processo da relação capitalista, buscando as formas e limites da ação estatal é de grande importância para a compreensão do Estado brasileiro. O Estado, de uma maneira ampla, deve ser pensado nas suas relações de avalista do valor e da efetividade da moeda e dos contratos, como garantidor da circulação de mercadorias, como agente de promoção do desenvolvimento acelerado dos capitalismos

¹⁵⁴ Circular da Coordenação do Partido dos Trabalhadores do Paraná para a Secretaria Geral em 29/06/1981.

tardios, liderando a criação dos espaços nacionais e a generalização das relações capitalistas, seja sob a forma monopolista, seja com medidas protecionistas, assumindo parte decisiva na reprodução do capital.¹⁵⁵

Como nos demonstra Mazzeo,¹⁵⁶ o Brasil se forma como país subordinado aos pólos centrais do capitalismo, e mesmo as profundas transformações pós 1945, que reintegraram o Brasil na economia mundial do pós-guerra, não rompem com sua subordinação estrutural, reafirmando o “caminho colonial das formas de sociabilidade do capitalismo brasileiro”¹⁵⁷ Nessa perspectiva, a objetivação capitalista por *uma via não-clássica*¹⁵⁸ gerará também um Estado específico de acordo com seu fundamento econômico-social. A burguesia brasileira articula a construção de um Estado nacional em consonância com suas formas econômicas materializando um tipo “particular de bonapartismo, de viés colonial”¹⁵⁹

Esse aspecto se expressará nos sucessivos governos militares de caráter bonapartista que têm consonância com a formação da burguesia nacional, a qual cedeu seu poder econômico “para manter sua hegemonia e seus privilégios políticos”¹⁶⁰. A burguesia brasileira forma-se, portanto, de uma maneira débil, construindo suas estruturas de poder sob a proteção dos pólos centrais do capitalismo, com a permanente exclusão das classes subalternas e uma forma política que varia entre o bonapartismo e a autocracia institucionalizada.¹⁶¹

A partir da década de 1930, ocorre um avanço no processo de urbanização com o crescimento incontestável de novos setores médios, da classe operária e de uma massa de desempregados com forte impacto sobre a dinâmica da luta política¹⁶². Esse processo leva, ao mesmo tempo, as classes dominantes e seus grupos dirigentes a se defrontarem com as demandas crescentes dos setores médios e populares das grandes cidades. O temor das classes dominantes diante dessa “ameaça à ordem capitalista” e da sua heterogeneidade interna, levá-las à responder às reivindicações populares com uma forte repressão, utilizando para tanto o Estado.

¹⁵⁵ FIORI, José L. O vó da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

¹⁵⁶ Ver MAZZEO, Antonio C. Sinfonia Inacabada: A Política dos Comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

¹⁵⁷ *ibid.* p.107

¹⁵⁸ Sobre as vias de desenvolvimento do capitalismo Ver Mazzeo. *op.cit.*, p.131 e Mazzeo, Antonio C. Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia Burguesa. São Paulo: Cortez, 1997.

¹⁵⁹ *ibid.* p.108

¹⁶⁰ *ibid.* p.123

¹⁶¹ “Se o Império constituiu-se numa forma clássica de governo bonapartista [...] a República Velha viveu a experiência da autocracia burguesa institucionalizada, a partir da transição realizada em 1894, com a eleição de Prudente de Moraes, momento real da consolidação da hegemonia das frações burguesas mais poderosas economicamente, isto é, da burguesia cafeeira até o golpe de Getúlio Vargas, em 1930.” *op.cit.*, 1999. p.124.

¹⁶² No início do século a questão da pobreza era tratada como caso de polícia, no entanto com o desenrolar dos acontecimentos não é mais possível ao Estado se furtar a necessidade de dar respostas a luta de classes.

O Estado, no entanto, assegura a sobrevivência de setores de menor produtividade e rentabilidade real, criando as condições as quais, ao mesmo tempo que o fortalecem, o debilitam, pois ele estará sob constante pressão. Esse processo o levará, através da centralização, a constantes soluções, quase sempre autoritárias, que ao mesmo tempo limitarão sua eficácia, pois a condição para seu poder passa a ser “o asseguramento de uma acumulação capitalista assentada em mercados segmentados, com nítidas disparidades tecnológicas e de produtividade”¹⁶³

Essa segmentação do Estado ocasionará reflexos na classe dominante. As várias frações de classe só conseguem realizar seus interesses através do casuísmo do Estado. Assim, os setores atrasados das classes dominantes não foram eliminados pelo mercado, mas como não ingressaram no mercado geral de trabalho, permanecendo na terra, foram obrigadas a reproduzir-se politicamente através do Estado, que ao mesmo tempo as usou como apoio político em momentos decisivos.¹⁶⁴

Podemos dizer que os anos de 1930 foram o ápice da deterioração do pacto oligárquico e materialização de tendências que se consolidaram a partir do Estado Novo. A industrialização, através do autocratismo do Estado, que se dará nos anos seguintes, faz parte de um novo compromisso entre as frações da classe dominante, na busca de uma solução que vise preservá-la da ameaça vertical de uma explosão da sociedade civil urbana. Nas palavras de Fiori, a estratégia adotada pela burguesia, seria “fugir para a frente”, buscando, no crescimento e na centralização estatizante, a solução para seus problemas. Característica importante nesse processo é o fato de a burguesia industrial crescer em uma estreita relação com o Estado, encontrando nele seu principal instrumento de poder e competição, em dependência de seus subsídios e investimentos. Podemos também verificar os militares assumindo um papel de árbitro de última instância nesse novo compromisso de acumulação.

No período entre 1946 e 1964 houve várias aproximações ao pensamento liberal, com momentos em que o Estado abdica de seu regime autocrático, aproximando-se de uma legalidade democrática nos moldes burgueses, ressaltamos porém que o perfil democrático não se enquadrava em uma democracia de forma clássica, pois a particularidade histórica da formação social brasileira mantinha-se - mesmo se aproximando do pensamento liberal - predominando o poder local baseado no coronelismo, vigorando uma legislação trabalhista de

¹⁶³ FIORI, op. Cit.

¹⁶⁴ [...] transformavam o Estado em peça fundamental de um desenvolvimento desigual, ou de uma acumulação “heterodoxa”, e, por isso, em locus fundamental dos conflitos e negociações entre os vários grupos e frações de classe, em torno às duas condições fundamentais de uma economia mercantil capitalista: o direito e o dinheiro. Ibid.

inspiração fascista, com uma “[...] forma política de *autocracia burguesa institucionalizada*”.¹⁶⁵

Mesmo com os limites apontados o espaço aberto com a vigência da legalidade burguesa, proporcionou o avanço e a organização do movimento operário e, principalmente, o crescimento do PCB, que foram entendidos como uma “grande ameaça” à hegemonia burguesa, a qual irá responder politicamente formulando um novo projeto de “forma-estado de caráter militar-bonapartista” que além de ser o instrumento de soldagem ideológica de classe, proporcionará a implementação de uma nova etapa de desenvolvimento econômico que segundo Mazzeo foi “testada com êxito para os interesses das classes dominantes em muitos momentos da história brasileira”¹⁶⁶

Na década de 1960, a burguesia brasileira de caráter heterogeneo, sentindo-se ameaçada pelas pressões que vinham de baixo e fragilizada economicamente logra novamente uma reaglutinação e busca nas Forças Armadas o seu árbitro. Os militares, apoiados em seus velhos argumentos sobre a segurança nacional, serão os novos gestores do que Fiori chama de nova “fuga para a frente”, com uma nova etapa de desenvolvimento contraditório, inerente ao processo de acumulação brasileiro.¹⁶⁷

Embora o pensamento desenvolvimentista de uma maneira geral tenha entrado em crise no principio dos anos de 1960, o Estado desenvolvimentista autocrático se fortaleceu, após o golpe militar de 1964, de uma maneira inquestionável. O pensamento desenvolvimentista autocrático surge do cruzamento de duas vertentes, uma que pregava a intervenção do Estado e outra menos preocupada com o social e com vínculos com o pensamento liberal, mas aceitando o planejamento econômico e as múltiplas formas de intervenção do Estado com vistas a acelerar o desenvolvimento.

Os anos de 1950 foram ricos em um desmoronamento do colonialismo e no surgimento de um profundo sentimento nacionalista. Após os anos 1950 há uma abertura para a industrialização de países subdesenvolvidos. A questão central era como financiar o desenvolvimento. De onde viriam os recursos para desenvolver o país? A leitura feita pelos

¹⁶⁵MAZZEO, op.Cit., p.135.

¹⁶⁶Ibid, p. 138

¹⁶⁷Segundo Mazzeo o movimento popular e sindical não se dava no bojo da radical contestação do capitalismo e no caminho de uma crise revolucionária, sendo a crise muito mais produto da paralisia da dominação burguesa. Os condições sócio-históricas presentes no governo Goulart fornecem os elementos para a soldagem do poder burguês, “não por uma política deliberadamente socializante [...] ou por uma radical atuação anticapitalista do movimento sindical, mas porque o governo Goulart agitava-se em meio ao esgarçamento da sociedade brasileira, retrato da desagregação política da hegemonia burguesa” ibid, p.140 maiores informações consultar MAZZEO, Antonio C. Construção e crise da forma-Estado militar-bonapartista in: Sinfonia Inacabada: A Política dos Comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

desenvolvimentistas autocráticos era de que países como Inglaterra e Japão se desenvolvem com recursos internos, conseguidos através da alta concentração de renda, e o Brasil não se desenvolve porque não teria uma burguesia que almeje o padrão de consumo ocidental.

Como principal executor do Plano de Metas do governo Kubitschek, Roberto Campos defendia a estratégia de intervenção do governo nos “pontos de estrangulamento” do sistema industrial, transformando-os, assim em “pontos de germinação e crescimento”, bem como a idéia de atrair capital estrangeiro. Esse é o modelo que irá orientar a ação do Estado após o golpe militar de 1964 até a “crise do milagre”.

A dupla Campos e Bulhões torna-se a elaboradora da política econômica do governo militar, sendo Roberto Campos nomeado para o ministério do planejamento, criado por Castelo Branco, e Bulhões para o Ministério da Fazenda. Essa dupla já se conhecia de longa data e possuía uma total afinidade ideológica, como afirmado pelo próprio Roberto Campos “[...] Bulhões já me conhecia de longa data e entre nós havia total afinidade ideológica.”¹⁶⁸

A dupla Campos e Bulhões, foi a responsável pela elaboração do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) na gestão Castelo Branco, que tinha por objetivo básico combater a inflação. Objetiva-se, através do PAEG, uma severa contenção de crédito e a instituição de uma nova fórmula salarial, que na prática deteriorou o poder de compra dos salários.

O segundo pólo de fermentação da teoria desenvolvimentista autocrática estava em São Paulo e era constituída fundamentalmente pelo Prof. Antonio Delfim Neto e seus colaboradores. Seus modelos não eram de todo anti-liberal, inspiravam-se em teóricos estrangeiros que defendiam o liberalismo de mercado como regulador e estimulador do crescimento de economias capitalistas já avançadas, o que era ineficiente para tirar a periferia do subdesenvolvimento. As idéias que mais influenciaram os intelectuais brasileiros foram as de Hans Singer, um dos expoentes do Departamento Econômico e Social da ONU que, em 1946, apontara para a deterioração dos termos de intercâmbio para a periferia, a qual seria desenvolvida posteriormente pela CEPAL, segundo ele dizia: “[...] desde que os segmentos mais pobres da população demonstram uma maior propensão a consumir, deve-se canalizar o grosso da renda para as mãos das classes abastadas, que possuem maior propensão a poupar”¹⁶⁹. Dessa ótica, as economias atrasadas deveriam privilegiar a poupança em detrimento do consumo, para aumentar os investimentos necessários ao desenvolvimento.

¹⁶⁸ CAMPOS, Roberto. A lanterna na popa: memórias. Vol.I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

¹⁶⁹ MANTEGA, Guido, “O pensamento econômico Brasileiro de 60 a 80: Os anos rebeldes” In: LOUREIRO, Maria R. (org.) – 50 Anos de Ciência Econômica no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997

Essa concepção de concentração de renda foi incondicionalmente adotada pelos ideólogos do desenvolvimentismo autocrático brasileiro.

Além dessa influência, o modelo brasileiro adotou as linhas-mestras dadas pela Teoria do Desenvolvimento Equilibrado de Ragnar Nurske, da Universidade de Colúmbia. A idéia central era que o desenvolvimento econômico resulta de ondas de investimento, que na periferia não pode ser capitaneada pelos empresários, em vista de suas fragilidades, devendo então ser promovidas pelo Estado. Podemos observar como esse modelo se encaixa adequadamente na estrutura da burguesia brasileira, que tem no Estado o grande árbitro e gestor de seu processo de acumulação.¹⁷⁰

Com base nas idéias de Ragnar Nurske¹⁷¹ implantam-se os dois principais pilares do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento buscando com os ideólogos do regime militar viabilizar a acumulação capitalista, sem maiores preocupações com a questão social, pois o que estava em pauta era operacionalizar o capitalismo de forma mais eficiente.

Sob o comando de Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, constituiu-se a primeira fase do desenvolvimentismo autocrático, preparando as condições para uma nova etapa de acumulação oligopolista no Brasil. A Lei salarial idealizada por Mario Henrique Simonsen, então acessor de Campos, garantia o arrocho e a contenção de salários. A reforma fiscal aumentou a arrecadação, as agências de financiamento garantiram recursos para os grandes empreendimentos e a abertura ao capital estrangeiro possibilitou equilibrar as contas externas e atrair novos capitais. Estavam estruturadas as condições que permitiriam a liberação do crédito, com baixas taxas de juros com vistas a promover o “milagre econômico”, o que seria executado com habilidade pelo ministro da Fazenda do governo Costa e Silva, Antônio Delfim Neto.

Graças à redução do poder aquisitivo dos trabalhadores, após um período de ajuste, que durou de 1964 a 1967, a rentabilidade do capital foi retomada à custa dos salários e da repressão dos movimentos reivindicatórios. A acumulação industrial e financeira se consolida em estreito laço com o capital estrangeiro.¹⁷²

¹⁷⁰ Não estamos com isso afirmando que os países de capitalismo centrais não dependeram da intervenção do Estado em seu processo de desenvolvimento, porém não cabe neste trabalho uma análise de suas especificidades uma vez que a intenção é a análise do desenvolvimento capitalista na periferia e a centralidade do Estado autocrático no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

¹⁷¹ ao analisar os “Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos”, defende que o caminho é a ampliação da poupança interna, com a compressão do nível de consumo da população, com propensão a consumir, e a abertura das portas do país ao capital estrangeiro, para não exigir tanto da poupança local.

¹⁷² Nesse momento nos interessou frisar o discurso burguês de justificativa para as políticas de arrocho salarial com vista a acumulação capitalista Para maiores detalhes verificar Mazzeo, op.Cit.,p.140 à 144.

2.1.1. O milagre e sua crise

O período de 1968-1973 caracterizou-se pelas maiores taxas de crescimento do produto brasileiro, com relativa estabilidade de preços. Essa situação é decorrência das reformas institucionais conduzidas pelo poder autocrático dos militares, que geraram as condições para a retomada da demanda, fato que “[...] possibilitou que os governos militar-bonapartista tivessem apoio de classe média e de segmentos do proletariado”¹⁷³

A política econômica que no início do governo militar visava conter a demanda, passou a girar em torno do controle da inflação vista como inflação de custos. Afrouxaram-se assim as políticas de contenção de demanda, mas não se alterou a política salarial, considerada como um custo.

O rápido crescimento ocorrido no período do “milagre”, levou ao surgimento de alguns desequilíbrios que geraram pressões inflacionárias, condicionando à expansão do ciclo em fins de 1973, a uma dependência maior da situação externa, o que foi rompido pela crise externa do capitalismo. Os impactos da crise do padrão de acumulação, conhecido como “milagre econômico”, será responsável pela desarticulação do “bloco político de sustentação do governo militar-bonapartista e, conseqüentemente, de sua *forma-estado*”¹⁷⁴

A necessidade de rearticulação política, em uma conjuntura de crise econômica, colocou certos limites à condução da política econômica. Uma grande queda na taxa de crescimento da economia brasileira poderia dificultar a manutenção de seu poder político e a condução de seu projeto de abertura política de maneira segura e gradual. O debate em 1974 no interior do governo polarizava-se entre ajustar o crescimento, contendo a demanda interna pelo controle da liquidez ou financiá-lo, conter a demanda significava descontentamento da sociedade o que poderia fragilizar ainda mais a sustentação do regime autocrático.

A crise econômica refletiu na desestabilização do regime militar, repercutindo sobre a capacidade da ditadura em manter a unidade política burguesa, com reflexos nas eleições de 1974 com a oposição obtendo um votação expressiva que se consolidará com o retorno das grandes greves operárias, obrigando a classe dominante a refazer as formas políticas de dominação de classe no Brasil, com o desafio de reconstruir a sua hegemonia. Embora o projeto de abertura política, assegurasse a manutenção do controle burguês sobre os aparelhos de poder, não dava a burguesia um projeto político (projeto hegemônico que vai ganhar corpo somente após a vitória de Collor). A transição democrática não podia se utilizar das formas

¹⁷³Mazzeo, op. Cit., p. 144.

¹⁷⁴Mazzeo, op.Cit., p.144

violentas, típicas da ditadura, em função do movimento operário o que poderia colocar em risco a legitimidade da nova ordem democrática, embora ainda se utilizasse dela, mas não nas proporções utilizadas durante a ditadura militar.

Esse momento marca a opção do bloco no poder pela continuidade do processo desenvolvimentista, lançando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), projeto econômico do governo Geisel que buscava responder à “desaceleração de um padrão interno de industrialização e à crise externa do capitalismo”¹⁷⁵.

O plano significou uma alteração nas prioridades da industrialização, em relação ao período anterior (milagre); de um padrão com base na produção de bens de consumo duráveis, com alta concentração de renda, passa-se a crescer com base na produção de bens de capital e insumos básicos. Esse período é marcado por mudanças estruturais na economia. A sustentação do plano baseou-se no capital financeiro nacional, nas empreiteiras e nas oligarquias arcaicas. O Estado procurava garantir suporte ao Plano equacionando a questão política; garantido o suporte político ao plano, restava garantir o financiamento.

As empresas estatais envolvidas nesse processo tiveram seus créditos internos restringidos sendo forçadas ao endividamento externo; já o setor privado foi financiado basicamente com crédito subsidiado de agências oficiais, principalmente o BNDES. Para realizar o II PND, o Estado foi assumindo um passivo crescente, com vistas a manter o crescimento econômico e o funcionamento da economia, correndo o risco de que qualquer alteração nas taxas de juros internacionais poderia inviabilizar os pagamentos dos recursos captados no exterior. O Estado foi o grande financiador do II PND, o que terá grande influência no alto endividamento das empresas estatais.

Além de grande financiador da burguesia nacional, o governo desencadeou uma intensa propaganda para cooptar os trabalhadores para a idéia de que o Brasil era um país maravilhoso, investindo intensamente no imaginário popular através das campanhas “Pra Frente Brasil” e de investimento no futebol, desenvolvendo também a teoria do bolo “primeiro é preciso fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”.

¹⁷⁵Ver Mazzeo, op.Cit., p.144

2.2 Documentos de fundação do Partido dos Trabalhadores – PT: uma visão de sua gênese.

É neste contexto que a organização dos trabalhadores vai ressurgindo. Como nos demonstra Antunes,¹⁷⁶ era a volta da classe operária à cena política nacional. As manifestações se davam das mais diversas formas, diminuindo o ritmo de trabalho, fazendo cair a produção, através de operações tartaruga etc.¹⁷⁷ Segundo Antunes, a operação tartaruga foi uma prática largamente utilizada no combate ao arrocho salarial - garantido pelo controle ditatorial contra quaisquer formas coletivas de luta operária. Dessa forma a classe operária lutou durante os primeiros anos da década de 1970.

Em fins de 1977 o quadro começa a se alterar favoravelmente à classe operária. Tendo atingido o limite do suportável em sua condição de exploração e aproveitando-se de uma denúncia do Banco Mundial sobre a manipulação, por parte do governo brasileiro, dos índices de correção do salário real dos operários, os trabalhadores iniciaram um intenso processo de mobilização nas fábricas e nos sindicatos pela reposição salarial. Essa luta preparou o terreno para que, “no início de 1978, os operários voltassem com toda a força e iniciassem as paralisações [...] inicialmente no ABC¹⁷⁸ e depois estendendo-se para todo o Estado de São Paulo”¹⁷⁹

Para Coelho nem todos os movimentos sociais que se mobilizaram no final dos anos de 1970 - apesar da solidariedade existente entre eles - “possuem o mesmo caráter de classe”¹⁸⁰, apesar de todos “[...] os protestos (serem) quase sempre direcionados contra aspectos da realidade que é dominada pelas formas da sociabilidade capitalista, a abordagem dos problemas pode se dar, no caso de certos movimentos, em perspectiva excessivamente particularista e fora dos marcos históricos das lutas da classe trabalhadora”¹⁸¹. Em grande medida muitas vezes os protestos não eram dirigidos ao capitalista e sua empresa, e sim ao Estado com o objetivo final de democratização do Estado e mudança em suas relações com a

¹⁷⁶ “[...] de onde, aliás, nunca saiu, mas que, especialmente após o desastre de 68, teve sua atuação extremamente limitada e isolada [...]” ANTUNES, R.L.C. O que é sindicalismo? São Paulo: Brasiliense, 1981.p.82.

¹⁷⁶ Ver ANTUNES, R. A rebeldia do Trabalho: O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980. São Paulo: Ensaio: Campinas, SP: Ed.da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

¹⁷⁷ Ver ANTUNES, R. A rebeldia do Trabalho: O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980. São Paulo: Ensaio: Campinas, SP: Ed.da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

¹⁷⁸ Entende por ABCD o conjunto das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema em São Paulo.

¹⁷⁹ ANTUNES, 1981, op.Cit., p.83.

¹⁸⁰ COELHO., Op.Cit., p. 43.

¹⁸¹ Ibid.,p. 44. Maiores detalhes Ver COELHO:2005.

sociedade civil. Para Coelho a simples existência do Estado já configura a presença de “algum tipo de dominação de classe”. As experiências de ampliação da participação ao longo do século XX, bem como as práticas de políticas públicas de distribuição de renda, e mesmo as soluções pontuais apresentadas em momentos de conflito garantindo algumas aspirações das classes subalternas, não significaram que o Estado não tenha cumprido seu papel de garantidor da ordem capitalista. Diante disso se como afirma Coelho em grande medida os protestos tinham como objetivo uma reivindicação de relações democráticas entre o Estado e a sociedade civil, podemos dizer que a ordem capitalista não estava em perigo.

Os Conflitos no Brasil no final da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, marcaram um novo momento político no cenário nacional e abalaram os fundamentos da ditadura, com a reconfiguração da luta de classes e o surgimento da necessidade de uma nova formação política. O ponto em comum das diversas forças surgidas nesse período no espaço político era a oposição ao regime militar.

Para Coelho a resposta organizativa dessas mobilizações se materializou na fundação do Partido dos Trabalhadores, no entanto ressalta que isso não se deu sem embates dos vários projetos de partido construídos pelas forças envolvidas. Discorda dos estudos que trabalham com uma “narrativa linear” sobre a fundação do PT, e não levam em consideração os diversos sujeitos empenhados na formação política em construção que possuíam outros projetos, substitui-se assim “[...]a história real das tensões [...]pela versão do protagonista vencedor.”, com a “ história do PT, rica de tensões e possibilidades cruzadas, [...] deslocada por um discurso heróico e unilateral.”¹⁸²Discurso esse que segundo Coelho cumpriu um papel importante nas disputas internas do partido, atribuindo a um determinado grupo a legitimidade de sua fundação, grupo esse de sindicalistas ligado a Lula, que já em sua fundação era majoritária e seria posteriormente denominada de Articulação. Esse “mito” como intitulado por Coelho contribuirá inclusive para que em momentos de disputa no interior do partido, sejam colocados em campos opostos os integrantes do partido chamados de “autenticamente” petistas em detrimento daqueles que se opõem a eles.

Para Coelho naquele contexto histórico a necessidade de construção de um partido da classe trabalhadora se impunha ao conjunto de sujeitos que emergiram das mobilizações. Lula e os sindicalistas chegaram a essa conclusão ao mesmo tempo que vários outros sujeitos em várias regiões do país, sendo mesmo a história do PT a história “dos embates entre estes diferentes setores da classe trabalhadora”¹⁸³ A disputa pelo projeto de partido se dá ao mesmo

¹⁸²Ibid., p. 50.

¹⁸³ Ibid.,p.52.

tempo que a disputa pela hegemonia “no interior da nova organização” e em grande medida o grupo que posteriormente viria a se intitular Articulação sai vencedora desses embates em função da maioria no número de militantes, mas também pelo peso da figura de Lula “[...] identificado como o grande líder das greves metalúrgicas”, no entanto possuir a hegemonia no interior da organização, significava também incorporar aspectos parciais dos projetos concorrentes.

Não existe consenso sobre o momento de surgimento da idéia de construção do partido, nem mesmo os documentos oficiais do próprio PT deixam isso claro¹⁸⁴. No entanto, é reconhecida a “Tese de Santo André-Lins” de 24 de janeiro de 1979 como o marco do movimento de fundação do PT.

O embate interno inicia-se já na elaboração da Tese de Santo André, demonstrando o que seria a característica marcante no acordo político estabelecido entre o grupo de sindicalistas e o coletivo da esquerda clandestina. Apesar de a tese ter sido apresentada no Congresso pelo representante do sindicato de Santo André - José Cicote – a mesma havia sido elaborada por assessores do deputado federal pelo MDB Benedito Marcílio que eram militantes da Convergência Socialista. Após o congresso de Lins houve uma articulação para a redação da Carta de Princípios do partido, segundo Coelho a versão aprovada foi impressa para ser distribuída no 1º de Maio, mas por decisão dos sindicalistas foi recolhida sob a alegação de que por ter sido impressa pela editora *Versus* pertencente a Convergência, proporcionaria a mesma oportunidade de assumir a paternidade da Carta de Princípios, situação que vai marcar também a elaboração da Declaração Política do partido, desta vez redigido pela coordenação do Movimento Pró-PT e segundo Coelho com a retirada da expressão “socialismo” da proposta do texto por intervenção decisiva de Lula.

Mesmo sem a distribuição das impressões feitas, a Carta de Princípios, é lançada no 1º de maio de 1979. A Carta de Princípios revela os elementos principais do futuro Manifesto e Programa do partido, explicando que as razões de criação da organização é a constatação dos limites da luta sindical.¹⁸⁵ Nesse sentido, o nascimento do PT representará, para além dos limites teóricos práticos que atravessaram o partido ao longo de sua existência, um salto qualitativo.

¹⁸⁴ “Há quem diga que a primeira vez que a idéia da criação de um Partido dos Trabalhadores apareceu foi em julho de 1978, no Congresso dos Petroleiros, em Salvador, Bahia. Outros dizem que a decisão de formar o PT foi tomada em janeiro de 1979, no XI Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, realizada na cidade de Lins.” Fundação Perseu Abramo. Partido dos Trabalhadores: Trajetórias: das origens à vitória de Lula. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo. 2003. p.21.

¹⁸⁵ GURGEL, Claudio. Estrelas e Borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989. p.44.

No mesmo ano, em 13 de outubro, em São Bernardo do Campo, o movimento pró-PT apresentou sua Declaração Política que procurava suprir de propostas políticas sua Carta de Princípios, que, “fazendo jus ao nome, limitara-se aos princípios”¹⁸⁶ Sua declaração política, segundo Gurgel, apresentava diretrizes que pouco se distinguem das já conhecidas diretrizes dos movimentos sociais e do próprio MDB: contra a política salarial, pela estabilidade no emprego, liberdade e autonomia sindical, direito de greve e anistia para os perseguidos do regime.

Criar o PT significava negar o “Tabu” de maldição da política e maldição do poder surgido ao longo das crises dos anos de 1960 e 1970 entre sindicalistas e lideranças populares – ainda que estivessem fazendo política em suas atividades – o que criou uma aversão a políticos. Esses personagens estavam agora sendo chamados a constituir um partido para disputar o poder. Estaria embutida aí a necessidade de o PT se apresentar como um partido diferente, situação que se expressa no primeiro parágrafo do Programa do Partido, “um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós, para travar nossas lutas”¹⁸⁷

Para Iasi, uma das características marcantes dos documentos prévios à fundação do PT é seu caráter anticapitalista.¹⁸⁸ Para este autor, isso se deve a uma fusão de classe que se dá em momentos de confrontação com uma ameaça geral. A unidade dos patrões e seu poder político foi a criadora, na consciência dos trabalhadores, da necessidade de unificação e de criação de um partido político e, citando Lênin, Iasi afirma que um dos elementos pedagógicos mais eficientes na criação de uma consciência de classe entre os trabalhadores é a polícia. Trabalha assim com a idéia de que a repressão ao movimento grevista de 1978/1979 foi essencial ao desenvolvimento da constatação da “necessidade objetiva” de criar uma organização política própria.¹⁸⁹

Somos levados a concordar com a análise de Iasi em relação à afirmação leninista, inclusive no seu uso para efetuar a análise da repressão ao movimento de 1978/1979, porém devemos ressaltar que Lênin ia além da percepção imediata de que “um dos elementos

¹⁸⁶GURGEL, op.Cit., p.44

¹⁸⁷Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos: Teses Para a Atuação do PT/Organização: Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória. São Paulo: Ed.Perseu Abramo, 1998

¹⁸⁸IASI, Mauro L. As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo:Expressão Popular, 2006.

¹⁸⁹O caráter anticapitalista expresso nos primeiros documentos se explica, em parte, pela força com a qual se defrontam os trabalhadores. De forma extremamente elucidativa, a Carta de Princípios do PT (1979) relata que a unidade dos trabalhadores vem em resposta ao modo de unificação dos próprios setores do capital para enfrentar as greves operárias do final da década de 1970.” IASI, op. Cit., p.377

pedagógicos mais eficientes na criação de uma consciência de classe entre os trabalhadores é a polícia”.

O movimento de massas que se inicia de maneira espontânea e unido por percepções comuns e imediatas impõe um questão essencial, a necessidade de saber interpretá-lo, processo que pode ocorrer de duas maneiras: cultuando a espontaneidade do movimento e reduzindo o partido a simples servidor do movimento, ou encarando o movimento de massas como um movimento que coloca novas tarefas teóricas, políticas e de organização mais complexas.

Concordamos que os documentos esboçam questionamentos à ordem capitalista. No entanto, estes estão assentados no “espontâneo”, o que limita seu potencial, uma vez que está ancorado no empírico imediato, fenomenológico, na pseudoconcreticidade. Assim, a opção feita e demonstrada pelos documentos nos leva a interpretá-los como um “culto à espontaneidade do movimento”. Parte da idéia de que a consciência crítica é intrínseca ao movimento de massas e das massas, ou seja, segundo Iasi, as massas conscientes optaram pela construção do partido. Discordamos dessa interpretação, principalmente porque ao analisar o processo de formação do partido, percebemos que foi uma “vanguarda” que encampou a idéia de construção do partido e não a massa.¹⁹⁰

Interpretação que se contrapõe à de Iasi é à de Gurgel¹⁹¹ da qual nos aproximamos mais. Para este autor, o manifesto que funda o PT assinala os limites da luta econômica, principalmente quando afirma que essas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a lei de greve. Tendo de enfrentar um regime organizado “para afastar o trabalhador do centro de decisão política”, adquiriram a clareza de que as suas lutas imediatas e específicas não bastavam para garantir seus direitos e interesses. No entanto, o reconhecimento implícito no Manifesto dos limites da luta econômica não se constitui em luta anti-capitalista, visto que defende a inserção dos trabalhadores na estrutura governamental para alcançar seus “direitos”. Essa questão se expressa claramente no Manifesto ao afirmar que “O PT pretende chegar ao Governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico, como no plano social”¹⁹². Pode-se argumentar que é necessário levar em consideração as ambigüidades do texto, na realidade são essas

¹⁹⁰ Apesar de os documentos demonstrarem o repúdio ao “vanguardismo”, se analisarmos o processo de sua constituição, percebemos claramente que a idéia surgiu de uma vanguarda, que pode não se encaixar nos moldes leninistas mas nem por isso deixa de ser “vanguarda”. Para maiores informações ver MENEGHELO:1989 e KECK:1991.

¹⁹¹ GURGEL, op. Cit., p. 69

¹⁹² Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos. op.Cit.

ambigüidades que estamos questionando, fruto mesmo da heterogeneidade de grupos que compunham o partido, no entanto mesmo cientes dessa questão não deixam de ser problemáticas, na medida em que os documentos são o fio condutor da militância.

Apesar de o Manifesto expressar a idéia do fim da relação entre “explorados e exploradores,” que nos poderia levar a interpretar seu viés anti-capitalista, deixa a situação difusa ao classificar os explorados sob a designação “povo”, ou “massas trabalhadoras”, o que obscurece a questão da luta de classes. Essa questão reaparecerá no discurso de Lula na abertura do 1º Encontro Nacional. Para Coelho esse discurso foi usado com maestria pelo grupo que mais tarde se constituiria em Articulação, não foi sem reflexão que o discurso elaborado por intelectuais como Francisco Weffort e Frei Betto¹⁹³ seria pronunciado no 1º Encontro Nacional do PT por Lula, visto o mesmo ser identificado como o grande líder das maiores greves operárias em muitos anos. O sucesso dessa estratégia se mostrou com o acolhimento do mesmo como um dos textos constituintes do partido. Nesse texto o combate aos grupos organizados de esquerda é patente. O discurso fala em nome do PT contra as tendências, como se as mesmas não fossem também petistas, polemiza com as correntes de inspiração leninistas e recusa modelos de socialismo “burocrático”.

Ao analisarmos os documentos que efetuam a síntese da discussão nos diretórios regionais para preparação do 1º Encontro Nacional do PT,¹⁹⁴ percebemos que a estruturação do partido está presa a uma luta de cariz sindical, ou seja, como nos dizia Lênin, trade-unionista. A todo momento se faz uma defesa da plataforma de luta lançada em 1º de maio de 1979 como o fio condutor da atuação do partido, o que amarra o partido a uma atuação presa à idéia de agitação política não rompendo com a espontaneidade.

É uma constante nos documentos das pré-convenções estaduais o apoio irrestrito à Plataforma de Luta aprovada em São Bernardo do Campo em 1º de maio de 1979, que se tornaria sua Carta de Princípios, citada anteriormente, principalmente na questão que leva o partido a tomar decisões a partir das lutas imediatas da classe trabalhadora. Nos documentos encontramos afirmações como a de que “[...] o PT [...] se alimenta no dia-a-dia [...] O PT parte dos problemas **concretos e imediatos** que a classe trabalhadora enfrenta, como a inflação e o desemprego, e daí ele se organiza e se mobiliza para combater o regime de opressão e o sistema de exploração existentes.”

¹⁹³COELHO.,Op.cit., p.62.

¹⁹⁴Como já citado anteriormente, a estrutura de funcionamento para a realização dos Encontros Nacionais se dava através de encontros estaduais, os quais enviavam à Comissão Nacional a síntese dos debates regionais para serem discutidos e votados nacionalmente.

O concreto seria a compreensão interna do objeto, o que não se dá a conhecer na imediatez. Ao afirmar que se alimenta no “dia-a-dia”, o partido demonstra como está preso ao empírico imediato e ao afirmar que parte dos problemas concretos e imediatos fica preso ao fenômeno. Para ser considerado anti-capitalista far-se-ia necessária a abertura para o fato de que o problema é a exploração e não a inflação e o desemprego que são sua expressão fenomênica.

Preso a essas concepções o partido acaba por cumprir seu papel de agitador, na perspectiva leninista, excitando o descontentamento político, sacudindo os adormecidos, mas fica carente de material para desenvolver a consciência política. Ainda no mesmo documento encontramos uma afirmação contundente que exemplifica essa questão e demonstra mais uma vez a luta cotidiana imediata

a Ford, de São Bernardo, dispensou 700 operários. O sindicato, com a participação de todos os núcleos locais do PT, puxou uma greve pela reincorporação dos despedidos ao emprego; pela estabilidade por mais 120 dias. Lula dirigiu pessoalmente as assembléias da greve. Resultado : vitória. A volks e a mercedes já se preparavam para dispensar trabalhadores em massa. Voltaram atrás com receio da greve. ISSO É O PT ¹⁹⁵

Essa afirmação coloca uma questão de importância que iremos explorar em um segundo momento, a da participação dos núcleos. Neste momento interessa-nos chamar a atenção para o fato de que, embora não se negue a importância dessa luta momentânea, um partido que se pretenda representante da massa não pode se autoproclamar resumido a isso. Pode-se contra-argumentar que essa seria a afirmação de um militante isolado, situação que se desmente visto o mesmo ser reafirmado nos documentos oficiais do 1º Encontro Nacional. Pode-se também argumentar que isso demonstra a inserção do partido na luta operária, situação com a qual concordamos, porém o que estamos colocando em pauta neste momento é como o discurso “Isso é o PT” acaba por limitar o espaço de atuação do partido as lutas imediatas.

Percebemos que a Carta de Princípios se transformou em um documento de agitação, que tenta acenar para a variedade de personagens¹⁹⁶ presentes no processo de fundação do Partido, e uma das afirmações que chama a atenção é a de que

¹⁹⁵ Idem

¹⁹⁶ A fundação do PT é marcada por uma grande heterogeneidade, com personagens que vão dos sindicalistas autênticos, a intelectuais de esquerda e a igreja católica. Para maiores informações verificar MENEZES: 1989 e KECK:1991

[...]Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os **explorados e oprimidos** tem permanente necessidade de se manterem organizados à parte [...] Mas sempre que as lideranças dos **trabalhadores e oprimidos** se lançam na tarefa de construir essa organização **independente de sua classe**, toda sorte de obstáculos se contrapõe aos seus esforços¹⁹⁷

Esta passagem remete à idéia de “independência de classe”, reconhecendo e identificando a existência de classes, porém, falar em explorados e oprimidos é uma tautologia. Exploração traz implícita a opressão de classe. No entanto é correto reconhecer a necessidade de uma organização independente de classe, mas o documento não deixa claro de que independência se trata, principalmente pelo fato de utilizar o tempo todo o termo oprimido que, em seu significado lato, pode ser todo aquele que é incomodado, perseguido, violentado em seus direitos. Seria então necessário explicitar que estava falando de opressão de classe.

Para Iasi, a Carta de Princípios é reveladora, posto que expressa o caráter classista do partido ao se utilizar da célebre frase de Marx “emancipação dos trabalhadores, é obra dos próprios trabalhadores” acrescentando que “a única força capaz de ser fiadora de **uma democracia efetivamente estável** é a das massas exploradas do campo e das cidades”¹⁹⁸ O que se entende por democracia estável?

Em nosso entendimento, o referido documento está efetuando a defesa de uma democracia representativa nos moldes burgueses, como explicitado na primeira parte desse trabalho, e, nessa perspectiva, não pode ser considerado anti-capitalista. Mesmo assim, reconhecemos que, apesar de preso ao plano institucional, tem o reconhecimento de que este processo depende do agir da massa e de um partido articulado a essa massa. No entanto, não há a perspectiva de uma revolução já nesse momento.

Iasi considera que os documentos de fundação do partido possuíam palavras de ordem que apontavam para um horizonte socialista. Concordamos que a questão do socialismo aparece nos documentos, porém em nenhum momento se explicita o que se entende por socialismo, tornando-se a expressão um recurso retórico desprovido de conteúdo teórico claro. Apesar de se afirmar que o socialismo será construído através de ações práticas, o que está em nosso entender parcialmente correto, não aparece nos documentos de modo

¹⁹⁷Carta de Princípios.in:_____Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos: Teses Para a Atuação do PT/Organização: Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória. São Paulo: Ed.Perseu Abramo, 1998.p.49. Grifo nosso.

¹⁹⁸IASI, op.Cit., p.379.

consistente ou claro que essas ações práticas deveriam vir acompanhadas da mediação teórica. Isso é evidente quando se considera o vibrante campo de luta urbano e rural, dos movimentos populares, que serviu de espaço a uma “nova esquerda”, que, “socialista, não discutia o socialismo”, que, “vanguarda, negava-se a ter propostas para o movimento” e que, “acreditando na organização das massas para a transformação social, convivia com uma massa que se organizava apenas em torno de sua reivindicação específica e imediata”¹⁹⁹

Há hoje todo um debate a respeito do caráter social democrata ou não do partido no momento de sua fundação. É nosso entendimento que existe um ecletismo de formulações característico da heterogeneidade de seu período de formação. As formulações, encontradas nos documentos de circulação interna, demonstram uma forte presença de uma burocracia partidária, apesar da retórica de partido construído pelas bases²⁰⁰. As construções teóricas se misturam, descaracterizando o próprio perfil socialista dos documentos.

Iasi nos afirma que os documentos expressam uma “independência e autonomia de classe” utilizando-se da passagem do Manifesto de Fundação que afirma

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, **da vontade de emancipação** das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi e nunca será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo²⁰¹

A julgar pelo grande refluxo vivido pelo movimento operário no período de 1964-1978, é justo supor que há uma sobrevalorização do potencial de classe, provavelmente alimentado pela existência das grandes greves no ABC paulista. Porém, ao tratar-se o assunto desta forma, identifica-se o germe do culto ao espontâneo.

Superestimam a consciência das massas, acreditando que as mesmas tinham clareza do significado de emancipação. Nesse sentido, é preciso deixar claro de que emancipação estamos falando. De emancipação humana, ou emancipação política?

Se falarmos de emancipação da perspectiva liberal clássica, entendida como a ausência de coerção, ou seja, ser livre para fazer aquilo que os outros não me impedem de fazer, princípios fundamentados no *laissez faire*, seremos levados a concordar com Iasi. Se a

¹⁹⁹GURGEL, op. Cit., p.58

²⁰⁰Exploraremos mais essa questão nos próximos capítulos.

²⁰¹Manifesto de Fundação. In: _____ Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos: Teses Para a Atuação do PT/Organização: Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória. São Paulo: Ed.Perseu Abramo, 1998.p.66. Grifo nosso.

interpretação pretendida para o conceito de emancipação for a leitura marxista, somos levados a interpretar que a emancipação pretendida era a emancipação política, pois o marxismo segundo Bottomore é herdeiro de uma concepção mais rica e mais ampla do conceito, entendida como autodeterminação, ou seja, a emancipação humana é entendida como o desenvolvimento das possibilidades humanas e a criação de uma forma de associação digna da condição humana. Tal emancipação só seria possível com a superação do modo de produção capitalista. Em A Questão Judaica Marx relaciona o direito a liberdade pessoal com o egoísmo e a propriedade privada, sendo a liberdade liberal, uma liberdade limitada na medida em que está baseada no domínio do capital.

Marx no entanto não nega a importância das liberdades formais na democracia burguesa como momento importante no processo de transição a uma nova sociabilidade. Para Bottomore as liberdades burguesas restringem ou mesmo impedem o exercício de outras liberdades mais valiosas, ou ainda podem ser aplicadas de maneira excessivamente limitadas, no entanto não é o caso de suprimi-las ou negá-las, mas entende-las como momento social de transição.

Em A Questão Judaica, Marx está fazendo a crítica ao direito normativo enquanto instrumento que segrega ainda mais o homem. Ao estabelecer princípios de garantia de sua individualidade independente do outro, legitima a luta entre os homens. Direito esse que não salta em direção a superação do egoísmo humano, muito pelo contrário, enraíza o mesmo. Ao denunciar o homem abstrato, não encontramos em Marx a busca por abandonar os direitos e sim um incitamento a transformar os direitos do cidadão em direitos do homem concreto.

Não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática [...] A cisão do homem na vida pública e na vida privada, [...] não constitui uma fase, mas a consagração da emancipação política, [...] O direito humano a liberdade deixa de ser um direito ao colidir com a vida política, ao passo que, teoricamente, a vida política é tão somente a garantia dos direitos humanos, dos direitos do homem individual, devendo, portanto abandonar-se a estes direitos com a mesma rapidez com que se contradiz em sua finalidade.²⁰²

Ao produzir a emancipação política, a sociedade que surge não necessariamente produziu a emancipação humana, pois “o limite da emancipação política manifesta-se imediatamente no fato de que o Estado pode livrar-se de um limite sem que o homem dele se

²⁰² MARX, Karl. A Questão Judaica. São Paulo: Moraes: 1991

liberte realmente, no fato de que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre”²⁰³, frisa ao mesmo tempo que não há dúvida quanto à importância da emancipação política, porém esta não é a última etapa da emancipação humana.

Desta forma podemos verificar que Marx não ignorava as interdições que pesavam sobre a ação humana antes da revolução democrática liberal, muito pelo contrário, reconhece o progresso que é a emancipação política, porém aponta também seus limites, pois essa emancipação tem por base a libertação do homem egoísta e a superação dessa individualidade egoísta é necessária para a emancipação humana. A denúncia marxiana se faz na medida em que nos demonstra que se inverteu os papéis, pois a política que teoricamente deveria ser tão somente a garantia de que os direitos humanos seriam cumpridos, acaba se tornando o grande bloqueador desses direitos.

Discorrer sobre essa questão do direito para salientar que acreditamos que o PT estava em busca da emancipação política, tem como objetivo esclarecer que ao fazermos a crítica a noção liberal de direito, não estamos defendendo sua supressão como foi feito muitas vezes ao longo da história, como disse o próprio Marx, às vezes as pessoas não estão maduras o suficiente para algumas palavras, fazendo-se necessário o detalhamento de algumas idéias. A denúncia que Marx faz do direito enquanto estabelecido na sociedade do capital, não significa que está fazendo uma apologia ao retrocesso, ao totalitarismo, mas simplesmente a denúncia da forma como está estruturado. Não é o fim que a sociedade deve atingir. Assim como a burguesia superou as relações feudais, e nas palavras do próprio Marx, foi eminentemente revolucionária, as relações do direito burguês também devem ser superadas.

Para Marx, “a burguesia cria o germe de sua própria destruição”. Embora estivesse se referindo a classe proletária que é gestada no interior da sociedade capitalista, podemos nos apropriar dessa construção para a análise da supra-estrutura do direito. Ao criar normas jurídicas para garantir seu domínio de classe, cria também um campo de luta, que o proletariado poderá fazer uso na sua luta contra a burguesia, porém

Somente quando o homem individualmente real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “forces propres” como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana”²⁰⁴

²⁰³ibidem, p.23

²⁰⁴MARX, Karl. A Questão Judaica. São Paulo: Moraes: 1991. p.51,52

Na sociedade capitalista o direito a propriedade definida juridicamente como o direito que pertence a todo cidadão de usufruir e dispor à vontade de seus bens, rendas, do fruto de seu trabalho e de sua indústria, que faz com que o homem encontre no outro homem “não a realização mas ao contrário, o limite da sua liberdade”. Na interpretação marxiana o direito e o Estado constituem formas da sociedade burguesa e que ainda que o proletariado seja forçado a utilizar estas formas, isso de modo algum significa que elas possam continuar a desenvolver-se integrando um conteúdo socialista. O proletariado deve se utilizar, em proveito dos seus interesses de classe, dessas formas de direito da sociedade burguesa, esgotando-as, mas para isso é preciso despi-las de qualquer véu ideológico, tendo uma atitude friamente crítica não apenas face ao Estado e ao direito burguês, mas face ao seu próprio Estado, o estado proletário. É no embate de classes e na utilização pelo proletariado do direito burguês que novos direitos, que sejam significativos, podem se realizar.

Para Marx é a consciência do direito mas ao mesmo tempo a consciência dos limites reais para que esse direito se realize que leva a mudança, e a necessidade de supressão do particularismo que separa os homens, ao fechar-se em sua particularidade, o homem isola-se dos outros. Acreditar que a emancipação política por si só é suficiente para a transformação social no sentido de superação da luta de classes, é acreditar que a sociedade pode se transformar obliquamente.

Será possível transformar o poder obliquamente? Será que essa mudança se construiria tão sutilmente que não haveria nenhum momento de fricção? A história demonstra essa impossibilidade. Mesmo a burguesia que nasce no interior da sociedade feudal se inserindo nessa estrutura obliquamente se defrontou com o momento decisivo de ruptura com a sociedade na qual estava inserida. Grupos que apesar de possuírem afinidades de gênero e heterogêneos em relação a forma de reprodução material de sua existência, estariam unidos sob o ideal de rompimento das desigualdades sociais que tem como base as relações de produção? Baseada na explanação acima só podemos responder a essas questões de uma maneira direta. Acreditamos que não.

Peço ao leitor um pouco de paciência, pois melhor que qualquer argumento que possa expressar, será nos apropriarmos da fala do próprio Marx, isso porém exige uma citação um tanto longa, mas que a meu ver se faz necessária.

No seio de uma sociedade coletivista, baseada na propriedade comum dos meios de produção, [...] aqui, em oposição ao que sucede na sociedade capitalista, os trabalhos individuais já não constituem parte integrante do trabalho comum através de um rodeio, mas diretamente. Do que se trata aqui

não é de uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base, mas de uma que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede. [...] nela o produtor individual obtém da sociedade precisamente o que deu. [...] A mesma quantidade de trabalho que deu à sociedade sob uma forma, recebe-a desta sob uma outra forma diferente. Aqui impera, evidentemente, o mesmo princípio que regula o intercâmbio de mercadorias, um vez que este é um intercâmbio de equivalentes. Variaram a forma e o conteúdo [...] impera o mesmo princípio [...] divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital [...] só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte troca-se uma quantidade de trabalho, sob uma forma, por outra quantidade igual de trabalho, sob outra forma diferente. [...] Apesar deste progresso, este direito igual continua trazendo implícita uma limitação. [...] alguns indivíduos são superiores, física e intelectualmente, a outros. [...] Este direito igual é um direito desigual para trabalho desigual. [...] No fundo é, portanto, como todo direito, o direito da desigualdade. [...] Para evitar todos estes inconvenientes, o direito não teria que ser igual, mas desigual. [...] Estes defeitos, porém, são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como brota da sociedade capitalista. O direito não pode ser nunca superior à estrutura econômica nem ao desenvolvimento cultural da sociedade por ela condicionado. [...] quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à onta do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades.”²⁰⁵

Tendo o PT por parâmetro a necessidade de derrubada não do capital e sim de sua forma política no momento, ou seja, necessidade de libertar-se do jugo da ditadura militar, somos levados a entender que a “emancipação” da qual fala o Manifesto do Partido do Trabalhadores é a emancipação política. Os documentos escapam da discussão de dois temas fundamentais ao marxismo: a revolução e a superação das classes. Existe contudo a possibilidade de essa situação ocorrer em função do PT estar se limitando a combater a conjuntura do momento, no entanto não acreditamos ser esse o caso, mas sim uma falta de clareza quanto a discussão acima, na medida em que encontramos no Manifesto a declaração de que o “O PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática [...]” . Na medida em que o partido coloca por objetivo de sua luta política “chegar ao poder”, os limites da falta de “consciência” política da realidade brasileira, por parte das lideranças, e uma sobrevalorização da consciência das massas refletiram-se nos desdobramentos da prática do partido. Exemplo disso podemos encontrar nas eleições de 1982, acreditava-se que o PT por ser “(...) bem diferente (...) dos demais partidos, sem

²⁰⁵MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha. In: _____. Obras Escolhidas. São Paulo: Ed. Alfa Omega. Vol.2

promessas eleitoreiras e com um programa identificado com os anseios populares, poderia atingir grande parcela do eleitorado”²⁰⁶

Os reflexos dessa perspectiva se refletiram no partido após as eleições de 1982. Ao não atingir a votação esperada, uma crise se instaura que terá desdobramentos com a flexibilização ainda maior de seu posicionamento de classe²⁰⁷.

Coelho²⁰⁸ alega que a votação recebida pelo partido expressava a força e a organização da base militante do partido, sendo uma decisão tomada conscientemente como opção política, para ele a votação maior em regiões industrializadas não se deu “porque o operariado industrial tendesse a votar espontaneamente no partido”²⁰⁹ mas porque era onde o partido estava mais organizado, o que significa que nessas regiões a base de massas do partido era mais numerosa que no restante do país, reflexo mesmo das greves metalúrgicas de 1978-1980 o que dá uma dimensão ainda maior da figura do Lula. Mesmo o “grupo do Lula” era heterogêneo, apesar de sua maioria numérica garantir ao grupo os cargos de direção, a diversidade de suas origens e trajetórias não assegurava o mesmo grau de unidade programática que a maioria dos grupos concorrentes, e, “a intervenção política dos grupos de esquerda tencionava o embrião do que viria a ser a Articulação”²¹⁰ e nem sempre os conflitos encontraram soluções negociadas.

A Articulação teria considerado o resultado eleitoral do PT em 1982 como frustrante, o que irá se expressar no 3º Encontro Nacional em 1984, nesse momento o grupo já se apresenta como tendência organizada.

Na Ata de abertura do pré-encontro ocorrida em agosto de 1981, o tom propagandista é forte. Lula, em seu discurso, coloca as questões de importância que serão debatidas, diz que serão questões que interessam tanto externa quanto internamente ao PT “Hoje é um dos dias mais importantes para o PT, serão debatidos assuntos que interessam tanto interna quanto externamente ao PT: a terra, eleições, desemprego, questões econômicas”²¹¹.

Ainda que a abordagem desses temas sejam importantes, para a luta imediata, percebemos o mundo fragmentado da cotidianidade que deixa de fora o capital como o eixo articulador. Essas questões deveriam ser debatidas em conexão com um eixo maior, que é a relação de classes no Brasil e a forma específica do capital nacional. A situação do

²⁰⁶Fundação Perseu Abramo. Partido dos Trabalhadores: Trajetórias. São Paulo. Ed. Fund. Perseu Abramo. 2000

²⁰⁷Ver KECK: op. Cit..

²⁰⁸COELHO: 2005.

²⁰⁹Ibid., p.60.

²¹⁰Ibid., p.69.

²¹¹Atas da Pré-Convenção Nacional, 1981.

imediatismo fica mais forte ainda, quando se proclama que não se deve restringir-se a “discutir coisas abstratas, mas sim aquilo que realmente aflige a classe trabalhadora. Devemos tirar deste encontro decisões sábias e não somente teóricas e principalmente aquelas que apontem para tornar o PT o maior partido do país”.²¹²

Ao fazer a crítica às construções teóricas que ficam descoladas da realidade concreta, o PT rompe com a mediação da teoria entre a luta concreta e a consciência de classe. Outro ponto de importância é a discussão sobre transformar o PT no maior partido do país. Quantitativamente apenas? Qualitativamente com vista ao crescimento no sentido que a classe trabalhadora fosse amadurecendo sua consciência de classe explorada?

Contrariamente a nossa interpretação de que o 1º Encontro Nacional possui um forte viés imediatista, Iasi nos aponta o mesmo como um momento de amadurecimento político. Apropria-se do discurso de Lula para demonstrar esse amadurecimento. Concordamos com a tese de amadurecimento se compararmos o momento em que se acreditava que a luta dos trabalhadores do ABC era apolítica²¹³ com um momento de consciência da importância da luta política, porém mesmo esse momento se apresenta com limites.

É evidente o empenho, conforme nos afirma Iasi, de diferenciar o socialismo pretendido tanto da social-democracia e seus paliativos, como o das transições socialistas “caracterizadas como burocráticas.” Para Iasi, a discussão nesse momento era qual o socialismo do PT.

É neste momento em que se apresenta a famosa formulação segundo a qual o “socialismo petista” não seria imposto por decreto, nem pela “cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta”, mas seria construído a partir das “exigências concretas das lutas populares”, “definido nas lutas do dia-a-dia”. A maior parte dos críticos à esquerda do PT, principalmente de certas tradições marxistas, se apegou nesta afirmação para taxar o partido que surgia de “espontaneista”, ou “basista”. Na verdade, **expõe-se aqui uma saudável resistência** a adotar modelos e referenciais prontos, nem cair na famosa armadilha das esquerdas brasileiras que se ocupam mais em resolver os impasses da revolução soviética do que formular uma alternativa revolucionária para a formação social brasileira.²¹⁴

Saudável até que ponto? Saudável sim, se o partido, através dos núcleos,²¹⁵ desse condições para uma discussão política nas bases, que proporcionasse um salto

²¹²Ibid.

²¹³Ver COELHO:2005, ANTUNES: 1988, MOREL:1981.

²¹⁴IASI. op., Cit., p.388. Grifo nosso

²¹⁵Como citado anteriormente, voltaremos a essa discussão no decorrer do trabalho.

qualitativo na consciência de classe, com uma análise profunda dos erros cometidos por aqueles que, como nos diz Iasi, adotavam “modelos e referenciais prontos”.

Iasi defende a importância do salto de qualidade entre as palavras de Lula, quando da posse no sindicato dos metalúrgicos, em 1975, e as do discurso de 1981, considerando-as como mais importantes que o caráter marxista ou espontaneista encontrado neles. Não acreditamos que esse salto de qualidade seja mais importante que a discussão desses tópicos. Sem dúvida, esse salto é importante por reconhecer o sindicato como uma das instâncias de luta de classe não dissociada da luta política, porém o mesmo deveria vir acompanhado da continuidade da discussão, no empenho de romper com a fragilidade²¹⁶ desse salto qualitativo. Esse salto de “qualidade”, sem a continuidade da discussão, ficaria mais suscetível de sofrer um refluxo diante dos problemas que se apresentassem. A fragilidade do pensamento, ao não conseguir dar respostas para as novas questões que se apresentam, abre mão da crença estabelecida até então. Percebemos que tanto o salto de “qualidade” no discurso, como os desdobramentos posteriores, se atrelam aos acontecimentos, buscando respostas na imediatividade do fato, demonstrando mais uma vez o espontaneísmo presente no pensamento.

Podemos perceber o encaminhamento de luta econômica e a associação intrínseca entre o partido e o sindicato, apesar do discurso oficial que afirma que o partido é independente do mesmo.

Exemplo disso encontramos no fato de o 1º Encontro Nacional ter rejeitado o relatório elaborado pelos grupos de trabalho formados pelos delegados em favor de uma proposta dos sindicalistas,²¹⁷ principalmente porque, no mesmo documento, em momentos anteriores, Lula dizia que era preciso combater aqueles que confundiam o partido com sindicato.

Tal rejeição ganha um significado ainda maior quando surge uma contra-proposta de agregar ao documento dos sindicalistas as bandeiras de luta e mobilização surgida dos grupos de trabalho, em vez de pura e simples substituição, essa contra-proposta também é rejeitada, ficando como eixo central o documento dos sindicalistas. Transforma-se assim todo o trabalho de discussão e amadurecimento no interior dos grupos de trabalho em algo estéril.

²¹⁶Fragilidade entendida como a necessidade de discutir se nesse discurso estava uma simples adesão a palavras de ordem, ou se existia a real compreensão das elaborações teóricas do marxismo.

²¹⁷“Olivio Dutra encaminhou proposta da Nacional para que se rejeitasse o relatório dos grupos de trabalho, aprovando o documento dos sindicalistas mais o adendo feito pela Nacional, e que o PT encampasse e divulgasse o documento [...] Colocada em votação, após encaminhamentos, a proposta para que fosse rejeitado o relatório dos grupos. Esta proposta foi aprovada.” Atas da Pré-Convenção Nacional 1981

Salta aos olhos a rejeição também da proposta de que definir a realização de um dia nacional contra o desemprego deveria ser uma atribuição da CONCLAT e não do partido. O partido deveria apoiar mas não tomar a dianteira nesse processo, a função imediata do partido é fazer propaganda com vistas ao amadurecimento da consciência política através da luta econômica, e não ficar preso à luta econômica imediata.

Como ressalta Marx, é intrínseco ao processo capitalista de produção o fato de que, em épocas de grandes lucros, os patrões não pensem em reparti-los com os operários e que, em momentos de crise, despejem sobre os ombros dos operários os prejuízos,²¹⁸ o que é mais contundente ainda no Brasil, país subdesenvolvido com uma burguesia que não teve a capacidade de efetuar a revolução burguesa e se apoiou em um estado autocrático para implantar seu processo de acumulação.

Preocupado em se apresentar como novidade, o PT desconsidera as heranças e os inúmeros vetores do passado, que se fizeram presentes na sua formação. Descuida dessas heranças e desestimula a investigação sobre as crises do passado, prendendo o conceito de novidade ao vício da “tabula rasa”. Não estimula o exame dos “desvios” assim como despreza as conquistas da ciência política e principalmente do socialismo. “O conceito de novidade investe contra a cultura política e contra a cultura histórica do próprio País. Além do que induz a um desprezo grosseiro pela teoria e pelo estudo.”²¹⁹

O PT em sua Carta de Princípios afirma que sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se dispuseram a construir uma organização independente de classe, toda sorte de obstáculos se colocou a sua frente e que “essa situação vivida em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil”, afirma ainda que a greve de 12 de maio de 1978 marca o início da luta emancipatória dos trabalhadores, dizendo que desde então o “operariado e os setores proletarizados desenvolveram uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho” e continua afirmando que isso produziu um amadurecimento político da população trabalhadora e suas lideranças, o que pode ser constatado no aprimoramento das formas de luta marcado pela grandiosidade das assembleias gerais, piquetes e fundos de greve.

Desconsiderando a falta de clareza do que se entende por “construir uma organização independente de classe”, neste momento, para efeito de análise, trabalharemos com a idéia de organização independente da classe trabalhadora. Retornamos assim à discussão, sobre o

²¹⁸MARX, K. Manuscritos Econômicos Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2004. p.65 a 79.

²¹⁹GURGEL, op. Cit., p.62

entendimento do partido por emancipação e, como afirmado anteriormente, trabalharemos com a concepção de que se trata de emancipação política da classe.

Partindo desse pressuposto e diante da afirmação de que **“essa situação vivida em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil”**, constatamos que se intensifica, como já citado, o desprezo pela história da luta de classes no Brasil. Pelo compromisso do partido com a consciência política da massa seria necessário que se expressassem de uma nova maneira, afirmando que esse poderia ser o marco da retomada da luta no Brasil após um longo período de refluxo ocasionado pela forte repressão instaurada no país. O risco ao tentar reinventar a roda é incorrer nos mesmos “erros” do passado.

Não cabe, neste trabalho discutir se houve ou não “erros” no passado político da classe trabalhadora no Brasil, mas é mister que façamos um resgate pontual sobre o histórico da luta política dos trabalhadores brasileiros – uma análise completa demandaria uma pesquisa que não é viável neste momento - para ilustrar a “leviandade” da afirmação acima citada. Nesse sentido, não obstante a origem da classe operária no Brasil, como nos demonstra Antunes²²⁰ remontar aos últimos anos do século XIX, o marco para o pensamento socialista são os anos de 1918 a 1920, momento em que, apesar de ainda ser forte, o movimento anarquista, já apresentava seus limites.²²¹ O enfraquecimento do anarquismo demonstra o início de uma busca da classe operária para além das conquistas imediatas.

A fundação do PCB em 1922 por um grupo de militantes com origem no anarco-sindicalismo, tornados comunistas, na busca de organizar politicamente o movimento operário em um partido, marca uma nova fase do movimento. Um dos pontos mais importantes da atuação dos comunistas deu-se no movimento sindical, realizando em 1929 o Congresso Sindical Nacional, “com representantes dos sindicatos de vários estados, de onde originou-se a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil”²²²

A “Revolução de 1930” marca uma cisão na classe dominante e assinala o início de um processo de reformismo pelo alto, conciliando os interesses agrários com os interesses urbanos emergentes e buscando excluir “qualquer forma de participação efetiva da classe operária”²²³. Nesse sentido, o Estado procurou controlar o movimento operário e sindical inserindo-o no aparelho de Estado, ou seja, buscando “conter a classe operária dentro dos

²²⁰ ANTUNES, 1981, op.Cit., p.48.

²²¹ Segundo definição de Astrojildo Pereira apesar das vitórias alcançadas pelo movimento nesse período as reivindicações constituíam-se “como um fim em si mesmo, e não um ponto de partida para reivindicações crescentes de nível propriamente político” ANTUNES, 1981, op. Cit., p. 53.

²²² ANTUNES, 1981, op. Cit., p. 56.

²²³ ANTUNES, op. Cit., p. 58.

limites do Estado e formular uma política de conciliação entre o capital e o trabalho”²²⁴ Apesar da política de cooptação do movimento operário, parcelas significativas da classe operária reagiram, suportando desde a coerção ou a pura repressão até a manipulação ideológica, não se sujeitando às normas oficiais, e alcançando importantes conquistas trabalhistas.²²⁵

Em 1934 os comunistas criaram a Federação Sindical Regional no Rio de Janeiro em São Paulo, realizando, no ano seguinte, a Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores, e reunindo 300 delegados que representavam mais de 500.000 trabalhadores. Juntamente com as lutas sindicais, crescia a mobilização das massas trabalhadoras e, em março de 1935, foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL) dirigida pelo PCB a qual buscava formar uma frente antiimperialista. O Governo, na busca de conter o avanço popular iniciou uma ação repressiva, decretando a Lei de Segurança Nacional que proibia o direito de greve decretando a ilegalidade da ANL. A violenta repressão atingiu todos os que questionavam o poder do Estado.²²⁶

A década de 1940 inaugura uma nova fase, com a proposta do regime plenamente formulada, mas é neste momento que o projeto político do Estado novo começa a ser contestado. É também na segunda metade da década de 1940, com o golpe de estado que depõe Getulio Vargas, que começa uma nova tentativa de criar uma base social operária para o Estado. Cria-se o trabalhismo, uma ideologia nacionalista, com uma visão de povo, nação, identidade nacional. Com o fim do Estado novo, o movimento operário polariza-se entre o comunismo e o trabalhismo, e a classe operária volta a se organizar tentando resgatar sua autonomia, uma tentativa que ocorre a partir do processo produtivo, a partir da fábrica. Ressurgem as greves de massa que garantem que a classe operária viva como classe operária.

Criado em abril de 1945, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), sob a hegemonia dos comunistas, defendia a manutenção da ordem para lutar contra o nazi-fascismo, mas nem por isso deixava de apoiar as reivindicações dos trabalhadores, incentivando a organização da classe operária, “lançando-se intensamente na propaganda política”²²⁷, os comunistas participaram com grande agilidade de dezenas de comitês populares e democráticos, envolvendo-se com problemas dos bairros e com temas da ordem

²²⁴Ibid., p.58.

²²⁵Ver ANTUNES, op. Cit., p. 60

²²⁶ANTUNES, R. Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil. São Paulo: Cortez, 1982.P. 121

²²⁷NEGRO, Antonio L., SILVA, Fernando T. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In:_____FERREIRA J. e DELGADO, L. de A. M. (org.) O Brasil Republicano: O tempo de experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. Livro 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

cotidiana da vida dos trabalhadores. Movimentaram-se para criar comitês profissionais com destaque das células por categoria que se voltavam para os problemas dos locais de trabalho, situação compartilhada por muitos trabalhadores que encontravam no partido uma “organização que se defrontava com a exploração econômica e os poderes instituídos”²²⁸. O PCB se fortalecia com a imagem de partido da classe operária, tanto é que se tornou a terceira maior bancada da Assembléia Legislativa de São Paulo, contando com aproximadamente 180 mil filiados em todo o país, com considerável apoio em localidades de forte presença operária, sendo Luís Carlos Prestes o senador mais votado da República.

Com o avanço da organização das massas não tardaram as medidas repressivas, com a proibição, em 1946, da existência do MUT e a decretação da intervenção e suspensão das eleições sindicais em 1947, bem como a determinação da ilegalidade do PCB, com a conseqüente cassação do mandato de seus representantes no Parlamento. Sem dúvida, isso significou um duro golpe no avanço do movimento operário brasileiro: contudo, a década de 1950 é marcada por grandes greves e, apesar de Vargas ter recebido uma expressiva votação operária, “[...]os trabalhadores agiam com independência política e manifestavam seu descontentamento com os rumos da economia do país [...]”²²⁹.

Muitas conquistas desse período se deve a disputas entre trabalho e capital, sendo a greve dos 400 mil, em outubro de 1957, considerada o auge do processo de reaparecimento e massificação do fenômeno de greves, após a qual ficou claro o poder da classe trabalhadora em expandir seu poder de pressão, não só sobre o empresariado, mas também sobre o panorama político.

No início dos anos de 1960, as lutas operárias atingem seu ápice, com imensas manifestações grevistas e a realização do III Congresso Sindical Nacional no qual “os trabalhadores brasileiros unificaram suas forças sob uma única organização nacional [...] o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)”²³⁰

Na primeira metade da década de 1960 os trabalhadores do campo se incorporam à pressão dos operários. Sob a coordenação de lideranças trabalhistas e comunistas os sindicatos incluíram, em sua pauta de luta, atividades políticas, com grandes manifestações, como, por exemplo, a greve dos 700 mil no segundo semestre de 1963. Existia a possibilidade de uma revolução democrática que daria respostas à questão nacional e imperialista, situação que não ocorreu visto ter sido suprimida pela força com o golpe de 1964. Com a vitória do

²²⁸Ibid

²²⁹Ibid.

²³⁰ANTUNES, op. Cit., p. 70.

golpe a implantação da ditadura militar, que em nome do anti-comunismo e da “democracia” se impõe pela força das armas, suspendendo as garantias constitucionais, as forças da esquerda brasileira são obrigadas a recuar para evitar uma “massacre total”²³¹

Mesmo sob o regime ditatorial em 1967 com o relativo abrandamento ocorrido com a posse do General Costa e Silva²³² os trabalhadores rompem o silêncio e começam a formar oposições sindicais, Osasco ganha as eleições na categoria metalúrgica, e em abril de 1968 os metalúrgicos de Contagem/MG entram em greve por melhoria salarial, a greve assume proporções de massa, o que desencadeia uma forte repressão com a ocupação militar em Contagem e a chacina dos operários. Mesmo sob esse panorama em julho os metalúrgicos de Osasco entram em greve, o sindicato dos metalúrgicos de Osasco estava “estritamente ligado à base, através das Comissões de Fábrica”²³³ assim como Contagem, Osasco sofre uma forte repressão por parte do governo e o Presidente do sindicato, José Ibrahim, que mais tarde viria a participar do PT e travar um árduo embate em defesa dos núcleos de base, é destituído e substituído por um funcionário do governo.

Para Humphrey existe uma diferença substancial entre as greves metalúrgicas de Osasco em 1968 e as greves de São Bernardo no final da década de 1970

Em Osasco, o objetivo da liderança era provocar uma crise política, através de uma oposição total ao regime. Já em São Bernardo, a estratégia era aumentar vagarosamente a força, avançando até os limites permitidos pelo regime, sem chegar a provocar, antes do tempo, uma confrontação extrema.²³⁴

A despeito da forte repressão e da cooptação ideológica do governo, a política de arrocho salarial não se deu sem resistência por parte dos trabalhadores. É evidente que houve refluxo no movimento. Segundo Almeida²³⁵ se compararmos o período anterior à lei de greve²³⁶ sancionada pelo regime militar, e o período posterior é possível verificar uma redução significativa no número de greves, mas isso não deve ser interpretado como um esgotamento da resistência trabalhadora, ao contrário, o movimento dos trabalhadores

²³¹OZAÍ, Antonio. História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas. 2ª Ed.(revisada e ampliada) São Paulo: Dag Graf. e Ed., s/d..p.95.

²³²“Em março de 1967 toma posse o segundo Presidente, General Artur da Costa e Silva, prometendo abertura democrática e passagem para a normalidade política, dispensando medidas de exceção.” Ibid.,p.102.

²³³Ibid., p.103.

²³⁴HUMPHREY, John. Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1982.p.30,31.

²³⁵ALMEIDA, Fernando L.de. Política Salarial, Emprego e sindicalismo: 1964/1981. Petrópolis: Vozes, 1982.p.22.

²³⁶Lei nº 4330 de 01/06/1964.

participavam das eleições eventualmente convocadas pelos interventores do Ministério do Trabalho nos sindicatos na busca de recuperar o controle de suas entidades representativas – com ocorreu em Osasco em 1968 - como também “algumas lideranças sindicais buscaram articular-se, ainda que de modo tímido e com mobilização de base muito restrita, visando a uma condenação da política de arrocho salarial”²³⁷ Mesmo com o fechamento o regime com a decretação do Ato Institucional nº 5 em dezembro de 1968, tornando ainda mais dura as condições de luta dos trabalhadores, houve em 1969 uma tentativa de organizar algum tipo de pressão sobre o governo. Apesar do endurecimento crescente do regime, a resistência não cessou, com o próprio crescimento industrial e a conseqüente expansão da oferta de empregos nos setores mais modernos, criando novas formas de resistência ao longo da década de 1970.

Com a forte repressão no início da década de 1970 aos movimentos populares não ocorreram movimentos reivindicatórios de “maior envergadura”, passando as reivindicações a serem feitas ao nível da fábrica ou da empresa. Em muitas ocasiões segundo Almeida esses movimentos ocorreram sem que o sindicato tivesse conhecimento, só intervindo posteriormente. Embora muitos locais de trabalho possuíssem uma organização de base, não havia uma maior integração entre as lutas específicas nas várias empresas. É a partir de 1973 que começa a haver maior frequência desses movimentos envolvendo empresas com maior tradição de luta e organização de base, prática que se ampliou em 1974 com ganhos dos trabalhadores quanto a obtenção de reajustes salariais. O fato de ser ano eleitoral dava maior efervescência as reivindicações, visto que existia a “marcada tendência do operariado urbano de votar maciçamente na oposição, como efetivamente ocorreu”²³⁸, para Almeida apesar dos limites impostos a esses movimentos, os mesmos acabaram despertando nos trabalhadores a necessidade de uma articulação mais geral, que foi se estruturando através dos sindicatos, muitos com diretorias renovadas, Almeida defende ainda que embora não ocorressem movimentos de grande envergadura, as eleições de 1974 estimulou “uma integração maior das diversas categorias em torno dos sindicatos”²³⁹ com os trabalhadores rurais e o funcionalismo público também entrando em cena.

Pode-se dizer que o ano de 1978 e 1979 são fruto de todo o processo de luta dos trabalhadores que embora tenha sofrido um grande refluxo, nunca deixou de existir.

²³⁷ ALMEIDA., Op.cit., p.23.

²³⁸ Ibid., p.33.

²³⁹ Ibid., p.34.

Com as greves de 1978 a 1980, a classe trabalhadora finalmente se refez da derrota sofrida em 1964, erguendo o “novo sindicalismo”. [...] Foi extraordinário, mas não totalmente original[...]”²⁴⁰

Para um partido que nasce se proclamando socialista, declarações como a efetuada na Carta de Princípios demonstra o desprezo por uma das grandes descobertas do marxismo o materialismo histórico. Para Bottomore embora exista discordância entre estudiosos em relação à interpretação que fazem da obra de Max e Engels, “poucos negariam que a concepção materialista da história [...] constitui aquilo que é, e que eles próprios acreditavam ser, característico de sua visão do mundo.”²⁴¹

Enquanto partido que se pretendia instrumento de luta dos trabalhadores brasileiros na busca de sua emancipação (e nesse caso independente de ser política ou humana) caberia ao partido analisar a sociedade brasileira a luz da formulação engelsiana sobre o materialismo histórico designa uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre essas classes.²⁴²

2.3 Um Partido construído pelas bases: A especificidade do Programa do Partido e dos Estatutos

A discussão acima sobre as características da classe trabalhadora no Brasil ganha ainda mais importância se levarmos em consideração à concepção adotada por Lênin de que a elaboração do programa do partido é essencial, por direcionar a ação de uma forma unitária e coerente. O partido deve encontrar a organicidade e clareza de suas idéias no programa político, o qual deve contemplar, além de uma visão geral do desenvolvimento capitalista e suas leis, um reconhecimento preciso da especificidade nacional.²⁴³ Volto a frisar que não estou com isso tentando identificar no programa do PT traços leninistas, mas utilizar o instrumental teórico do mesmo para analisar o programa do PT.

²⁴⁰ NEGRO E SILVA, op. Cit.

²⁴¹ BOTTOMORE: Op.,cit.p.260.

²⁴² ENGELS, F. Apud BOTTOMORE: Op.,cit.p.260.

²⁴³ “[...] o programa deve formular as nossas concepções fundamentais, estabelecer com precisão nossas tarefas imediatas, indicar as reivindicações urgentes que devem delimitar a esfera da atividade de agitação, tornar essa atividade unitária, ampliá-la e aprofundá-la, transformá-la de agitação parcial, fragmentária, por pequenas reivindicações fracionadas, em agitação por todo o conjunto das reivindicações social-democratas.” GRUPPI, Luciano. O pensamento de Lênin. Rio de Janeiro: Graal, 1979.p.20

O programa deve ser constituído de três partes. A primeira deve indicar o lugar que corresponde à classe operária na sociedade moderna, o sentido e a importância de sua luta bem como sua situação política em relação ao Estado. A segunda deve expor a missão do partido e sua relação com as correntes políticas. Deve ainda dizer qual a atividade do partido e de todos os operários conscientes de seus interesses de classe e qual a atitude que devem tomar diante dos interesses da classe burguesa ou das diversas frações de classe. A terceira parte deve conter reivindicações práticas do partido.

O programa não pode ser um enunciado de princípios gerais, mas sim indicação de tarefas políticas concretas. Em vista desse dado, duas exigências são necessárias: a ausência de corporativismo e o caráter democrático da luta. Mas é importante frisar a necessidade de discutir todas as questões da democracia, não se limitando somente às questões proletárias.

Os estatutos, por sua vez, devem limitar-se a definições jurídicas, mas não perdendo de vista que é através deles que se forjam armas eficazes contra o oportunismo. As definições jurídicas podem corresponder ao desenvolvimento progressivo dessas relações [relações reais], mas podem também [se essas definições são más] representar uma regressão ou a uma estagnação.²⁴⁴

O programa do partido deve funcionar como uma **programa vivo** que capta a essência da transformação prática e, portanto, a essência da organização. Deve ser uma concepção geral de vida, deve elaborar operadores e idéias para realizar, na prática projetos ideológicos. Deve produzir quadros para elaborar idéias e conquistar as massas a fim de produzir quadros e idéias.²⁴⁵

A legislação eleitoral de 1979, que reimplantou o pluripartidarismo no Brasil, era rígida em relação ao funcionamento dos partidos. Visando contornar essas normas que cerceavam o debate interno, o PT criou os encontros nacionais, como fórum de debates e decisões do partido. Na busca de viabilizar a idéia de um partido construído pelas bases, os encontros, inicialmente chamados de pré-convenções, ocorriam em nível municipal, estadual e nacional.

As propostas aprovadas em nível nacional eram posteriormente referendadas e homologadas na convenção oficial estabelecida por lei. A 1ª Convenção Nacional ocorreu em 27 de setembro de 1981, quando foram referendados o 1º Diretório Nacional, assim como o Manifesto de lançamento, o Programa e o Estatuto do partido, aprovados no 1º Encontro

²⁴⁴LENIN, op. Cit., p. 266.

²⁴⁵CERRONI, Umberto. Teoria do Partido Político. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

Nacional ocorrido em 08 e 09 de agosto de 1981. A pauta de discussões do 1º Encontro girava em torno da questão da terra, das eleições do desemprego e, como citado na Ata do encontro, “outras questões econômicas”

Ao analisarmos o programa do PT aprovado pelo 1º Encontro Nacional em 1981, não encontramos uma linha ideológica clara. Apesar de palavras de ordem, como, por exemplo, a de que o objetivo da luta do PT é a construção de um novo poder econômico e político, que avance rumo a uma sociedade sem “exploradores e explorados”, não aparece explicitamente, em nenhum momento, a palavra socialismo.

O processo de fundação do PT é marcado pelo embate entre diversos setores da classe trabalhadora. Não foi diferente com o programa do partido, que significava lutar pela hegemonia no interior da nova organização. O programa inicia com uma apologia à necessidade de construir um partido de novo tipo no Brasil, fala-se sobre a necessidade de unificar os diferentes movimentos. Expõe que a experiência dos trabalhadores, adquirida através de lutas específicas, lhes ensinou que a mesma não assegura a realização de suas conquistas devido à centralização do poder político, e que os trabalhadores perceberam que isso só pode ser resolvido através de sua própria participação política, ou seja, parte do pressuposto de que a massa já tem conhecimento de seu histórico de constituição de classe explorada e já possui um grau de consciência política que dispensa alguns esclarecimentos básicos, situação já apresentada nos documentos de fundação.

Romper com a centralização do poder político passa necessariamente pela compreensão do modo como essa centralização se estruturou na sociedade brasileira. Significa compreender a situação política da classe trabalhadora brasileira, ou, como dizia Lênin, o programa político deve contemplar um reconhecimento da especificidade nacional e isso significa a compreensão de nossa formação histórica à luz da luta de classes, tanto no tocante à formação econômica e seu desenvolvimento, quanto nos processos de luta da classe trabalhadora ao longo das décadas anteriores.

Para compreender seu papel de classe, a classe trabalhadora deve ter consciência não somente de seus nexos internos, mas também dos nexos internos da classe burguesa. Não basta que o trabalhador saiba que é explorado, mas que conheça a lógica interna dessa exploração.

Como já foi dito, quando falávamos sobre a formação do Estado brasileiro, a burguesia no Brasil enfrentou uma série de dificuldades para empreender seu desenvolvimento econômico e político liberal; não cumpriu seu papel de classe, no que diz respeito a produzir a

independência nacional em relação ao imperialismo e a quebrar o latifúndio, e, não resolveu o problema da questão nacional e da questão agrária.

O entendimento sobre a questão da terra passa necessariamente pelo entendimento de que a concentração de terra é inerente ao nosso passado colonial, que visava, através do trabalho escravo, produzir para as áreas centrais do capitalismo mercantil especificamente matéria-prima, o que não se viabilizava através da pequena propriedade. Ao se formar como “colônia de exploração”, nossa estrutura socioeconômica engendrou um aparelho de Estado com diretrizes ideológicas de acordo com a nossa burguesia latifundiária.

É claro que, pelos limites objetivos do Programa, entendemos que não seria possível contemplar essa ampla explicação, porém seria necessário direcionar para esses pontos e para a necessidade de explorá-los no dia-a-dia do partido, principalmente porque se propala a todo momento que o Partido seria fruto do dia-a-dia dos trabalhadores.

Na Ata de abertura do 1º Encontro Nacional, observamos um incitamento à discriminação da teoria²⁴⁶. Em determinado momento surge na Ata a informação de que “alguém” da plenária sugeriu acrescentar aos pontos a serem discutidos, qual é o **caráter e a função do PT**, sugestão que, por deliberação da pessoa responsável pelo encaminhamento dos trabalhos, foi incluída nas discussões dos grupos, mas perde-se porque, posteriormente, como já citado, as deliberações dos grupos foram substituídas pelo documento dos sindicalistas. O documento aprovado foi o documento elaborado pelos sindicalistas com alguns complementos feitos pela Executiva Nacional baseando-se no relatório dos grupos. Já se demonstra aí um “cupulismo”, visto que é a Executiva Nacional quem decide sobre o que deveria acrescentar ao relatório.

Encontramos no Programa do partido, em vários momentos, a declaração de que é a experiência acumulada que estabelece as linhas do partido.²⁴⁷ O discurso fala sobre as necessidades cotidianas de liberdade e justiça, bem como sobre questões mais imediatas para a sobrevivência humana e que se lutará pelas mesmas. Aparece o convite para ingressar no partido dirigido a todos aqueles que se sintam “comprometidos com a proposta de ação política expressa neste programa”, mas as propostas não deixam claro se o partido pretende-se reformista ou revolucionário.

²⁴⁶..“não queremos discutir coisas abstratas, mas sim aquilo que realmente aflige a classe trabalhadora. Devemos tirar desse encontro decisões sábias e não somente teóricas e principalmente aquelas que apontem para tornar o PT o maior partido do país” (Atas da Pré-Convenção Nacional 1981)

²⁴⁷..“O PT afirma o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é, e continuará sendo, travada não apenas no Parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo.” Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos., op.Cit., p.70

Quando efetuamos uma análise crítica do programa e dos estatutos não queremos dizer com isso de maneira alguma que ele devesse ser perfeito, pois, como nos disse Lênin, “Se houver um mau artigo nos estatutos, não vamos, de modo algum, morrer por isso”²⁴⁸, contudo não podem existir divergências que venham a tornar-se grandes demais, principalmente se servirem de ponto de partida para uma mudança na direção de concepções erradas e se a estas se unirem novas concepções que levem a atos anárquicos capazes de desencadear a cisão do partido.

O Programa do PT, indiretamente, buscava responder “às três críticas mais frequentes e unânimes dos movimentos populares aos partidos e seus políticos.”²⁴⁹ O cupulismo enquanto manipulação das bases pelas elites usando estas como massa de manobra; o oportunismo daqueles que, de posse do poder, esqueciam as lutas da base, lembrando-se delas somente em períodos eleitorais; e o aparelhismo enquanto dominação das máquinas sindicais, através do controle de suas direções e presidência, para utilização em favor de candidaturas. **Em grande medida, acreditamos que o PT tentará objetivar essa distinção ao criar a sua tão propalada “democracia pelas bases”, na busca de viabilizá-la através dos núcleos de base.** E é nessa discussão que aparece o nexo entre a primeira parte desse trabalho e a análise específica do PT. Ao deparar-se com a falência dessa tentativa, acabará por se enquadrar dentro da lógica combatida inicialmente.

Ao se proclamar de novo tipo, na tentativa de se diferenciar da esquerda histórica, o PT rompe com a teoria como mediadora da práxis.

[...] O PT é um partido formado com um elevado grau de empirismo e com uma rápida ascensão de quadros de massa ao topo e a direções intermediárias. São lideranças sindicais e de movimentos populares, cuja trajetória se deu com pouco tempo e pouco instrumental para o estudo e a reflexão política e filosófica. O Partido não cuidou bem da formação política desses quadros.[...] todo o vibrante e inesgotável campo de luta urbano e rural, dos movimentos populares, serviu de espaço a uma nova esquerda, que, socialista, não discutia o socialismo, nem o colocava ‘a cada embate, a cada dia’, que, vanguarda, negava-se a ter ‘propostas para o movimento’; que, acreditando na organização das massas para a transformação social, convivia com uma massa que se organizava apenas em torno de sua reivindicação específica e imediata”²⁵⁰

²⁴⁸ LENIN. op. Cit., p.252,253.

²⁴⁹ GURGEL. op.Cit., p.70

²⁵⁰ GURGEL. op.Cit., p.58

2.3.1. Tarefas práticas do partido

Quando falamos das reivindicações práticas do partido citadas por Lênin e chamadas de Plano de Ação pelo PT nos deparamos com uma situação peculiar.

Apesar de ser caracterizado como plano de ação, ela contém reivindicações gerais, sem definição prática, acerca de como atingir esses objetivos. No item III, que corresponde às reivindicações quanto à política salarial, encontramos a reivindicação por “negociações diretas entre trabalhadores e patrões”²⁵¹ Essa reivindicação vem ao encontro das necessidades do Capital e não dos trabalhadores, ou seja, negociações sem a intermediação dos sindicatos, o que se constitui um contra-senso, visto estar o tempo todo presente nas fileiras do partido uma luta de cariz sindical, além do fato de o partido ter nascido de bases sindicais.

Acreditamos, contudo, que o Plano de Ação contém um erro de redação e que a questão defendida neste item era uma tentativa de romper com as negociações salariais com a interferência do Ministério do Trabalho, na busca de romper com os chamados sindicatos “pelegos”. No entanto, a ausência de clareza pode produzir grandes “estragos” na consciência de classe, porquanto se permite uma interpretação ao sabor do leitor.

Outra situação que chama a atenção, no item III do presente plano de ação, é o discurso de que o partido irá lutar pela “garantia no emprego”. Partindo da idéia defendida em seus documentos de fundação – apesar de demonstrações contrárias nesses mesmos documentos – da independência dos sindicatos em relação ao partido, percebemos mais uma vez seu pragmatismo e seu perfil sindical. Caberia ao partido, enquanto mediador do movimento, esclarecer às massas que um dos pontos principais da lógica capitalista é a intensificação da concorrência entre os trabalhadores²⁵².

Para um partido classista que possua um real projeto socialista, a defesa deveria ser pelo fim do emprego ou melhor dizendo, pelo fim do trabalho assalariado, fonte da exploração de classe. Dessa forma, o partido acaba negando o esclarecimento necessário à classe trabalhadora.

Como tarefa prática poderia lutar para minimizar o quadro de desemprego, sem contudo lograr extinguir essa situação, enquanto relação de expropriação da força de trabalho. Encontramos ainda nesse item a ação “contra o desemprego”. É preciso ficar claro, o que não acontece no programa do partido, se esse “contra o desemprego” se refere à totalidade da

²⁵¹Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos., op.Cit., p.72

²⁵²Para maiores informações ver MARX:2004.

classe explorada, porque, se assim for, como já exposto acima, mais uma vez nos deparamos com uma situação impossível dentro da ordem capitalista, posto que contraria a sua própria lógica. Como será possível a relação do capital com a força de trabalho, enquanto uma mercadoria que se vende como qualquer outra, se não houver mercado concorrencial e portanto desemprego?

Tendo em seu nascimento, como um dos elementos fundantes, os movimentos sociais, o PT tenta contempla-los com ações práticas. O Plano de Ação incita ao apoio aos movimentos dos direitos das mulheres, negros e índios, mas trabalha a questão de uma perspectiva de gênero, não inserindo essas minorias como parte da complexa lógica da luta de classes. Ao não fazer esse esclarecimento, isola-se a questão da perseguição às minorias como uma parte do processo de expropriação capitalista, tirando o foco da luta de classes.

Mesmo sabendo que o Estatuto buscava ater-se à Legislação Eleitoral na busca da legalidade do partido, quando seu artigo 4º estipula que será admitido nas fileiras do partido todo eleitor que se comprometa com o seu Programa e Estatuto, o Estatuto está colocando um peso ainda maior na elaboração dos dois. Com o caráter de Partido de Classe indefinido nos documentos em questão, abrem-se as portas a todo interessado, que queira militar nas fileiras do partido, correndo-se o risco de uma descaracterização do partido.

É interessante observar o § 1º do Art. 10º que fala explicitamente que “o filiado, segundo seu juízo político, poderá deixar de executar tarefas ou atividades políticas, determinadas pelo partido, que entrem em conflito com a deliberação do **órgão de classe ao qual pertence**”²⁵³. Se o partido é o partido da classe trabalhadora e tem clareza disso, se possui em suas fileiras filiados com interesses comuns à classe trabalhadora, como poderá determinar atividades que se choquem com o órgão de classe do filiado?

Essa questão, debatida em grande extensão, está diretamente ligada à crítica “ao conceito de partido dirigente”²⁵⁴. Gramsci, ao discutir a questão da subordinação ou não dos sindicatos ao partido, coloca uma questão que nos permite encaminhar a discussão do artigo em questão. Para Gramsci, cada membro do partido, não importa sua posição ou o cargo que ocupe, é sempre um membro do partido e subordinado à sua direção. Não existe subordinação de órgão de classe, o “órgão de classe”, que aceita um membro do partido está aceitando livremente as diretivas do partido. A situação objetiva do PT era inversa, ou seja, buscava-se trazer para o interior do partido a diversidade de organizações dos trabalhadores, contudo,

²⁵³Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos., op.Cit., p.77. Grifo nosso

²⁵⁴GURGEL. op.Cit., p.75.

como não tem clareza de seus pontos de vista, isso se torna um problema, a diversidade de organizações que se aliarão às fileiras do partido é que o transforma.

CAPÍTULO 3 - OS NÚCLEOS DE BASE E SEU POTENCIAL DE CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Chegamos assim ao núcleo central do presente trabalho. Quando o Programa do Partido dos Trabalhadores fala de um partido de novo tipo está-se referindo a um partido que tem suas decisões tomadas pelas bases. Alia a questão da decisão pelas bases à democracia, e se intitula diferente porque está presente na luta do dia-a-dia junto ao movimento popular. Diferente porque defende a autonomia das organizações populares. Diferente porque busca ser o canal que garanta aos trabalhadores participar das “decisões políticas e econômicas do País”.

Frisa com contundência que possuirá “Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base”, refere ao mesmo tempo que somente a unificação, com o devido direcionamento, que se dará através do partido em caráter nacional, permitirá que os diversos movimentos se tornem uma força expressiva.

Assim a característica eclética dos documentos se reforça. Ao mesmo tempo que possui um caráter luxemburguista, ao fazer a defesa da espontaneidade, defende uma centralização nos moldes leninistas²⁵⁵, apesar do discurso de repúdio às organizações de esquerda tradicionais. Trabalha o tempo todo com a idéia de luta por democracia ou, nas próprias palavras do programa, pela garantia de eleições democráticas. Mas ao mesmo tempo a passagem destacada acima aparece em nosso entender como um momento de lucidez, se concordarmos com as perspectivas de Rosa, Lênin e Gramsci sobre democracia socialista exposta na primeira parte deste trabalho, momento que passa despercebido diante do ecletismo do documento, principalmente se observarmos que na sequência fala em “eleições democráticas” que no universo histórico da formação do PT nos remete a pensar em eleições parlamentares nos moldes da democracia liberal.

Segundo Gurgel, a presença histórica da crítica ao burocratismo e ao modelo clássico da militância comunista foi muito forte na hora de cobrar as relações formais e disciplinadas no interior do partido, e desenvolveu uma generalizada aversão ao que se entendia por centralismo democrático.²⁵⁶

²⁵⁵É necessário frisar que quando falamos de centralismo nos moldes leninistas estamos recuperando as construções teóricas do próprio Lênin e não das leituras dos que se intitularam seus herdeiros políticos.

²⁵⁶“No PT, passou-se a designar como centralismo democrático toda determinação partida de qualquer instância decisória para a qual se pedisse disciplina e obediência. Nisso se incluem as próprias deliberações da Convenção, instância máxima da democracia partidária. Apesar das convenções do PT, chamadas de encontros,

Inúmeros foram os casos em que segmentos que perdiam posições em encontros não encaminhavam à posição vitoriosa, mas à sua particular posição minoritária. “Em nome da democracia e contra o centralismo assumia-se um comportamento autoritário e antidemocrático”²⁵⁷, o partido passava assim externamente uma imagem de fracionismo e, internamente, as direções partidárias não conseguiam transformar as decisões coletivas em prática unitária, ficando na dependência de as direções partidárias serem melhores ou piores guardiões da democracia interna. No combate ao centralismo leninista, a direção não consegue operacionalizar a organização do partido colocando em xeque a sua tão propalada democracia pelas bases; “efetivamente, em nome da democracia e contra o centralismo assumia-se um comportamento autoritário e antidemocrático”²⁵⁸

Em que medida isso não era fruto de a lógica da votação ser a lógica da representatividade burguesa?

As questões que se colocavam ao PT eram como expressar as massas dando-lhes acesso à política e dando abertura a todos os que estivessem comprometidos com a causa trabalhadora e com o programa do partido. Como dispor de uma democracia interna apoiada nas bases do partido e reverenciada nas bases sociais?

Responder a essa questão exigia necessariamente a compreensão da heterogeneidade das massas populares brasileiras, extremamente diversificadas pela inserção na produção. Portanto, somente seria possível expressar essas massas caso milhares de militantes se colocassem nos movimentos sociais, com propostas para esses movimentos e fazendo parte deles. O acesso das massas à política elevaria os seus níveis de consciência, por um programa com mecanismos de participação que não poderiam ser os mesmos para todos. O processo de presença nos movimentos sociais, a elevação a consciência das massas e a criação da disciplina organizativa é o próprio processo em direção “à democracia das bases partidárias, referenciada nas bases sociais, como quer o PT, segundo diz nos seus escritos.”²⁵⁹

Quando a Comissão Diretora Nacional Provisória (CDNP), com o auxílio de uma Comissão de Advogados, estruturou o Estatuto do Partido dos Trabalhadores, buscou estruturá-lo dentro das exigências legais com vistas à legalização do partido, mas buscou ao mesmo tempo “brechas da lei” que lhe permitisse garantir a idéia de partido democrático

serem inquestionavelmente participadas e representativas, as decisões da maioria dos convencionais não raro eram vistas como centralismo, quando passavam a ser cobradas a minoria”GURGEL. op.Cit., p.78

²⁵⁷GURGEL. op.Cit., p.78

²⁵⁸GURGEL. op.Cit., p.78

²⁵⁹GURGEL. op.,Cit. p. 114,115.

construído pelas bases. Regulamentou-se, através de regimento interno, a questão dos núcleos setoriais, visto a legislação exigir que a participação política do militante deveria estar vinculada ao seu domicílio eleitoral. Buscava-se assim, através de um artifício interno, não engessar o militante ao seu local de moradia, permitindo que ele optasse por militar através de sua categoria profissional, de seu local de trabalho ou do movimento social ao qual pertencesse, além é claro de seu local de moradia.

A definição da atribuição dos núcleos foi tema de intenso debate por ocasião da aprovação do texto final dos estatutos do partido pela Comissão Nacional Provisória em 23/24 de junho de 1980. Nesse momento já percebemos uma ruptura entre o discurso de democracia construída pelas bases e a prática efetiva da cúpula do partido.²⁶⁰

Não existe consenso entre os estudiosos do assunto sobre a inspiração para formação dos núcleos de base do PT. Segundo Keck, a idéia de formação dos núcleos tinha afinidade “com a forma de organização das comunidades de base da Igreja, com o mesmo viés anti-centralista que caracterizou os movimentos de que elas participaram”.²⁶¹ Para Marossi²⁶² os núcleos de base do PT caracterizam-se por uma mescla das seções socialistas e das células comunistas de Duverger, por um lado, tem “sua estrutura mais aberta na organização da militância de base, sua organização predominantemente nos bairros e a sua relativa descentralização os aproximam das seções socialistas”, e, por outro lado, “as discussões políticas ocorridas no interior dos núcleos, a pauta de discussões e as definições políticas ocorridas os aproximam, nos primeiros anos de existência do PT, das células comunistas”. Outra leitura sobre o assunto encontramos em Ozaí²⁶³ para quem, no Brasil, predominou na esquerda a organização fundada na célula comunista, “ modelo adotado por stalinistas, trotskistas e marxistas de diversos matizes”, forma de organização que foi questionada na estruturação do PT.

Se nos reportarmos à primeira parte deste trabalho, encontraremos em Rosa Luxemburgo a discussão sobre os conselhos de fábrica e os conselhos de operários e soldados

²⁶⁰“O Encontro Nacional realizado no início do mês de junho havia enviado ao grupo de advogados escolhidos para redigir o esboço final do texto uma resolução segundo a qual os núcleos deveriam ser investidos de poder decisório naqueles casos em que a lei não dispusesse contrário. Embora os advogados houvessem aparentemente encontrado uma forma de contornar o fato [...] a Comissão Nacional Provisória não aceitou esta solução e decidiu fazer dos núcleos órgãos consultivos.” KECK, Margaret E. A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.p. 125.

²⁶¹KECK.op., Cit. p.123

²⁶²MAROSSO, Tânia M. Utopia e Realidade: Os núcleos de base do PT na cidade de São Paulo no anos 80. Dissertação de mestrado.PUC/SP. 2000. Mimeo.p.82

²⁶³OZAÍ, Antonio. Partido de Massa e Partido de Quadros: A social-democracia e o PT. São Paulo: CPV, 1996.p.138.

como configuração de uma estratégia de luta anti-capitalista os quais seriam a base organizativa da nova direção da vida social, atuando como um anti-estado e absorvendo as funções de gestão do processo produtivo e da vida pública, esvaziando, a longo prazo, o Estado burguês de sua sustentação econômica e política.

Para Gramsci, é no processo produtivo que está o embrião de uma nova política revolucionária que geraria uma nova ordem. Vê a fábrica como o local da centralidade da disputa do poder político e social, coordená-la e centralizá-la fortemente respeitando as necessárias autonomias e articulações, significa criar a verdadeira e própria democracia operária, preparando-se para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão.

Apesar de ser necessário distinguir entre conselho de trabalhadores (soviets) e conselhos de fábrica, em que os segundos são considerados gestores da administração econômica das fábricas, encontramos essa discussão também em Lênin que, apesar de não ter escrito um tratado sobre os conselhos de trabalhadores, segundo Bottomore, parece ter visto nos mesmos as bases para a destruição do Estado burguês, definindo-os como os novos depositários do poder e como um novo aparelho de Estado, os quais impediriam o desenvolvimento da burocracia dos políticos profissionais, considerando-os como a “expressão direta do poder da classe trabalhadora”. Na discussão sobre Assembleia Constituinte e soviets, Lênin salientou a impossibilidade de conciliar o poder soviético com a democracia burguesa, trabalhando com a idéia de centralismo democrático, no qual a base é democrática e a direção centralizada e a unidade e disciplina são “resultado do confronto democrático das experiências e das idéias, da vontade coletiva do partido, que se expressa democraticamente no congresso e na sua maioria, à qual todo o partido deve obediência”²⁶⁴

A perspectiva para análise que adotamos neste trabalho, independente das discussões sobre que inspiração influenciou a formação dos núcleos de base o PT, é se eles da maneira como foram estruturados lograriam sucesso como “expressão direta do poder da classe trabalhadora”, na busca de criar canais de expressão de classe, para além das formas democráticas burguesas. Partimos do pressuposto de que a riqueza de discussões nas bases do partido traziam consigo um germe dessa potencialidade, porém as escolhas feitas condenam esse projeto a se tornar um natimorto.

O PT já em sua fundação se defrontava com todo um complexo de novas questões sociais, em que embora defina como base principal o operariado industrial, ele “incluía

²⁶⁴ GRUPPI, Luciano. O pensamento de Lênin. Rio de Janeiro: Graal, 1979.p.68

membros de outros tipos de grupos”²⁶⁵, prova disso é o empenho em formar os núcleos não só por local de trabalho, ou seja, ele expande a idéia para além do operariado, conclamando a formação por **movimento social**.

Na busca de distanciar-se das experiências da social-democracia e do “socialismo soviético”, o PT faz em sua fundação a defesa da democracia interna. A participação das bases e o poder dos núcleos na estrutura partidária serão alvo de amplos debates nos quatro primeiros anos do partido.²⁶⁶

As críticas em relação às esquerdas no interior do PT compunham a idéia de um partido como movimento, no qual qualquer proposta de maior definição programática ou de centralização organizativa era rechaçada em nome de uma construção partidária entendida como “avançar junto com os trabalhadores”²⁶⁷. Contudo, em nossa pesquisa nos defrontamos com documentos internos, que reproduzem um intenso debate, os quais, por não serem considerados rompem com a lógica de “avançar junto com os trabalhadores”, transformando essa fala em simples retórica, desprovida de práxis, que se encaminha para uma centralização burocrática.

Apesar da discussão em torno da idéia de centralismo democrático, a forte presença de militantes católicos na proposta de formação do PT levava os movimentos incentivados pelas Cebs e Pastoral Operária a militar na busca de conquistas imediatas. Apesar de não desvalorizarem o processo de politização e a tomada de consciência, seu objetivo central não era a instauração de uma nova estrutura, mas de novos valores nas ações humanas.²⁶⁸

As organizações de esquerda traziam concepções organizativas mais centralizadas para o interior do partido, sendo importantes impulsionadores da sua organização de base. “Em grande parte, foram os responsáveis pela introdução da pauta de discussões que ocorria (sic) nos núcleos, a qual não se diferenciava do que seria a pauta de uma “célula comunista”.²⁶⁹ Os núcleos acabavam sendo espaço de disputa de projetos políticos com conflitos inevitáveis, mas por ocorrerem nas bases do partido, estes poderiam tornar-se um fator de educação política.

²⁶⁵ Maiores informações ver KECK:1991.

²⁶⁶“A discussão sobre organização interna atravessou os anos 80 e em todos os encontros partidários apareceram resoluções apontando para o aperfeiçoamento desses mecanismos, demonstrando que, na prática, a participação das bases no processo de elaboração política encontrou muitos obstáculos para efetivar-se”.(MAROSSSI. op.Cit., p.38.

²⁶⁷MAROSSSI. op.Cit.,p.46.

²⁶⁸Ver MAROSSSI. op.Cit., p.52

²⁶⁹MAROSSSI.op.Cit., p.65

Marossi, em seu estudo sobre os núcleos de base de São Paulo, nos traz um elemento de grande importância para a construção leninista da necessidade de descentralização das responsabilidades. Segundo essa autora, a militância petista de São Paulo se percebia “como participante dos destinos partidários, interferindo e decidindo sobre os rumos do PT”²⁷⁰. Essa perspectiva não se consolida e se perde em razão de não se consolidar o poder deliberativo dos núcleos.

Os núcleos constituem-se uma questão central no 1º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. Na Ata de abertura nos deparamos com a necessidade de fortalecimento dos trabalhadores, considerados a sustentação do partido. Segundo a referida Ata participaram das discussões doze estados, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará, Acre, Amazonas, Piauí, Maranhão e Paraná.

Para Meneghelo,²⁷¹ o PT dava bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar que os demais partidos e priorizava os laços com os movimentos sociais. Apesar de no quadro geral dos partidos no Brasil sermos levados a concordar com Meneghelo, vemos que se dá, desde o início muita importância à atividade eleitoral e parlamentar, mesmo que seu discurso nos leve a pensar de forma contrária. Nesse sentido nos aproximamos da leitura de Gurgel²⁷² para quem, apesar de seus discursos autogestionários, basistas e anti-burocráticos, o PT não se diferenciava “no sentido estratégico, de todos os demais partidos. Ele quer o poder”.

Essa questão é clara já em seu processo de fundação, mesmo que de maneira difusa e ambígua, como podemos perceber pela afirmação em sua Carta de Princípios.²⁷³ Se não bastassem todos os argumentos utilizados anteriormente, essa afirmação coloca um grande peso sobre o processo de estruturação da representação da massa no interior do partido. Conquanto a atividade eleitoral, como afirma Meneghelo, não seja o eixo principal dos primeiros documentos, as eleições de 1982 bem como o debate na preparação das referidas eleições não possuíam uma importância pequena.

Em nossa pesquisa nos deparamos com um documento interno de síntese das discussões dos encontros regionais para o Encontro Nacional, é sintomático que o documento, ao discorrer sobre a questão dos núcleos, se limite ao debate acerca da sua

²⁷⁰MAROSSÍ.op.Cit., p.78

²⁷¹MENEGUELLO, Rachel. PT: A formação de um partido 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.p.36

²⁷²GURGEL. op.Cit., p.47

²⁷³“O PT [...] buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta” Resoluções. op.Cit., p.53

estruturação burocrática, não efetuando a síntese do fértil debate ocorrido sobre a necessidade dos núcleos de base possuírem poder deliberativo, e não meramente consultivo²⁷⁴.

As questões debatidas no interior dos encontros regionais eram basicamente três: eleições de 1982, resoluções sobre o desemprego e sugestões sobre o regimento interno enviadas pelos estados.

Na referida síntese dos debates regionais encaminhada ao 1º Encontro Nacional, a questão das eleições em 1982 é descrita em minúcias, bem como a questão sobre o desemprego, porém, na síntese sobre a discussão das sugestões sobre o regimento interno, o documento se limita a discorrer sobre as discordâncias quanto ao número de membros dos núcleos fixada pelo documento, sobre a participação dos militantes nos núcleos e sobre as formas de convocação para as reuniões, deixando de efetuar a síntese do rico debate sobre a necessidade dos núcleos exercerem um poder deliberativo nas convenções.

Vejamos algumas das decisões regionais:

O Diretório Estadual de Minas Gerais chama a atenção para o fato da tendência interna do partido se desviar pelo caminho eleitoreiro, salientando que a forma de evitar que isso aconteça é o reforço dos núcleos. “Os núcleos funcionando serão instrumento de contato do PT com a população. Sem os núcleos corremos o grande risco de transformar o PT num partido eleitoreiro”²⁷⁵

Encontramos também na proposta do Diretório Estadual do Paraná a defesa de uma ação decisiva na implementação e organização dos núcleos, para que, posteriormente, as organizações das pré-convenções sejam feitas por eles, segundo o referido documento, a busca por uma efetiva democracia pelas bases não se efetivaria pelo canal de diretórios.²⁷⁶

Maranhão e Piauí discordam que o número de membros seja definida pelo documento elaborado pela comissão de advogados, devendo os diretórios municipais ter autonomia para essa decisão; no seu entender só os municípios estariam em condições de análise das

²⁷⁴Síntese das Resoluções apresentadas pelas pré-convenções Estaduais a Secretaria Geral do PT1981. Quando se fala de poder deliberativo dos núcleos, não estamos nos referindo a decidir a atuação do partido no núcleo, mas o direito de cada núcleo eleger um delegado que irá representá-lo em âmbito municipal ou distrital, de onde se retirará os delegados para a instância estadual e nacional sucessivamente. Buscava-se assim garantir que o poder de eleger delegados estivesse efetivamente nas mãos da base atuante do partido (militância), certeza que não se teria mantendo como condição para eleger delegados o simples filiado, também mais suscetível a manipulações de grupos.

²⁷⁵Resolução do Encontro Estadual do PT de Minas Gerais, 1981. Anexo 2 – Plano de Ação apresentado à Pré-convenção, propostas para debate nas bases do PT. Proposta apresentado por Eduardo Albuquerque

²⁷⁶Implementar a organização dos núcleos de base para que possam mais adiante organizar as pré-convenções, de um sistema de consulta o mais amplamente democrático. **A democracia passa pela constituição dos núcleos de base, com a estrutura de Diretórios somente ela não se realizará**”Resoluções do Encontro Estadual do PT do Paraná, 29 de junho de 1981, grifo nosso

características específicas de cada região, condicionar a formação de um núcleo a um número mínimo de 21 participantes limita a organização de base de algumas regiões específicas.

São Paulo defende que o militante deveria ter o direito de participar tanto no núcleo de bairro, quanto no núcleo de categoria, podendo votar e estar registrado somente em um, mas que seria necessário os militantes participarem dos núcleos por categoria e por bairro. Defende, ainda, que os encontros preparatórios das convenções municipais deveriam contar com todos os filiados dos núcleos, exigindo-se um mínimo de 10% para realizar o encontro, situação também defendida pelo Rio Grande do Sul.

Temia-se que os núcleos, imbuídos de poder decisório, fossem utilizados por grupos organizados no interior do partido, criando-se uma estrutura celular que estimulasse “uma tendência dos membros do partido se concentrarem mais em disputas partidárias internas que na difusão da sua mensagem”²⁷⁷, argumentavam ainda que os núcleos poderiam constituir-se em “bolsões de poder” ou em locais cativos de “grupelhos” no interior do partido, argumento que se mostrou forte na defesa de defini-los como órgãos de cooperação e consulta.

Em relação ao poder deliberativo dos núcleos, documento assinado por Eduardo Almeida, Josimar de Melo, Flávio Pachalsky e Arlete Avelar Sampaio de São Paulo, enviado à Comissão Executiva Nacional, procura apresentar possíveis alternativas que impeçam o surgimento dos “bolsões de poder” sem tirar dos núcleos o poder deliberativo. Apontam que o documento interno elaborado pelos advogados, apesar de reconhecer os núcleos, limita sua participação nos processos de decisões mais importantes. Propõe como forma de assegurar que não se crie uma estrutura paralela dos núcleos, que estes se reúnam com os diretórios municipais, de preferência mensalmente, e que todos tenham direito a “voz e voto”, dando um caráter deliberativo a estas reuniões, visando, assim, assegurar a participação dos núcleos nos processos decisórios dos diretórios. Somente assim, no entender dos signatários do referido documento, seria possível garantir a plena participação das bases do partido.²⁷⁸

Outro ponto importante focado no documento em questão é a liberdade de o núcleo substituir, a qualquer tempo, seu representante, caso a coletividade chegue à conclusão de que o mesmo não esteja cumprindo “suas funções”, proposta defendida pelos três teóricos

²⁷⁷ KECK. op.Cit.p.126

²⁷⁸“Para assegurar uma participação dos núcleos nos processos de decisão dos Diretórios, sem criar uma estrutura paralela de núcleos, é necessário que se faça uma reunião periódica - ao nosso ver, mensal - entre o Diretório e os representantes dos núcleos, tendo todos direito de voz e voto. Ou seja, damos um caráter deliberativo a estas reuniões, nas questões de sua competência. Isso faz com que o encaminhamento das tarefas do PT possa ser discutido de forma democrática e com plena participação das bases do partido.” Democracia a principal discussão sobre regimento interno. Documento encaminhado à Direção Nacional para discussão no 1º Encontro Nacional

abordados neste trabalho, como um dos marcos que diferencia a democracia liberal da democracia socialista. Percebemos que essas propostas têm, como objetivo, evitar um poder centralizado que possa levar à estruturação do partido focada em uma centralidade burocrática e não em uma centralidade democrática. Chama a atenção o fato de o documento estar se reportando ao Encontro Nacional, independente do posicionamento do Diretório Estadual, a justificativa para tanto é o fato de

Esta proposta, que significa em essência a formação de um Conselho Deliberativo dos Núcleos que funcione junto ao Diretório, polarizou o Encontro de São Paulo, perdendo por apenas 19 votos num total de 800 delegados, para a de um Conselho Consultivo. Como o caráter consultivo deste conselho ao nosso ver retira poder das bases do partido, sendo isto antidemocrático, e como a idéia de um Conselho Deliberativo é defendida praticamente por metade do PT em São Paulo, achamos correto este Encontro Nacional se pronunciar sobre o assunto.[...] Esta é a nossa preocupação fundamental na discussão sobre o Regimento Interno: Assegurar que os núcleos e as bases do partido não só existam e cresçam, como também participem para que melhor possamos construir o PT.²⁷⁹

Percebemos que predominou na instância regional de São Paulo a lógica da democracia liberal, em virtude da qual uma maioria simples vence sem levar em consideração as forças opostas que chegavam a se caracterizar com uma divisão proporcional. Para Gurgel, a fórmula de decisão por plenária adotada pelo PT, onde se reúnem todos, todos falam, todos deliberam, com caráter indicativo para que a instância formal se reúna e delibere sobre a aprovação das propostas ou não, traz implícita uma forma de pressão direta sobre as direções, porém seu funcionamento se caracteriza mais como anti-democrático “à luz do que se pode entender como democracia em um partido que professa a participação e o engajamento”²⁸⁰

Além disto, existe também o fator “manipulação”, no qual podem-se, por maiorias ocasionais, “formadas por arregimentações com objetivo definido e exclusivo”, extrair deliberações que passam a ser cobradas das direções constituídas. “Em resumo, a democracia interna do PT - cuja legitimidade apóia-se no binômio [...] opinião e participação fica comprometida pela ausência dos Núcleos e pela prática sucedânea das plenárias.”²⁸¹ Não queremos dizer com isso que as plenárias não sejam importantes como mecanismo de consulta e audiência, mas pela perspectiva exposta acima, elas se desvirtuam. Sendo assim, os

²⁷⁹ Democracia a principal discussão sobre regimento interno. Documento encaminhado à Direção Nacional para discussão no 1º Encontro Nacional

²⁸⁰ “reunindo militantes, filiados e simpatizantes, [...]. As deliberações que podem emanar daí correm sempre o alto risco de serem desconectadas da realidade política ou estrutural do Partido, ou apartadas da realidade do movimento que está em pauta de discussão.[...] não parece ser democrático falar, propor e votar, deliberando em uma Plenária, sobre assuntos e frentes de trabalho político de que não se participa com frequência e com a qual não se está envolvido” GURGEL. Op.Cit., p.100,101

²⁸¹ GURGEL.op., Cit.p.101.

núcleos eram a peça fundamental na democracia pelas bases pretendida pelo PT, eram o meio de o PT construir um poder paralelo ao poder estatal que realmente representasse o poder dos trabalhadores.²⁸²

Rio Grande do Sul sugere que os delegados que irão participar das convenções regionais e nacionais sejam eleitos pelas bases, bases essas constituídas pelos núcleos pela Direção Zonal e pela Direção Municipal, acrescentando ainda que os diretórios deveriam se reunir mensalmente com um representante de cada núcleo com direito a **voz e voto**. Uma emenda apresentada por Raul Pont propõe que, os núcleos tenham nas convenções municipais – de caráter deliberativo conforme o Art.14 do Estatuto - que entre outras atribuições, possuía a de escolher candidatos para concorrer às eleições, o direito de enviar “delegados em número a ser fixado pelos respectivos diretórios, obedecendo-se a proporcionalidade mínima de um membro por núcleo, com direito a **voz e voto**”²⁸³Essa reivindicação não foi contemplada, como demonstra o § 1º do Art. 14 “Poderão comparecer às Convenções Municipais a que se refere este artigo, [...] membros dos Núcleos de Base para **cooperar** nas discussões pertinentes, sendo as decisões tomadas na forma da lei.”²⁸⁴. Em nosso entender, essa decisão se refletirá posteriormente na relação do partido com seus parlamentares e, em grande medida, contribuirá para o encaminhamento do partido para um centralismo burocrático²⁸⁵.

Quando colocadas em votação as questões relativas ao Estatuto no que se refere aos núcleos, percebemos que a lógica utilizada foi da maioria simples, mesmo que essa maioria não represente uma polarização em torno das idéias propostas, com uma grande divisão nas bases.²⁸⁶

²⁸²“[...]os Núcleos são [...] a peça fundamental da democracia interna que o PT pretende [...]. Através deles podem fluir informações, que encontrarão militantes, observadores ativos, com maior aptidão para submetê-las à análise e discussão. Uma discussão que poderá dispor da referencia do real, oferecida pela prática e cuja consequência igualmente prática é esperável, dado que ali está uma investidura de decisão e de ação, organizada na frente de luta e para esta frente de luta” externamente “os Núcleos são o meio de o PT colocar-se nos movimentos e na vida social[.]”GURGEL.opCit., p.101

²⁸³Síntese das Resoluções apresentadas pelas pré-convenções Estaduais a Secretaria Geral do PT 1981

²⁸⁴Estatuto. In: Resoluções.op.Cit., p.79

²⁸⁵Retornaremos a essa questão no próximo capítulo.

²⁸⁶Um exemplo disso é a votação em relação ao número mínimo de membros dos núcleos, onde a proposta dos advogados de que o número mínimo deveria ser de 21 membros foi aprovada por uma margem mínima, para que o número mínimo fosse de 11 membros houve 93 votos, e para que fosse de 21 membros houve 96 votos, ou seja, a proposta dos advogados ganhou por uma margem de apenas 03 votos, o que demonstra a grande divisão interna. A única concessão feita na redação final do Regimento Interno, no tocante a questão acima é a de que a Regional poderia decidir sobre a suspensão da exigência mínima de 21 membros, desde que o núcleo apresentasse justificativa, que vigoraria por no máximo seis meses, podendo ser prorrogada somente uma vez a critério da Regional. Apesar do amplo debate, acaba prevalecendo a decisão dos núcleos terem poder consultivo, como definido pela Resolução nº 4. Aceitou-se a idéia de criação do Conselho de representantes de núcleos, porém com caráter consultivo e não deliberativo.

Essa polêmica reproduz a polêmica existente entre Lênin e Martov por ocasião da discussão dos estatutos do POSDR na busca de definir o que seria um social-democrata russo. Lênin usava o termo autonomista para definir a posição defendida por Martov, para quem social-democrata seria aquele que defendesse as posições do partido. Para Lênin, social-democrata era aquele que militasse ordenadamente em algum organismo do partido, que participasse de suas deliberações e que as levasse para o movimento social, “defendendo-as até o limite do possível.” Essa diferença que em um primeiro momento pode parecer sutil, na prática política é enorme. A fórmula leninista cobrava do organismo do partido a discussão organizada da política para o setor, e a decisão formal do partido sobre os temas implicava realizar um contínuo trabalho de aliciamento de ativistas do movimento, “educando-os no espelho das posições políticas do partido, filiando-os e organizando-os no seus respectivos organismos de base.”²⁸⁷ Essa situação geraria uma eficiente disciplina na cadeia de ações que favoreceria a democracia interna do partido, ampliando sua rede de apoio concreto .

Essa visão “autonomista” no interior do PT, pode ser identificada no discurso que defende que, onde estivesse alguém que se reivindicasse petista, estaria o PT, bastando compor com o partido em suas posições gerais²⁸⁸, o que dava a idéia de um informalismo nas relações, levando muitos a defender as posições petistas quando fossem também as suas posições pessoais e, quando isso não acontecia, “o ativista encaminhava-se para sua própria posição”²⁸⁹

²⁸⁷ GURGEL. op.Cit.,p.77

²⁸⁸ “[...] Ao aportarem no PT, estes militantes traziam consigo sua própria concepção de como o PT deveria ser, e tinham de disputar politicamente contra concepções divergentes. Militantes oriundos de todos os grupos se aproximaram do grupo de sindicalistas liderados por Lula. Este núcleo original, logo denominado “grupo do Lula”, tornou-se um pólo de aglutinação para muitos que ingressavam no PT como “independentes”, que no vocabulário petista identificava os que não estavam ligados a uma das correntes que entravam de modo organizado. [...]faziam política pelas cúpulas, excluindo as bases das decisões mais importantes. Esta linha de crítica permitiu a confluência de tendências tão diversas quanto a cultura política oriunda das comunidades de base da Igreja Católica e a orientação teórica do grupo de intelectuais paulistas que divulgou, em setembro de 1980, as *11 Teses sobre Autonomia*. [...]Este campo foi desde o início majoritário no PT nacional [...] Por seu turno, entre os coletivos que ingressaram no partido de modo organizado, e que logo passaram a ser denominadas de “correntes de esquerda”, encontravam-se também numerosos sindicalistas e militantes do movimento social, o que estabelecia conexões entre a dinâmica das relações entre as correntes dentro do PT e nas instâncias dos movimentos. [...]. Além disso, em alguns municípios e até em estados como Pará e Bahia, as correntes “de esquerda” ficaram em maioria nos primeiros anos do PT. Foi este quadro de disputa interna que levaria à organização formal da Articulação em 1983”. EURELINO. op.Cit., p.58,59.

²⁸⁹ No PT predominou, nesta polêmica, nunca exposta, às vezes nem consciente, a visão de Martov. O Partido não tirava posições para o movimento, senão posições gerais, a nível nacional ou paulista, nem fazia do recrutamento de novos militantes uma tarefa ordinária a ser também desenvolvida no seio dos movimentos. [...]optava-se pelas campanhas de filiação, cuja pressa e simplismo acabavam por levar a que os admitidos tivessem poucos compromissos reais e ampliasse a base do autonomismo. Fechando o círculo vicioso, os Núcleos, unidade de base, fundamentais para o exercício da democracia interna e para a ação política, acabavam por ser adiados sucessivamente.” GURGEL, op.Cit., p.77

Para um partido no qual os núcleos eram considerados a ligação do partido com as massas, na busca de se constituir como um partido de massas, essa era uma situação deveras problemática. As definições dos estatutos, aprovadas no 1º Encontro Nacional, viriam a consolidar essa situação e a se constituir em fator decisivo para seu esvaziamento. Apesar de a justificativa apresentada ter sido o temor de que, imbuídos de poder decisório, os núcleos pudessem ser utilizados por grupos organizados existentes no interior do partido, a decisão quanto ao tema contraria a idéia de um partido construído pelas bases.

Apesar de se perceber, na síntese das discussões no interior dos encontros regionais, a importância do debate sobre o papel dos núcleos de base, a Ata do 1º Encontro Nacional informa que a discussão se polarizou em torno da questão de fazer ou não coligações para as eleições de 1982, ou seja, **ficava relegado para um segundo plano a essência mesma do partido, uma vez que se pretendia um partido de massa construído pela base**. A história demonstraria que os temores do partido se realizariam e acreditamos que, em boa medida, por essa decisão. Apesar do debate, o que acaba se consolidando no partido, explicitado pelo Estatuto, é a idéia dos núcleos de base com poder consultivo.

O Art. 5º, que delibera sobre as filiações, menciona que a filiação será encaminhada pelo Núcleo de Base, ou seja, existe aí a perspectiva de os núcleos interagirem e atuarem sobre os militantes, principalmente sobre quem ingressa, crescendo também a necessidade de formação política dos núcleos, situação que é reforçada na seqüência, ao se prever que, em situações nas quais o candidato se dirija diretamente ao Diretório Municipal, o diretório deverá solicitar a manifestação do núcleo de base do seu domicílio eleitoral, ou seja, definia-se que as decisões sejam tomadas pelas bases concretamente. Contudo, o núcleo tem papel somente indicativo; a decisão final fica a critério do Diretório, definição que talvez subverta a proposta original, ficando isso patente no Art.º 7 quando o Estatuto dá autonomia ao Diretório Distrital ou Municipal para rejeitar a manifestação do núcleo, admitindo o filiado diretamente no Diretório Municipal, ou seja, cria-se uma estrutura para funcionamento pela base a qual é ao mesmo tempo abortada.

Ainda que no Art. 12º conste que os núcleos fazem parte da seção municipal, no art. 13º, que dispõe sobre a convenção municipal, os núcleos não aparecem na sua composição; aparecem somente os parlamentares com domicílio eleitoral no município, os delegados da Convenção regional e os representantes dos diretórios distritais.

O §1 do Art.14º dispõe que os membros dos núcleos **poderão** comparecer às convenções municipais para **cooperar** nas discussões pertinentes, **mas que as decisões serão**

tomadas nas formas da lei. Percebe-se aqui uma forma de contornar a legalidade permitindo-se que os núcleos participem de decisões tão importantes como a escolha de candidatos, Diretório municipal, a eleição e a destituição de comissão de ética do município e da Comissão Executiva municipal, mas até que ponto o fato de o partido ter-se preparado para atuar dentro do jogo institucional esvaziou este artifício fazendo com que os núcleos perdessem força?

Encontramos no Artº 37 a afirmação de que o núcleo deveria funcionar como o articulador entre a base e os órgãos deliberativos e de direção, porém o item II do referido artigo, ao afirmar que o núcleo deveria “emitir opinião sobre as questões municipais, regionais e nacionais **que sejam submetidas a seu exame** pelos respectivos órgãos de direção partidária”, esvazia a participação dos mesmos deixando uma porta aberta para que as instâncias de direção partidária deliberem arbitrariamente sobre o que deveria ser levado até as bases, criando assim abertura para “desvios” centralizadores de viés burocrático, principalmente se levarmos em conta o que o item III especifica, a saber, que a função maior dos núcleos era garantir a “democracia interna” do partido.

Segundo Gurgel, a decisão em nível de base foi normatizada como devendo passar pelo crivo dos núcleos com exclusividade. O ato de decidir sobre assuntos de uma frente política não se daria sem os núcleos e em sua ausência este seria da alçada do diretório. Os documentos nos levam a entender exatamente o contrário, e, se bem que houvesse toda uma retórica de decisão pelas bases, as decisões se apresentam em nível de cúpula, sendo decidido em estatuto que serão os Diretórios quem decidirá sobre o que é “assunto importante” a ser levado para discussão nos núcleos. Acreditamos, portanto, com base nos documentos, que, embora o discurso indique que a decisão seja das bases, não é assim que ocorria concretamente, a decisão é uma decisão de cúpula.²⁹⁰

Pode-se argumentar que a tarefa do partido é dirigir as massas. Estaríamos então falando de um partido nos moldes leninistas, ou seja, de uma vanguarda consciente como mediadora da consciência de classe. Não acreditamos, porém, ser esse o caso. A situação se aproxima muito mais da idéia de democracia de massas de Michels, em que os partidos consideram que a multidão não tem condições de resolver diretamente as controvérsias que surgem em seu meio, surgindo assim a necessidade de delegados para representar a massa e

²⁹⁰Na relação da Bancada de vereadores do partido o Art.º 40 define que os projetos a serem apresentados à Câmara Municipal deveriam ser examinados pela Comissão Executiva Municipal e a **critério desta** submetidos aos núcleos de base. Na regulamentação dessa questão efetuada através dos Artºs 72 a 77 do Estatuto, encontramos novamente explícita a situação de arbitrariedade em relação aos núcleos rompendo com a idéia de construção pelas bases. O Artº 72 frisa que as **decisões importantes** dos diretórios e das bancadas deverão ser tomadas após consulta aos núcleos de base do Partido. Quem define o que é importante?

garantir que sua vontade se realize, ou seja, é confiado a alguns indivíduos a preparação e execução dos atos mais importantes em nome da massa.

Para que o PT realizasse concretamente o que defendia em seus discursos, quem deveria decidir sobre o grau de importância de uma questão era a própria base, através dos núcleos. Nesse sentido reveste-se da máxima importância a questão da mediação consciente do partido, ou seja, não é a cúpula que deveria decidir o que é importante, ou não, submeter ao núcleo, mas o partido através de seus agentes revolucionários atuar enquanto mediador da consciência de classe, para que a própria base, através de seus núcleos de base, tome as decisões.

Ao sufocar a formação dos núcleos de base, o PT como órgão dirigente, tirou da classe proletária a oportunidade de criar uma estrutura revolucionária para ocupar o espaço do que Lênin chamou de “a segunda fase da conquista do poder[...]”²⁹¹

Não queremos dizer com isso que o Brasil vivia um momento de transição de poder, possuímos clareza de que a realidade objetiva do Brasil, era bem diversa. A situação russa analisada por Lênin era de soviets já estruturados, e revolucionária. Contudo retirar dos núcleos o poder deliberativo amputa a perspectiva futura dessa estruturação.

Ao determinar em seus estatutos que a definição dos assuntos que deverão ser encaminhados para discussão nos núcleos de base será das instâncias decisórias do partido, acaba praticando aquilo que tanto se condenou na esquerda histórica, ou melhor dizendo, da leitura que se possuía dessa esquerda.²⁹²

3.1 A Estrutura de Funcionamento como Fator de Enfraquecimento dos Núcleos

Ozaí²⁹³ afirma que a mais importante inovação no PT foi a organização dos núcleos de base no intento de romper com os limites da legislação, que limitava o funcionamento do partido à esfera do diretório. Mesmo estando aberto à participação das massas e favorecendo a conscientização, na prática uma minoria assumia a participação nos núcleos como algo intrínseco à sua vida cotidiana, vindo a grande maioria dos filiados a ter uma participação

²⁹¹GRUPPI. op.Cit., p.155.

²⁹²“Lênin observa que não basta indicar – sobre a base da consciência da vanguarda revolucionária – os objetivos que as massas devem seguir; trata-se, ao contrário, de elevá-las gradualmente à consciência de tais objetivos.” GRUPPI. op.Cit., p.156.

²⁹³OZAÍ, Antonio. Partido de Massa e Partido de Quadros: A social-democracia e o PT. São Paulo: CPV, 1996.p.144.

episódica. Acreditamos que isso se dá pelas próprias dificuldades de reunião dos núcleos, em que sua organização funcionava em duplicidade com os diretórios. Essa duplicidade, em nosso entender, constitui-se em um dos fatores de esvaziamento dos núcleos, em razão de as reuniões nos diretórios terem sido priorizadas.

A determinação da LOPP – Lei Orgânica dos Partidos Políticos para que a participação política do filiado fosse vinculada ao seu domicílio eleitoral criou problemas para os núcleos por categoria e local de trabalho. O Regimento Interno do PT de 1981 estabeleceu que os núcleos por categoria e local de trabalho deveriam ser registrados na base territorial da “categoria em questão”, mas legalmente seus membros deveriam filiar-se por local de moradia, assim

muitas vezes um militante, vinculado a um núcleo de base de sua categoria, em momentos de encontros ou de escolha da direção do diretório, só podia participar no seu local de filiação, ocorrendo uma dicotomia entre a participação política cotidiana e a participação nas decisões ocorridas nas instâncias partidária²⁹⁴

Ao analisar os dados da constituição dos núcleos na cidade de São Paulo, Marossi²⁹⁵ aponta que a maioria se organizava por bairros. Os poucos que se formaram por local de trabalho, durante seu período de atuação estiveram voltados para a intervenção sindical e se desarticulavam, quando sofriam derrotas nas eleições para o Sindicato. Isso nos remete à discussão de Gramsci sobre a relação entre sindicatos e conselhos. Para Gramsci, os sindicatos são uma organização proletária característica do período histórico dominado pelo capital, período em que os operários, sem ter como fugir da leis gerais da concorrência, tornam-se comerciantes de sua única propriedade, a força de trabalho. “A natureza essencial portanto dos Sindicatos é de concorrência, [...]”²⁹⁶

O valor dos sindicatos no processo de luta de classes, sem sombra de dúvidas, é grandioso e nem cabe neste trabalho uma construção teórica a seu respeito; só desejamos salientar que são organismos de solidariedade operária que se desenvolve na lógica concorrencial capitalista, são, como dizia Gramsci “vértebras sólidas” do corpo proletário, elaborando as experiências individuais e locais, acumulando-as para nivelar nacionalmente as

²⁹⁴MAROSSÍ. op.Cit., p. 82.

²⁹⁵“Esta parece ter sido a tônica da organização de núcleos por categoria profissional nos anos iniciais do PT. Os militantes petistas formavam os núcleos visando intervir sindicalmente, dando ênfase, na maioria das vezes, à conquista da direção dos sindicatos. Vitoriosos ou derrotados neste intento os núcleos tendiam a se desarticular [...] a organização de núcleos por locais de trabalho ou categorias profissionais foi secundária na organização de base do PT”.MAROSSÍ. op.Cit., p.84

²⁹⁶GRAMSCI, A. BORDIGA, A. Conselhos de Fábrica. São Paulo: Brasiliense, 1981.p.41.

condições de trabalho, mas não são a organização por excelência de construção da “moral comunista”.²⁹⁷ Para Gramsci, qualquer tentativa de ligar as duas instituições – sindicatos e conselhos – em uma relação de dependência hierárquica conduzirá ao aniquilamento de ambos, visto que os conselhos são a negação da legalidade industrial, enquanto os sindicatos são um elemento da legalidade, que buscam celebrar acordos e assumir compromissos que melhorem as condições de troca da força de trabalho.²⁹⁸

A não-formação dos núcleos de base, na mesma extensão e no mesmo volume que o número de filiados e militantes, explica boa parte das dissensões internas do partido. O núcleos de base são teoricamente os órgãos da base do partido. A proposta era debater, nos núcleos, as propostas e posições do partido; ali é que se prepararia a participação política do partido e onde se exerceria a democracia partidária, situação exposta no Estatuto e no Regimento Interno. Pode-se argumentar que pensar os núcleos de base dessa forma, seria atribuir ao militante uma disposição de participação inexistente, situação que leva o projeto de nucleação a ganhar em importância, pois seria o espaço de conscientização da importância de participação política das massas, ou seja, a essência mesma dos núcleos era despertar na massa a importância de uma militância consciente.

As facções ou tendências, como se prefira chamar, não contribuíram para a formação dos núcleos, funcionando de certa maneira como um substitutivo; “[...] um bom número de atividades, especialmente aquelas ligadas às discussões, formação e posicionamento políticos e teóricos, que deveriam realizar-se nos Núcleos, são realizados no interior das tendências organizadas e mesmo das articulações.”²⁹⁹ Quando no 5º Encontro Nacional o partido efetuará o debate sobre o direito de tendência, irá argumentar que as organizações internas com características de partido impediam a completa integração dos militantes na vida orgânica petista³⁰⁰ Ao não se constituírem os núcleos para tirar posições destinadas a orientar e

²⁹⁷“Os sindicatos [...] são as vértebras sólidas do grande corpo proletário. Elas elaboram as experiências individuais e locais, e as acumulam exercendo aquele nivelamento nacional das condições de trabalho e de produção em que se baseia concretamente a igualdade comunista. Mas para que seja possível imprimir aos sindicatos esta orientação positivamente classista e comunista, é necessário que os operários dirijam toda a sua vontade e sua fé à consolidação e à difusão dos Conselhos, à unificação orgânica da classe trabalhadora.” GRAMSCI.BORDIGA. op.Cit.,p.44,45.

²⁹⁸“Se a concepção que faz do Conselho um mero instrumento de luta sindical se materializa [...] este se torna estéril como expansão revolucionária [...] A força do Conselho consiste no fato de que ele adere à consciência da massa operária, é a própria consciência da massa operária que quer emancipar-se autonomamente, que quer afirmar a sua liberdade de iniciativa na criação da história. [...]Um pequeníssimo número de organizados participa da vida do Sindicato; a força verdadeira do Sindicato está neste fato” GRAMSCI.BORDIGA. op.Cit.,p.103,104.

²⁹⁹GURGEL. op.Cit., p.95.

³⁰⁰SILVA, Antonio Ozaí. Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades. Dissertação de mestrado.PUC/SP. 1998. Mimeo

dar unidade à ação política do partido, no movimento social, ficou faltando o espaço onde a democracia partidária pudesse ser exercida, reduzindo-se a choques das facções.³⁰¹

As tendências constituem-se, na expressão da necessidade de espaço e tempo, como oportunidade de reflexão sobre o partido, de acordo com a ótica que lhe dá identidade. A democracia interna do partido não é incompatível com isso, mas os núcleos constituiriam a unidade entre democracia e ação.³⁰²

Viabilizar organicamente o projeto de “partido de massas” do PT significava constituir, com seus militantes desorganizados, os núcleos de base e fazê-los funcionar nos planos da democracia interna, da formação de quadros e da ação política de massas ampliando as filiações apoiadas nos núcleos, com suas filiações e nucleações entre os trabalhadores ativos nos movimentos sociais ou entre as massas ligadas à luta social. Significava dizer que o PT não estaria disposto a organizar toda a massa, “mas as massas, ou fração das massas, que, em certa medida deixaram de ser massas, no sentido sociológico, ao se encontrarem ‘ativas’ ou ‘ligadas’ na luta social.” O PT deveria identificar o compromisso dessas massas com a causa dos trabalhadores e com o seu programa oferecendo a essas massas uma forma superior de organização - o partido, o instrumento de luta política por excelência.³⁰³

A ampliação das filiações deveria dar-se pelos núcleos, abrindo a oportunidade de que as massas, e não só as ligadas aos movimentos sociais, “tenham acesso à política e ao PT”, mas, como consequência, essa linha faria a que se chegasse à perspectiva fundamental (chegar a organização nucleada), porém isso deveria ser entendido como uma perspectiva de médio ou longo prazo em razão da heterogeneidade da massa brasileira. Sendo assim, o partido de massas que o PT pretendia e sua respectiva democracia de massas dependeria da criação, ao lado dos núcleos (espaço de decisão e de preparação dos militantes organizados), de outras

³⁰¹“Desse círculo vicioso: as tendências e articulações ocupam, como espaço de discussão e, às vezes, de direção, o lugar dos inexistentes Núcleos, e fracionam posições sobre a intervenção em dado campo de ação; e a ausência de Núcleos impede a reaglutinação destas posições, sob o regime da decisão da maioria e da unidade de ação.[...] assim, as posições fracionadas vão à luta pública, sem antes passarem pela instância (Núcleo) que poderia compô-las ou encontrar a unidade democrática. Dificilmente as facções resistiriam por muito tempo ausentando-se dos Núcleos ou se opondo as decisões. Provavelmente sequer dariam isto, a exceção de uma ou outra, pagando o elevado preço do isolamento. Esta situação diz também bastante sobre a questão da democracia interna do partido. E fortalece nossa impressão de que o PT tem sido mais rigorosamente pluralista do que democrático”. GURGEL. op.Cit.,p.95.

³⁰²“A direção de uma luta precisa de uma observação factual e de um instrumental de análise que permita compreendê-la e ter para ela propostas corretas. Mas, além disto, carece da presença constante; da construção de relações de confiança e liderança entre pessoas, da tessitura de uma base social ampla, o suficiente para obter dominância ou hegemonia, no jogo de forças em que posições contrárias, às vezes antagônicas, estão também presentes. A direção exige também quadros políticos. Isto é, militantes formados política e teoricamente, o que não se pode obter apenas com cursos, palestras e seminários. Isto é insuficiente para tornar dispensáveis, na formação do quadro, os embates e as discussões que se dão no interior de um Núcleo de Base [...] o Núcleo é a peça de articulação e ação do partido no movimento social.” GURGEL. op.Cit. p.102.

³⁰³GURGEL.op.Cit., p.115,116.

formas intermediárias para os filiados não-organizados canalizarem suas opiniões e interesses e se relacionarem com as propostas e encaminhamentos partidários.

Essas formas haveriam de constituir-se em mediações entre o partido militante e os filiados, bem como uma passagem para a nucleação, como perspectiva posta permanentemente a todos. Mas essas participações não poderiam exercer o direito de decisão. Esse direito só poderia ser exercido por aqueles que participavam da vida organizada do partido, ou seja, os nucleados, pois só a nucleação legitimaria seu direito de decisão.³⁰⁴

Concordamos com Gurgel quando afirma que não assumir essa posição significaria levar a termo a sua tão propalada democracia interna em termos liberais e não socialistas. Não perdemos de vista, no entanto, que condicionar a filiação à nucleação seria paralisar o partido em seu objetivo de crescer e dar acesso às massas ao “fazer política e fazer o próprio partido”, mas a condição de filiado como suficiente para participar em esfera decisória, levou o partido a assumir o liberalismo e despedir-se de seu projeto de nucleação como forma fundamental de organização. Filiação não é garantia de militância, que entendemos como educação política, o que deixa o coletivo do partido mais suscetível à manobras de grupos na busca de tornar vencedora suas propostas.

Este foi o dilema do PT. “Não simplesmente um dilema organizativo, que é sua manifestação aparente. Mas um dilema que tem a ver com o projeto de sociedade a ser desenvolvido. Portanto com um dilema fundamental”³⁰⁵ A história nos demonstra que o partido fez a sua opção.

Voltando aos documentos internos constatamos que o, mais especificamente à sua Declaração Política, constatamos que o parlamento é por vezes entendido como um instrumento capaz de efetivar o controle popular sobre o Estado e a vida social, ao lado de órgãos auxiliares dos próprios trabalhadores como, por exemplo, as comissões de fábrica. Em outros momentos, o parlamento seria somente uma instância que representaria o conjunto de forças que interferiria diretamente na vida do Estado, recuperando o parlamento agora para os fins populares, o qual representaria o conjunto da nação.³⁰⁶

As ambigüidades dos documentos do partido são, em grande medida, fruto da disputa interna a respeito da teoria marxista. Acreditamos que o melhor caminho para superar as ambigüidades passa novamente pela questão dos núcleos. Somente com discussões nas

³⁰⁴“Estas formas de participação, sem dúvida meios efetivos de pressão, não podem ser erigidas a foros de decisão. Nem os que dela fazem parte poderiam exercer o direito que só a participação organizada no partido legitima (os Núcleos).” GURGEL op.Cit., p.117.

³⁰⁵GURGEL.p.118

³⁰⁶GURGEL.P.123.

bases, através do fomento aos núcleos, o caráter divergente do partido poderia ser minimizado, vindo a classe trabalhadora a adquirir uma face o mais homogênea possível, na busca de se assumir como agente de sua emancipação.

Acreditamos que o fator principal da não cristalização desse processo, foi a retirada de poder deliberativo dos núcleos: o pluralismo adquiriu força no interior do partido, em detrimento mesmo de sua tão propalada democracia. “O pluralismo, mais forte no PT que a sua democracia, levou às ruas as variadas tendências ideológicas e não faltavam, a cada uma, referências oficiais para avaliar suas posições.”³⁰⁷

Como prevaleceram no partido as decisões em que bastava ser filiado³⁰⁸ para votar - mesmo que isso ocorresse indiretamente, através de seus delegados - diante das cobranças sociais por definições, ganharam peso a priorização do viés eleitoral, em nome da unidade partidária.

Apoiamo-nos novamente em Lênin para ilustrar a percepção, que faltou ao PT, do momento histórico pelo qual passava a classe proletária brasileira. Para Lênin, é necessário resolver as questões das conquistas democrático-burguesas de passagem, mas como um “produto acessório” do trabalho principal e verdadeiro que é o projeto proletário revolucionário, socialista.³⁰⁹ Podemos dizer que em nome da unidade partidária o PT se apoiou nas conquistas democrático-burguesas mas não as ultrapassou.

3.2 A influência das eleições de 1982 na desagregação dos Núcleos

Acreditamos que o resultado das eleições de 1982 tiveram forte influência no processo de desagregação dos núcleos. Como citado anteriormente, as discussões sobre as eleições de 1982 polarizaram o 1º Encontro Nacional. Mesmo que se pregasse que o PT não tinha como

³⁰⁷“Os social-democratas do PT promoveram a superestimação dos movimentos populares e sindicais, diluindo-se, com prazer, no interior das entidades de massa. **Os social-liberais fizeram crescer a frente eleitoral parlamentar e identificaram-se plenamente com o assembleísmo e a falta de estruturação dos Núcleos.** Os leninistas investiram na formação das ‘frações bolchevistas’ e empregaram o resto das suas forças na tentativa de elevar o nível da disciplina e da organização [...]”GURGEL.op.Cit., p.124,125.

³⁰⁸O que desejamos destacar é o fato de que ser filiado não é garantia de militância, mesmo que seja exigido um determinado tempo de filiação para que o indivíduo participe dos processos decisórios. Ser militante significava estar participando das discussões ocorridas no partido, significava estar se educando constantemente, podendo assim minimizar a cooptação dos militantes por grupos no interior do partido.

³⁰⁹LENIN, Vladimir I. Para o quarto aniversário da Revolução de Outubro. In: _____Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa Omega, 1979d Vol.3.p.546.

prioridade participar de eleições, o debate foi intenso e o baixo desempenho nas urnas teve fortes reflexos sobre a vida do PT.³¹⁰

Como já citado anteriormente acreditava-se que a estratégia de diferenciação em relação aos demais partidos, acentuada no discurso eleitoral, atingiria o eleitorado com uma grande votação junto aos trabalhadores.³¹¹

Para Meneghelo, a proposta política com um forte tom classista buscava reorganizar o sistema político brasileiro através da **inserção** “nas esferas do sistema político-institucional e público-administrativo (de) segmentos das classes trabalhadoras anteriormente marginalizados.”³¹² Essa perspectiva não está de todo equivocada. Segundo Marx³¹³, os operários deverão participar do processo eleitoral burguês, apresentando candidatos próprios, mesmo que não exista esperança de vitória, pois o objetivo a ser atingido é conservar sua independência de classe e demonstrar, a todo mundo, sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido. Lênin considerava um erro a negativa de participar nos parlamentos burgueses; as vezes, o boicote se faz necessário, mas em certos momentos os operários devem participar dos parlamentos. Mas é preciso ficar claro que, a forma de verificar as demonstrações de simpatia dos trabalhadores não podem ser as eleições: ela demonstra-se **pelo crescimento do partido em números de membros nos “soviets”**, etc. A revolução proletária é impossível no entender leninista sem a simpatia e o apoio da “imensa maioria dos trabalhadores”, mas essa simpatia e apoio não se conquistam rapidamente, nem são resultados de eleições. Sua conquista ocorre em uma “demorada, difícil e dura luta de classes”, e não termina com a conquista do poder político pelo proletariado, “depois da conquista do poder, esta luta continua, mas sob outras formas”³¹⁴ Não se posicionar dessa maneira significa substituir a luta de classes por votações sob o controle da burguesia. .

O partido deve atuar no parlamento burguês, mas deve atuar também em todos os lugares onde haja operários “onde se possa falar com os operários e influir sobre as massas operárias”. Essa discussão se amarra diretamente à discussão anterior sobre a relação entre a ampliação de filiados e a nucleação.

³¹⁰Na realidade o PT obteve um votação expressiva com 3,3% do total de votos, mas por acreditar que somente palavras de ordem eram suficientes para ganhar as eleições, fruto da super-estimação da consciência das massas, sai das eleições de 1982 com forte sentimento de derrota.

³¹¹“[...] Os dados demonstram que o desempenho eleitoral global do PT foi bastante inexpressivo. [...] A inserção de novos temas na cena pública e no âmbito da representação política não surtira efeitos expressivos no eleitorado como um todo.” MENEGHELO.op.Cit.,p.125.

³¹²MENEGHEL. OP.cIT.,P.195.

³¹³MARX, K., ENGELS, F. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In:_____. Obras Escolhidas. São Paulo: Ed.Alfa Omega.

³¹⁴LENINE, Vladimir I. Os Comunistas e as Eleições. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982.p.33 a 37.

Na resolução aprovada no 1º Encontro Nacional referente as eleições, apesar da afirmação de Ozaí de que o PT nunca se arvorou “enquanto partido revolucionário no sentido leninista”³¹⁵ percebemos uma aproximação das idéias leninistas expostas acima. O debate regional é firme na defesa de lançar candidatos próprios e contra as coligações, sendo aprovada no texto final a resolução de que “O PT lançará, em 1982, candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política”³¹⁶.

Ainda segundo Ozaí, os primeiros anos são marcados pela tensão “entre a tendência à institucionalização e a perspectiva nutrida por várias correntes ligadas à tradição marxista em transformá-lo no partido estratégico revolucionário.”³¹⁷ O PT se propunha participar do jogo institucional, mas ao mesmo tempo queria diferenciar-se da tradição política brasileira subordinando a luta eleitoral ao objetivo de organizar as massas exploradas em sua luta. Não obstante as ambigüidades e desencontros, possuía um projeto latente na questão dos núcleos, desde que superados os limites anteriormente debatidos.

O primeiro teste prático dessa concepção foram as eleições de 1982 nas quais pretendia utilizar-se da campanha eleitoral para “fortalecer sua estrutura orgânica, incorporar novos filiados, formar núcleos e implantar-se em áreas onde sua organização estava debilitada ou não existia.”³¹⁸

O PT buscava, através de medidas internas, evitar o jogo do oportunismo, do eleitoralismo e do manobrismo político, porém não logrou sucesso e mesmo atenuando a desigualdade, prevaleceu o poder econômico dos candidatos com maiores recursos.³¹⁹

O PT, em 1982, adotou posturas contraditórias em relação ao processo eleitoral. De início afirmava que concorria para consolidar a organização partidária, já que não esperava mudanças reais para os trabalhadores através do processo eleitoral, mais tarde, especialmente em São Paulo, afirmava que concorria para ganhar.³²⁰ Elegeu como eixo de sua campanha a independência política de classe “Trabalhador vota em Trabalhador” o que demonstra mais uma vez a força do “grupo do Lula” que nesse momento já possuía maioria absoluta na direção do partido. Prova disso está nas informações de Coelho sobre esse processo eleitoral, segundo o qual “Panfletos de campanha de vários candidatos em todo o país traziam um

³¹⁵OZAÍ. op.Cit.,p.166.

³¹⁶Resoluções.op.Cit.,p.101.

³¹⁷OZAÍ.op.Cit.,p.166.

³¹⁸OZAÍ.op.Cit., p.150.

³¹⁹“Em muitos lugares, as eleições contagiaram a jovem militância e gerou um clima de entusiasmo febril diante das multidões que acorriam aos comícios[...]” OZAÍ. op.Cit., p. 151.

³²⁰Ver Keck.op.Cit.

'Recado do Lula': 'Quem bate cartão não vota em patrão', acompanhado pelo fac-símile da assinatura do presidente nacional do PT"³²¹. Apesar das regras vigentes que privilegiavam os grandes partidos da ordem, obteve 3,3% do total de votos, elegendo oito deputados federais e doze deputados estaduais. Elegeu, também, dois prefeitos, sendo um em Diadema-SP, e setenta e oito vereadores em trinta e nove municípios. Em São Paulo, Lula, lançado candidato a governador, conseguiu mais de um milhão de votos.³²²

O resultado da votação de Lula e dos candidatos operários, principalmente nos municípios industriais do estado de São Paulo, levando-se em conta o peso da campanha do voto útil no PMDB e todas as tentativas de isolar o PT, foi significativo. No entanto, a avaliação prevalente no interior do partido considerou como fraco o desempenho eleitoral.³²³ As deficiências do partido estiveram encobertas durante a campanha eleitoral pelo entusiasmo dos militantes, mas com os resultados considerados fracos "A crise tomaria conta do partido: diretórios e núcleos foram desativados; a militância desanimou e muitos se afastaram; acirrou-se a luta interna entre as diferentes avaliações sobre a atuação do partido."³²⁴

Para Meneghelo, a constituição do PT como inovação no quadro partidário teve alcance limitado, como demonstraram as urnas em 1982. Mostrou-se que o apelo classista não tivera o alcance esperado pelo partido em termos eleitorais.³²⁵ Partindo-se desse pressuposto vê-se claramente que o projeto, a despeito da retórica era ganhar o poder pela via institucional. Percebemos, portanto, que o PT adotou a idéia das eleições como termômetro que permitiria medir sua representatividade junto à massa. Avaliando-se dessa forma, a decepção eleitoral serve como alavanca para o PT repensar sua estratégia na busca de tornar-se um partido mais abrangente.³²⁶

³²¹COELHO., Op., cit.p.67.

³²²GARCIA. op.Cit., p.25.

³²³"Embora em suas declarações públicas os dirigentes partidários tentassem mostrar-se confiantes, como na manchete "Somos mais de um milhão", estampada no jornal do partido em São Paulo, no interior do próprio PT havia uma profunda decepção e uma espécie de depressão coletiva. As avaliações internas do seu desempenho eleitoral diferiam quanto à causa do fracasso, mas concordavam em dois pontos: que a repetição de palavras de ordem muitas vezes tinha tomado o lugar do esclarecimento dos objetivos do partido, e que o nível de organização - tanto do próprio partido quanto da população - era ainda demasiadamente fraco para garantir um êxito eleitoral" KECK. op.Cit.,p.179.

³²⁴OZAÍ. op.Cit., p. 151.

³²⁵"[...] o fraco desempenho eleitoral em todos os Estados deixou claro que o objetivo do partido em transformar-se num sujeito representativo da ampla massa de trabalhadores do país fora frustrado pelo acentuado classismo expresso em seu discurso. Mais ainda, mostrou que ao limitar sua imagem publica a uma noção estreita de trabalhador, fortemente acentuada durante a campanha eleitoral, restringiu consideravelmente o acesso às camadas de trabalhadores de classe média, as quais, sem dúvida, compõem uma fatia significativa do eleitorado dos grandes centros, sobretudo São Paulo." MENEGHELO. op.Cit.,p. 195,196.

³²⁶"As diretrizes políticas lançadas em 1983 apontavam para a necessidade de elaborar propostas capazes de atrair setores sociais de base que até então haviam se mostrado "desconfiados" em relação à atuação do PT, sobretudo os setores urbanos de classe média. Tratava-se, portanto, de implementar uma "política de expansão

Esse período segundo Meneghelo, mostra uma recomposição interna do partido em São Paulo, o qual estreita seus laços com o movimento sindical, buscando reiterar seu perfil voltado para os movimentos sociais e ampliando sua receptividade junto à opinião pública, na busca de inserção eleitoral. Essa ampliação vai-se refletir nas eleições seguintes. A vitória do partido em Fortaleza (CE) foi considerada “o mais importante fenômeno eleitoral da primeira eleição da Nova República”³²⁷. Parte das bases partidárias consideraram os resultados como indicador do acerto da estratégia de ampliação das bases, mas internamente o partido vai se dividindo mais, com grupos considerados mais à esquerda posicionando-se contra a democracia representativa “como via para o socialismo” e setores mais moderados, em sua maior parte sindicalistas e políticos independentes, colocando a democracia como valor inquestionável³²⁸.

Após as eleições de 1982, segundo Marossi, não se encontram nos jornais do partido referências aos núcleos de base e, nos encontros partidários, “são apenas informados a relação de diretórios que realizaram os encontros e seus respectivos quoruns [...] após 1982, de maneira crescente [...] os núcleos e diretórios, em sua grande maioria, passaram a funcionar apenas em épocas de eleição de delegados para encontros e em campanhas eleitorais”³²⁹

Durante o processo eleitoral de 1982, os núcleos de base participaram da indicação dos candidatos, com disputas pelas indicações acirradas, escolhendo aqueles que se haviam mostrado mais comprometidos com as lutas dos trabalhadores. Ao mesmo tempo não se conseguiu evitar as campanhas individualizadas com muitos núcleos se transformando em comitê eleitoral de candidatos.³³⁰ Observa-se, portanto, que a centralidade do problema não estava em os núcleos possuírem ou não poder deliberativo, pois, mesmo negando-se este poder aos núcleos, a sua transformação em “redutos” eleitoreiros ocorreu, vindo parlamentares importantes do partido a fazer declarações contra os mesmos, após a “derrota” eleitoral.³³¹

Apesar dos problemas enfrentados, os núcleos exerceram um papel importante, propiciando espaço de organização aos militantes na base do partido e funcionando como fator de permanente pressão sobre a direção. Após as eleições de 1982, acaba transformando-

da base social”, pois o partido havia inclusive perdido parte de suas bases organizacionais” MENEGHELO. op.Cit., p.198.

³²⁷MENEGHELO. op.Cit., p.200.

³²⁸Essa questão ficará clara ao analisarmos os documentos do 3. Encontro Nacional.

³²⁹MAROSSE. op.Cit., p.105,119.

³³⁰MAROSSE. op.Cit.,p.102.

³³¹“[...] após as eleições, (1982) [...] Alguns deputados do Partido, como Aírton Soares e José Eudes, passaram a declarar em jornais da grande imprensa que a derrota eleitoral foi devido ao excesso de radicalismo do Partido, que o PT não soube angariar votos e que os núcleos não eram úteis para as eleições.” MAROSSE. op.Cit.,p.103.

se em comitês de apoio a determinados candidatos.³³² O processo eleitoral expôs as contradições entre o discurso e a prática, “entre a adesão abstrata aos princípios e a prática concreta oportunista e eleitoreira, pouco a pouco, o compromisso dos candidatos eleitos com o partido tornar-se-ia conflitante. O poder parlamentar começava a se impor.”³³³

No 2º Encontro Nacional realizado de 27 a 28 de março de 1982, ou seja, antes das eleições, lança-se a Plataforma Eleitoral Nacional, na qual a tônica do discurso é a democracia pelas bases, porém não se toca na questão estatutária do poder dos núcleos.

Para Garcia³³⁴, a característica de ruptura do PT com a institucionalidade existente em seu nascedouro ultrapassou os limites impostos pela reforma partidária da ditadura militar e essa postura deu um salto em 1984, “quando da recusa em participar do Colégio Eleitoral.”³³⁵ Para este mesmo autor, a campanha do PT para as eleições de 1982 introduziu elementos de independência de classe, levando-o a se distanciar da conciliação de classes.

Concordamos que a campanha para as eleições de 1982 possuía elementos de independência de classe, bem como uma perspectiva de não-conciliação, entretanto marcada pelo espontaneísmo. Por isso no decorrer da campanha, o PT se deixa levar pelo entusiasmo das massas e, ao sofrer o que considerou uma derrota eleitoral, em sua autocrítica fica mais uma vez preso ao empírico imediato, ou seja, considera que a baixa votação se deve aos erros táticos que teriam ocorrido na campanha.

Para Garcia, a partir das eleições de 1988, o PT começou a se afastar da “lógica da ruptura”, iniciando um processo de integração ao regime que se aceleraria no decorrer da década de 1990³³⁶

Discordamos da argumentação de Garcia, as vitórias eleitorais de 1988 constituem-se tão somente no coroamento de um longo caminho que tem sua gênese no processo de fundação e seu acirramento após os resultados eleitorais de 1982.

Da mesma forma que as revoluções nunca nascem prontas, nem explodem bruscamente, sendo seu momento de explosão tão somente o ápice de um processo de efervescência, crise, movimentos e revoltas, a integração do PT ao regime faz parte de um processo que, em nosso entender, iniciou-se em sua própria fundação.

³³² Maiores informações verificar OZAÍ: 1996, p.146

³³³ OZAÍ, op.Cit., p. 151.

³³⁴ GARCIA, Cyro. Partido dos Trabalhadores: Rompendo com a lógica da diferença. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, mimeo. 2000.

³³⁵ GARCIA, op.Cit., p. 14.

³³⁶ “Sua vida orgânica passou a ser dominada pelos funcionários das prefeituras, dos gabinetes, dos parlamentos, levando-o a um processo de burocratização, que o afastou progressivamente daqueles setores que, em sua origem, reivindicava representar”. Garcia., op.Cit., p. 34)

CAPÍTULO 4 - O 3º ENCONTRO NACIONAL: AINDA UM ESPAÇO DE DISPUTA

4.1 As discussões sobre o Regimento Interno e sua consolidação

O 3º Encontro Nacional realizado no período de 06 a 08 de abril de 1984 encontra uma realidade bem diversa das anteriores. O Partido trazia consigo as experiências eleitorais de 1982.

Esse encontro irá retomar as discussões sobre o Regimento Interno, que teve seu primeiro esboço no 1º Encontro Nacional de maneira bem sucinta, ficando somente em formulações gerais que consubstanciavam o Estatuto. Juntamente com as discussões sobre o Regimento Interno serão apresentadas teses para a atuação do PT.

Percebemos que as discussões em torno tanto do Regimento Interno quanto das teses para atuação significaram um espaço de disputa no interior do partido, tendo saído vitorioso o grupo do Lula.

Ainda que os documentos oficiais considerem esse 3º Encontro Nacional e a aprovação do Regimento Interno como consagradores da: “[...] figura do núcleo como organismo de participação e de decisão da base partidária [...]”³³⁷ não é bem isso que se verifica no debate, anterior ao encontro sobre o referido Regimento.

É possível verificar também que as bases já não possuem a mobilização verificada no 1º Encontro Nacional. O Diretório Regional de Minas Gerais refere no final de sua proposta de emenda ao Regimento Interno que as propostas só foram discutidas informalmente com alguns companheiros,³³⁸ e o Diretório do Rio de Janeiro informa que não houve discussão sobre o Regimento Interno e que a proposta enviada é um encaminhamento de alguns militantes.³³⁹

Os militantes do Vale do Aço enviam uma correspondência à Comissão Executiva Nacional, assinada por representante da CUT Regional, bem como por vários sindicalistas, membros representantes da Associação de Professores do Vale do Aço, da União de Estudantes de Associações de bairros e Movimentos Sociais, além de jornalistas e membros do Diretório de Cel. Fabriciano e Timóteo, questionando a forma de encaminhamento da

³³⁷FUNDAÇÃO Perseu Abramo. Resoluções.op.Cit., p.41.

³³⁸Embora informem na sequência que existe a intenção de posteriormente abrir para discussão não encontramos nenhum documento que demonstre que isso ocorreu.

³³⁹“Infelizmente o PT/RJ não travou discussão sobre o RI. Dada a importância da questão estamos encaminhando estas enquanto militantes.”Ao Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores/PT/RJ.1984

Convenção Estadual de Minas Gerais, e afirmando que nela não houve uma discussão com as bases do partido sobre o projeto político do mesmo.³⁴⁰

Minas Gerais solicita que se elabore o Regimento Interno em um formato acessível à compreensão das bases do partido, insistindo que não ocorra o mesmo problema do Estatuto considerado: “um documento desconhecido ou ignorado pela maciça (sic) maioria do Partido”³⁴¹. Há nesse documento, uma alusão aos problemas surgidos durante o processo eleitoral no qual se coloca em questão a própria capacidade do PT de intervir nesses problemas, apontando-se como necessário que o Regimento não “receite” a solução dos problemas simplesmente através da formação de núcleos, sem se considerar que existem “dificuldades em seu funcionamento e intervenção política”³⁴².

O Diretório de Minas Gerais denuncia o fato de o partido ainda não ter conseguido avançar além da constatação de que os núcleos não funcionam. Alega ser necessário procurar saber por que eles surgem e desaparecem com frequência, quando se sabe que, na maioria das vezes, “sua prática fica no mesmo plano político de uma associação de moradores.”

Minas Gerais aponta dois pontos principais para essa situação, a ausência de direção política-partidária em seu interior e o fato de **não terem poder de decisão**.

Rio de Janeiro, ao contrário, vem com proposta de supressão de vários artigos que dariam aos núcleos o caráter deliberativo. Sugere retirar do Regimento Interno o Art. 13 que dava poder de voto nas deliberações dos diretórios zonal e municipal³⁴³, sugere também a retirada do Art. 45³⁴⁴ que garantiria um espaço de discussão aos núcleos nos encontros municipais, sugere, ainda, a supressão do Art. 47³⁴⁵ que subordinaria a aprovação das candidaturas do partido à indicação dos núcleos e o Art. 65³⁴⁶ que daria aos núcleos o poder de indicar os componentes das secretarias municipais.

³⁴⁰ “Não nos foi enviado um anti-projeto de discussão, não houve nas bases nenhuma discussão a respeito de um projeto político a qualquer nível Os Delegados foram retirados em reuniões onde em momento algum se discutiu as propostas apresentadas durante a Convenção. [...] Entendendo que a nossa luta maior é a luta por um Partido onde todas as decisões políticas partam necessariamente de baixo para cima, é que enviamos à Convenção Nacional o nosso repúdio e protesto à postura da Executiva Nacional de Minas, nesse momento específico. E propomos que o projeto político que for tirado na Convenção Nacional do PT, não seja definitivo.” Carta de militantes do Vale do Aço à Comissão Nacional do PT. 1984.

³⁴¹ Proposta de Ante-Projeto de Regimento Interno para o PT/PT Minas Gerais. 1984.

³⁴² Ibid.

³⁴³ “Art. 13. Cada núcleo por local de moradia terá direito a um voto nas deliberações dos Diretórios Zonal e Municipal correspondente, através dos dirigentes indicados no artigo 9.

³⁴⁴ “Art. 45. Nos Encontros Municipais se fará a previsão de tempo para que cada núcleo expresse a opinião majoritária sobre as questões em pauta previamente discutidas nos núcleos.”

³⁴⁵ “Ar. 47. As candidaturas a postos de direção do Partido e as de caráter eletivo deverão passar previamente pela indicação dos núcleos na proporção de 80% dos postos a serem preenchidos.”

³⁴⁶ “Art. 65. As Secretarias compor-se-ão de até 5 (cinco) filiados, indicados pelo coordenador e ratificados pela Comissão Executiva respectiva. Parágrafo Único: No plano Municipal a indicação dos componentes das Secretarias será feita após consulta aos núcleos de base.”

São Paulo também combate alguns dos artigos em questão, alegando que os núcleos só cresceram através de uma política de nucleação e “uma melhor compreensão de seu papel como motor das lutas sociais e da política petista.”³⁴⁷ Solicita a supressão do Art.14³⁴⁸ que dava poder aos núcleos de convocar os diretórios zonal, municipal e distrital bem como as secretárias de sua área. Justifica essa eliminação pelo fato de a convocação dos diretórios municipais e distritais por 1/3 dos núcleos já constar no Estatuto e considerar como “aberrante” a convocação de Encontros e Convenções por metade dos núcleos, visto que em regiões onde houver um número reduzido de núcleos, a metade representará um número inferior ao número de filiados e portanto a metade, nesse caso não deveria ter essa prerrogativa, além do que seria ilegal, visto a lei exigir para essa convocação 1/3 dos filiados.³⁴⁹

Pedem a supressão da letra b do Art. 36³⁵⁰ a qual considera anti-democrática, visto que, na sua vigência, os filiados dos núcleos votariam duas vezes, uma como filiados nos encontros municipais ou distritais e outra como membros do núcleo para eleger seu representante no Encontro Estadual. Assim como o Rio de Janeiro, São Paulo solicita a supressão do Art. 47, por considerar que a proposta é irreal pelo fato de existirem regiões onde o número de núcleos é praticamente zero, sendo assim, o referido artigo não passaria de mais uma mera formalidade, sem meios de resolver “a crise de nucleação” e tornando os encontros do PT ainda mais complicados.³⁵¹

Rio Grande do Sul aprova o Art. 36 por unanimidade, solicitando somente o acréscimo da informação “O núcleo para se fazer representar no Encontro deve estar funcionando

³⁴⁷Propostas da Comissão do Diretório Regional de São Paulo ao Projeto de Regimento Interno apresentado pelo Diretório Nacional.1984.

³⁴⁸“Art. 14. Os núcleos tem direito,por decisão de 1/3 dos núcleos da área territorial respectiva, de convocar o Diretório Zonal,Municipal ou Distrital correspondente e, por decisão da metade , a convocar o Encontro ou Convenção correspondente. Parágrafo único. Os núcleos por categoria e por movimentos sociais têm direito, por decisão de um terço dos núcleos da categoria existente na área respectiva , de convocar as secretarias correspondentes.”

³⁴⁹“[...] A proposta da metade dos núcleos convocar o Encontro ou Convenção é 'aberrante' e o caso da Convenção, ilegal,já que pode existir apenas 2 (dois) núcleos numa cidade de 700 ou até 1500 filiados e apenas 21 decidirem sobre a realização de Encontros, passando por cima do Diretório e da maioria dos filiados.” Propostas da Comissão do Diretório Regional de São Paulo ao Projeto de Regimento Interno apresentado pelo Diretório Nacional.1984.

³⁵⁰Art. 36 – Constituem os Encontros do Partido com direito à voz e voto. [...]b) no âmbito estadual , os membros da Executiva Regional e os delegados eleitos proporcionalmente nos Encontros Municipais, bem como um representante de cada núcleo do Estado;ibid.

³⁵¹“A proposta da Nacional é irreal,já que existem regiões ou Municípios Estaduais onde o número de núcleos é praticamente zero ou menor que 10. [...] Não passará de mais uma formalidade,complicando ainda mais os já complicados Encontros do PT. Com isto, não resolveremos a crise da nucleação e nem fortaleceremos os núcleos e sim seu aspecto de aparelho e internista, e de nada resolvendo em termos de democracia. O PT não é uma corporação hierarquizada e sim um partido político.”;ibid.

regularmente há, no mínimo, três meses.”³⁵². E como São Paulo e Rio de Janeiro, pede a supressão do Art. 47.

Em documento enviado à Comissão Executiva Nacional, assinado por José Ibrahim, os núcleos de base de Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Jandira, Osasco e os núcleos de São Paulo, de Alto de Pinheiros, Lapa, Providência e Sé, chamam a atenção para o fato de os núcleos de base constituírem-se a unidade fundamental dos militantes do PT, solicitando que o regimento interno garanta ao conjunto dos núcleos o direito de interferência e deliberação junto às outras instâncias partidárias. Propõem o início de um debate nacional na busca de formas para articular e integrar os núcleos entre si bem como aos demais organismos da estrutura partidária.

Para José Ibrahim, esse debate possui a característica de ser decisivo para o “futuro do PT” aprimorando e consolidando a democracia interna do partido. Solicita à Comissão Executiva Nacional que o regimento definitivo seja aprovado somente após discussão nos núcleos e diz que viabilizar essa discussão significa criar os conselhos de núcleos, os quais realizarão a compatibilização da estrutura partidária com os núcleos de base, centralizando a direção sem criar estruturas paralelas ou concorrentes. O Conselho de Núcleos teria, dentro do partido, por essa proposta a função de estabelecer programas políticos em cada nível de decisão, fiscalizando o cumprimento desses programas pelos diretórios.

Percebemos nesta proposta que os diretórios – instâncias locais do partido, conforme a LOPP – estariam subordinados aos núcleos de base, e não o inverso como previa o Estatuto.

Dentro desse Conselho de Núcleos estariam reunidos em um só corpo os representantes dos núcleos, bem como os membros do PT com cargos eletivos, e as executivas dos diretórios, juntos, estabeleceriam os programas, analisariam os resultados de sua aplicação e reavaliariam suas metas. Só após esse amplo debate é que a Comissão Nacional Provisória elaboraria o Regimento Interno definitivo.

Acreditamos que, por essa proposta de José Ibrahim, estaria aberta a possibilidade de fugir ao sistema de votação por assembléia, na busca de um Regimento Interno criado efetivamente pelas bases do partido.

Apesar de apelar para a necessidade de discutir com as bases do partido a questão do Regimento Interno, a redação definitiva é aprovada no 3º Encontro realizado de 06 a 08 de abril de 1984, consolidando-se a tendência que retirava dos núcleos grande parte de sua força. Percebemos ainda no documento final, que prevaleceram as definições do Estado de São

³⁵²Emendas/supressões/adendos/ ao Ante-Projeto de Regimento Interno do PT/PT/RS.1984.

Paulo, muitas vezes reproduzindo frases inteiras, e, embora tenha preservado as linhas gerais sobre a defesa dos núcleos como articuladores da democracia construída pelas bases, ele retirou os artigos que estabeleciam objetivamente seu poder decisório não se apropriando das contribuições que visavam um projeto concreto para resolver os problema de nucleação.

Posto que tenha mantido alguns pontos importantes e positivos, como, por exemplo a retirada da definição do número de membros, que deveriam participar dos núcleos em 21, estabelecendo “[...] o número de membros dos núcleos deve ser considerado aquele número de filiados que se comprometam a participar ativamente das reuniões”³⁵³ ou ainda que “Todo o filiado do PT que ocupar qualquer cargo ou função em qualquer órgão do Partido, [...], assim como os eleitos em todos os níveis, [...], deve, obrigatoriamente, estar vinculado a um núcleo deliberativo de base,”³⁵⁴ suprimiu artigos fundamentais, como os Arts. 13, 14 e 15.³⁵⁵

A justificativa de São Paulo para a supressão do Art. 14, se bem que não fosse de todo desprovida de coerência, poderia ser resolvida sem necessariamente eliminar o referido artigo, estabelecendo como condição para sua aprovação que ele defina que na convocação a metade dos núcleos deveria, necessariamente, corresponder a 1/3 dos filiados.

Percebemos que, em relação à letra “b” do art. 36 houve uma tentativa de solucionar a questão sem retirar dela seu objetivo, mas a nova redação do artigo ficou extremamente complexa, dificultando o entendimento.³⁵⁶ É interessante observar que, quando São Paulo faz essa sugestão, o próprio documento define: “Assim sendo ele teria de optar apenas no núcleo, colocando para as plenárias o problema de quorum mínimo de 10%, **nem sempre fácil de**

³⁵³ FUNDAÇÃO Perseu Abramo. Resoluções. op. cit. p. 158.

³⁵⁴ op. cit., p. 158.

³⁵⁵ **Art. 13** – Cada núcleo por local de moradia terá direito a um voto nas deliberações dos Diretórios Zonal e Municipal correspondente, através da participação dos dirigentes indicados no artigo 9. Parágrafo único. Perderam esse direito se deixarem de cumprir o disposto nos art. 9 e 10 por 3 meses consecutivos.

Art. 14 Os Núcleos tem direito, por decisão de 1/3 dos núcleos da área territorial respectiva, de convocar o Diretório Zonal, Municipal ou Distrital correspondente e, por decisão da metade, a convocar o Encontro ou Convenção correspondente – Parágrafo único - Os núcleos por categoria e por movimentos sociais tem direito, por decisão de 1/3 dos núcleos da categoria existente na área respectiva, de convocar as secretarias correspondentes.

Art. 15 – Os núcleos por categoria e por movimentos sociais terão direito de participação junto as secretarias sindicais e de movimentos sociais, respectivamente, sempre que obedecerem o disposto nos arts 9 e 10. Ante-Projeto de Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores 1983.

³⁵⁶ **ANTE-PROJETO:** “Art. 36 – Constituem os Encontros do Partido com direito à voz e voto. [...] b) no âmbito estadual, os membros da Executiva Regional e os delegados eleitos proporcionalmente nos Encontros Municipais, bem como um representante de cada núcleo do Estado; [...]”

REDAÇÃO DEFINITIVA (por sugestão de São Paulo) b) no âmbito estadual, os membros da Executiva Regional e os delegados eleitos proporcionalmente nos Encontros Municipais. Os núcleos por categoria e local de trabalho devem eleger delegados, com direito voz e voto, aos Encontros Regionais, na proporção definida pelos Diretórios Regionais, em condições de igualdade com o critério e proporcionalidade dos demais delegados eleitos nos Diretórios Distritais, Municipais e Zonais, desde que plenária geral dos núcleos daquela categoria conte com a participação de pelo menos 10% dos filiados naqueles núcleos, e que não poderão votar nos Encontros Municipais ou Distritais onde estão filiados pelos critérios eleitorais;

atingir”³⁵⁷ Com base somente no documento não podemos afirmar que a intenção era dificultar esse processo; no entanto, podemos constatar que a consciência dessa dificuldade existia, o que nos leva ao seguinte questionamento: Se a intenção era viabilizar a estrutura de núcleos, então por que inserir no Regimento Interno um artigo que se sabia de antemão que dificultaria esse processo?

Acreditamos que a supressão do art.47,³⁵⁸ elimina qualquer possibilidade de início da construção de uma estrutura de poder paralela à estrutura da institucional. Os argumentos de São Paulo para suprimi-lo não deixam de ser válidos, mas mais uma vez poder-se-ia ter encontrado formas paliativas de resolver o problema sem necessariamente suprimir o referido artigo que, em nosso entender, toca em um ponto crucial. Se esse artigo se houvesse consolidado, acreditamos que mexeria na própria estrutura eleitoral, sendo talvez a gênese de um novo processo efetivamente construído pelas bases. Poder-se-ia por exemplo, ser colocado o adendo de que somente nas regiões onde não houvesse núcleos essa tarefa passava à estrutura de diretórios, tendo como objetivo uma política de nucleação que superasse essa limitação.

Contudo, essas colocações exigiriam, como solicitado no documento assinado por José Ibrahim, “o início de um debate nacional na busca de formas para articular e integrar os Núcleos entre si bem como aos demais organismos da estrutura partidária”, o que não ocorreu, decidindo-se pelas alterações no Encontro do Diretório Nacional em reunião realizada em 05 e 06 de maio de 1984³⁵⁹. Diretório esse que embora legalmente detinha esse poder deliberativo, amputou as massas de participar de uma decisão tão crucial para os rumos do PT.

4.2. Teses apresentadas no 3º Encontro Nacional: A continuação do debate

O Regimento Interno chega ao 3º Encontro já pronto, tendo a votação a função de somente ratificá-lo. Porém, podemos observar que a discussão continua no interior das teses apresentadas.

Serão apresentadas quatro teses, “A ruptura popular: o projeto político do PT”, encabeçada por Bruno Maranhão, “O PT na direção da Luta” encabeçada por Virgílio

³⁵⁷ Propostas da Comissão do Diretório Regional de São Paulo ao Projeto de Regimento Interno apresentado pelo Diretório Nacional. 1984. grifo nosso.

³⁵⁸ “Ar.47. As candidaturas a postos de direção do Partido e as de caráter eletivo deverão passar previamente pela indicação dos núcleos na proporção de 80% dos postos a serem preenchidos.”

³⁵⁹ Circular nº 07/84 da Secretaria Geral Nacional do PT. 1984.

Guimarães, “PT/84: avançar na luta” encabeçada por José Genoíno e “Tese para a atuação do PT” encabeçada por Lula e aprovada como teses-guia³⁶⁰

4.2.1. A ruptura popular: o projeto político do PT

A presente tese defende que as lutas populares, a despeito de todos os seus avanços, são lutas de resistência, e que a questão do poder não está colocada para as massas.³⁶¹ Alega que o partido possui uma insuficiência em seu projeto socialista e fica preso a palavras de ordem como a de que “o socialismo será obra dos próprios trabalhadores”. Essa afirmação não deixa de ser verdade, contudo a tese defende que é necessário dirigir politicamente as lutas das massas populares. Afirma que construir um Brasil socialista é o objetivo que norteia a vida do partido desde seu nascimento. No entanto, o PT até então, de acordo com a afirmação anterior, seria definido como um socialismo operado pelos próprios trabalhadores, o que é insuficiente para um partido que se propõe dirigir politicamente as lutas das massas populares até a conquista dessa nova sociedade.

Defende a necessidade da construção de um poder de Estado paralelo para que se possa atingir o socialismo. E o socialismo só se dará com medidas que atendam a classe operária e os demais setores populares, e isso somente será possível com a construção de “um novo regime político capaz de possibilitar a implantação dessas medidas e um novo poder que sustente esse regime”³⁶² Este novo regime deverá atender aos interesses do conjunto dos “explorados e oprimidos”, em oposição a qualquer forma de democracia burguesa representativa. Deverá ser uma democracia direta das classes trabalhadoras, única forma capaz de permitir à classe operária e aos demais setores populares uma participação ativa no processo de transformação social, que se realizaria através das suas “organizações próprias e independentes”

³⁶⁰“Tese guia é a denominação dada ao texto inscrito que obtém o maior número de votos no início dos Encontros do PT. A pauta a ser discutida e votada nos Encontros é aprovada com antecedência e é sobre ela que são elaboradas essas teses. Aprovada a tese-guia, iniciam-se os debates sobre cada ponto da pauta, seguidos pela apresentação, defesa e votação das emendas, que podem, inclusive, alterar o texto original do documento, desde que não afetem seus eixos centrais” RESOLUÇÕES. op.Cit.,p.138.

³⁶¹“Ao longo do período, os trabalhadores lutaram [...]. Não resta a menor dúvida de que saem desse processo com um saldo importante [...]. Mas a análise da realidade atual do movimento popular permite afirmar que a questão do poder não está colocada hoje para as massas. Não está colocada porque as lutas que os trabalhadores hoje desenvolvem não coloca em jogo a alteração da dominação de classe na sociedade e tampouco estão construídos os instrumentos que garantem o seu alcance.”A Ruptura popular: o projeto político do PT, encabeçada por Bruno Maranhão.1984.

³⁶²Ibid.

Segundo essa tese, somente a democracia direta seria capaz de produzir um Estado a serviço da classe operária, devendo estar sustentada por um poder popular. Esse poder popular passaria necessariamente “pelo controle e gestão efetivos [...] dos principais setores da economia e dos principais meios de coerção política e ideológica”³⁶³

O que estava em questão não era como dirigir o aparelho do Estado ocupando-o por um novo governo dos trabalhadores, pois o problema não era de governo mas sim de regime político e poder. As estruturas políticas e administrativas burguesas de representação, delegação e nomeação, deveriam ser necessariamente substituídas por estruturas populares de participação direta “ao nível dos locais de trabalho, de moradia, de estudo, etc...”

Faz ainda a denúncia de que há no interior do partido aqueles que, ao defenderem um “abstrato governo dos trabalhadores”, contribuem para confundir o movimento e o partido.³⁶⁴

4.2.2. PT/84: avançar na luta.

A referida tese denuncia que no interior do partido, existem erros de posição que colocam como principal a luta econômica e de resistência, subordinando a luta política aos acúmulos no terreno reivindicatório. Demonstra uma percepção de que o movimento de massas não é detentor de uma consciência de classe, embora considere o momento de mobilização importante.³⁶⁵ Apesar das grandes mobilizações, são necessárias novas formas de organização e luta, pois o movimento apresenta debilidades, não conseguindo manter o nível de mobilização e sustentar posições diante de pressões maiores.

Em grande medida, isso se dá pela falta de uma consciência unitária acerca de objetivos próprios das forças populares, as quais ainda se moviam sustentadas apenas por um sentimento elementar de oposição e um desejo de difusão de mudanças. As lideranças avançadas agem de maneira dispersa, sem uma visão clara a respeito de como acumular forças combinando a amplitude das ações com uma independência política popular, além de existir

³⁶³Ibid.

³⁶⁴“Aqueles, portanto, que hoje teimam em atribuir à um abstrato governo de trabalhadores, dentro dos marcos capitalistas a realização de medidas capazes de solucionar a crise a favor das massas, só contribuem para confundir o movimento e o partido, sejam porque não colocam a questão fundamental do poder, do qual o governo é apenas uma expressão, seja porque passam a visão equivocada de que o poder está em jogo neste momento. Em qualquer caso, desarmam o partido e desorientam a sua intervenção, ao não estabelecerem uma linha clara de acumulação que articule a tática com a estratégia dentro de um projeto político mais global de transformação da sociedade”ibid.

³⁶⁵“o nível de consciência, de organização e de luta do movimento de massas ainda não está à altura das exigências do momento. Mas, abrem-se grandes perspectivas para o seu avanço, pela amplitude das atuais mobilizações, seu caráter eminentemente político e seu potencial de radicalização contra o regime”PT/84: avançar na luta, encabeçada por José Genoíno.1984.

uma insuficiente representatividade das organizações de massa. Apesar dessa defesa, a presente tese apresenta ambigüidades ficando presa a luta imediata, pois ao traçar um plano de superação dos problemas, não coloca questões de base, mas algumas reivindicações imediatas, embora distintas dos discursos de liberdade abstratos da burguesia, fala também da dificuldade dos sindicatos em mobilizar as massas.

Contudo, julga que o movimento de massas está preso a um comportamento instintivo e não possui uma característica de força política nacional unificada. Manifesta-se mais como tendência de comportamento instintivo das classes populares por meio de correntes que assumem uma posição de combate frontal ao regime. Nesta tese, a construção da alternativa oposicionista é a questão-chave neste momento da vida do partido, porém ela aponta como solução os caminhos institucionais, por exemplo, alianças com outros partidos políticos de oposição.

O diagnóstico é de que inexistente uma situação revolucionária no país: o problema da tomada do poder “não está na ordem do dia”, todavia a “[...]crise do capitalismo desperta a discussão sobre alternativa socialista como saída”.

Apesar das muitas ambigüidades existentes nesta tese, fica explícita que ela defende os conselhos/núcleos, quando diz “[...] reafirmamos a posição de que de uma luta vitoriosa das massas deve surgir um novo poder de Estado, uma democracia operária e popular, um poder comprometido com medidas de transformação social profundas [...]”³⁶⁶

Segundo a referida tese, o momento é de crise e a oposição liberal está perdendo espaço. Nela afirma-se que esse momento deve ser aproveitado pelo PT, o qual precisa intervir no movimento e não simplesmente empenhar-se na sua “legalização ou tratando a organização como um fim em si mesmo.” Diante disso volta a defender os núcleos como o eixo norteador dessa ação, reafirmando que os núcleos devem ser antes de tudo órgãos de ação política dos filiados, e que aos diretórios cabe principalmente orientar e organizar essa ação.

4.2.3. Tese para a atuação do PT – aprovada como tese guia.

A referida tese discute a desconfiguração dos núcleos de base, mas refuta os movimentos de esquerda. Credita as dificuldades a uma prática internista que se apóia numa estrutura de organização resultante da adaptação de “antigas tradições da esquerda.”

³⁶⁶Ibid.

Alega que essa postura conduz numerosos núcleos e diretórios a se transformarem em meros locais de reuniões, muitas vezes inúteis, que jamais propiciam a oportunidade de um encontro entre trabalhadores com diferentes experiências de vida e de cultura. Deixa perceber, assim, que estas instâncias não são tais que permitam ao partido discutir sua atuação nos movimentos sociais e conduzir as lutas dos trabalhadores, antes transformando-se em instâncias “burocráticas e fechadas, que em nada contribuem para o avanço do PT.”³⁶⁷

Reconhece o núcleo como sua estrutura de base e defende seu poder deliberativo, contudo se nos reportarmos ao regimento interno aprovado verificaremos que os signatários dessa tese faziam parte da Comissão Executiva Nacional que aprovou o Regimento Interno retirando do mesmo os artigos que dariam um poder efetivo aos núcleos. Apesar do discurso, os líderes continuam com uma política de organização ligada ao empirismo imediato.³⁶⁸

Acenam com a idéia de formação de um novo Estado, mas não acreditam na busca da construção desse “novo Estado” imediatamente, porquanto defendem a tese, segundo a qual, somente após estarem organizados em torno do partido e do exercício democrático do governo é que poderiam pensar na construção de um novo Estado.³⁶⁹ Concluimos, portanto, que estão defendendo a inserção dos trabalhadores na lógica democrática liberal como passagem para a construção de um novo Estado, e a democracia, pelas bases.

³⁶⁷ Teses para a atuação do PT, encabeçada por Lula. 1984.

³⁶⁸ “O núcleo de base do PT deve ser entendido como a base fundamental do Partido. Sem ele, o PT poderá sobreviver como partido legal, mas não se consolidará como o partido de massas que queremos. Sem ele, o PT pouco difere dos partidos tradicionais. Por isso, devemos fortalecer sempre os núcleos – por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho e de estudo, por movimentos sociais –, atribuindo a eles poder deliberativo na estrutura partidária, considerando que é no núcleo que se exerce, em primeira instância, a democracia interna do PT. Mas isso não basta. Temos de criar núcleos que se liguem às lutas do bairro, do local de trabalho, da categoria profissional. É nas ligações com as lutas concretas que estão as motivações, o dinamismo, a própria razão de ser dos núcleos de base do PT. O que dá vitalidade aos núcleos de base de Diretórios é a sua capacidade de mobilizar os trabalhadores nas reivindicações locais, por creche, saneamento, escola, transporte, saúde, bem como nas demais campanhas – sejam eleitorais ou de solidariedade aos movimentos grevistas – que contribuem para a preparação das lutas gerais indicadas em plataformas nacionais. O que sustenta o núcleo por local de trabalho e o núcleo por categoria profissional é a sua capacidade de mobilizar os militantes na organização dos trabalhadores em seu local de trabalho, no apoio às lutas sindicais, na discussão da política salarial, na criação de novas lideranças. Os núcleos de base do PT só serão organismos vivos, enfim, se, além de se ocuparem do debate dos documentos políticos e da construção partidária, forem capazes de aprender, elaborar e aplicar linhas políticas realistas e adequadas para os movimentos sociais. É a realidade cotidiana do trabalhador que deve servir de matéria-prima para as reuniões dos núcleos. O filiado, como qualquer pessoa, não se sente à vontade num núcleo onde se quer “fazer a sua cabeça” a qualquer custo, em claro desrespeito às suas dificuldades, conflitos e aspirações.” *ibid.*

³⁶⁹ “[...]somente quando os trabalhadores estiverem organizados politicamente em torno de seu partido e de uma nova proposta de poder e do exercício democrático do governo é que será possível mudar a natureza e o caráter do Estado e, com ele, a própria sociedade.” *ibid.*

Contrapondo-se à tese “A ruptura popular” fazem a defesa de transformações dentro dos moldes liberais.³⁷⁰

Fica ainda mais claro seu viés eleitoral, ao defenderem que o partido não está na luta por eleições diretas por questões meramente táticas, mas por entender que “só ao povo cabe escolher aqueles que devem governá-lo”, afirmação não de todo errada, mas complicada por acreditarem na democracia liberal como exercício efetivo do poder do “povo”, palavra que por si só já traz problemas porque dilui a idéia de luta de classes. Sua crença no sistema eleitoral democrático fica extremamente forte quando afirmam “[...] Para nós, a luta por eleições diretas é uma luta pelo direito de o povo exercer o controle do governo.”

Temos essa tese em desacordo com as outras, porquanto nesta, o poder popular é adquirido pelo viés eleitoral. Está clara na tese-guia a opção pela luta econômica e de resistência, tornando-se a luta política dependente dos resultados da luta reivindicatória criticada na tese PT/84.

A tese-guia traz implícita em suas formulações a idéia de construção política nos moldes dos conselhos populares, mas subordinada à conquista democrática burguesa como forma de transição. Isso fica claro quando defendem as eleições livres e diretas como forma dos trabalhadores conquistarem governos na busca de viabilizar a transformação do Estado.³⁷¹

Percebemos que se busca o equilíbrio de forças, quando, apesar de se reconhecer que a oportunidade de tomada do poder não está posta, vai buscar fortalecer a capacidade de atuação dos trabalhadores na tentativa de alterar a correlação de forças a seu favor e isso passa necessariamente pela formulação de uma alternativa de governo para o país, através das eleições,³⁷² o que fica explícito com a finalização da tese, em que um dos itens tem o

³⁷⁰“Nas condições de crise em que o Brasil vive, hoje, a luta econômica dos trabalhadores é cada vez mais uma luta de caráter político. Do ponto de vista dos trabalhadores, as saídas possíveis para a situação econômica atual passam, necessariamente, pelo fim do regime atual e pela conquista da democracia, que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País.”ibid.

³⁷¹“Na atual conjuntura, o PT luta pelo fim do Regime Militar no Brasil. Por isso quer eleições livres e diretas e luta pela chegada dos trabalhadores aos governos municipais, estaduais e nacional.[...] Chegar ao poder significará, para os trabalhadores, ter acesso a condições e meios para ajudar as transformações [...] Para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não apenas se toma, mas também se constrói. O PT confia na possibilidade de construir o poder a partir das bases da sociedade, dos movimentos populares, dos sindicatos e de outras formas de organização dos explorados – como, por exemplo, a criação de conselhos populares – e desenvolver esse poder com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular. A democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular. Essa participação deve conduzir a uma sociedade sem explorados nem exploradores, e sem a divisão entre governados e governantes. A nossa luta é pela construção do socialismo.” ibid.

³⁷²“Sabemos, porém, que a oportunidade da tomada do poder ainda não está colocada de forma imediata e consciente para a totalidade dos trabalhadores, mas, em face da crise que vivemos, cabe ao PT fortalecer a capacidade de atuação política dos trabalhadores, buscando alterar a correlação de forças em seu favor. Isso implica, portanto, que devemos, neste momento, formular a nossa alternativa de governo para o País, [...]”

sugestivo título, “CONQUISTAR OS GOVERNOS PARA ATENDER AOS INTERESSES DOS TRABALHADORES”.

Apesar do discurso que dá importância às bases, podemos dizer que nesse momento já está se consolidando o elemento de bases com poder consultivo presente em seu processo de fundação, e arriscamos dizer que já está presente o elemento dos chamados “orçamentos participativos”, que mais tarde ganharão força no interior do partido o qual busca continuar intitulado-se um partido construído pelas bases, as quais, na realidade, não têm autonomia, simplesmente homologam as decisões do grupo dirigente, ou para utilizar as palavras da própria tese, “fiscalizam”, tirando das bases as condições de construir uma administração que atenda a seus interesses.³⁷³

Apesar de toda a retórica em torno dos núcleos, no 3º Encontro Nacional está-se delineando a hegemonia do “grupo do Lula” no interior do partido, que já nesse momento faz a opção pelo viés eleitoral. Demonstra isso o fato de terem sido apresentadas 02 chapas para concorrer ao Diretório Nacional: “Por um PT de massa”, encabeçada por Lula com apoio dos signatários das “Teses para atuação do PT”, que havia sido aprovada como tese guia, e a chapa “O PT se constrói na luta”, encabeçada por Virgílio Guimarães e apoiada pelos signatários das teses “A ruptura popular: o projeto político do PT”, “O PT na direção da luta” e “PT/84: avançar na luta”. Assim como a tese-guia a eleição foi vencida pelo mesmo grupo, ou seja, a chapa “Por um PT de massa” com 65,8% dos votos. Reforçando esta perspectiva está o fato como citado anteriormente de o Regimento Interno ter absorvido a quase totalidade das propostas do Diretório Regional de São Paulo, por vezes reproduzindo parágrafos inteiros.

O crescimento eleitoral do partido, praticamente contínuo após 1985, não significou um crescimento de sua militância orgânica. Esse crescimento eleitoral, como diz Ozaí³⁷⁴, significou “a consolidação de seu caráter de massa ampliando sua potencialidade eleitoral e a quantidade de filiados” e, ao mesmo tempo, “tornou mais frágil sua estrutura de base e, conseqüentemente, mais centralizado o poder na cúpula diretiva”³⁷⁵

Demonstração desse fato encontramos nos dados de 1980 ano de fundação oficial do partido que apontam possuir 28.000 militantes e 623 núcleos de base, com 26.134 militantes

Precisamos nos preparar para mostrar que existem coisas que se pode fazer imediatamente em benefício do povo e que só não são feitas quando os governos não representam, de fato, os interesses dos trabalhadores.” *ibid.*

³⁷³ “[...]um governo conquistado pelo PT deve estar a serviço da ampla organização e mobilização dos trabalhadores [...]. Um governo do PT estará sempre comprometido com o princípio de que deve servir à coletividade. [...] a criação dos conselhos populares propiciará a participação da população nas decisões políticas e administrativas e consolidará as condições necessárias para a fiscalização dos interesses públicos em relação à administração de governo.” *ibid.*

³⁷⁴ OZAÍ. *op. Cit.*, p.146.

³⁷⁵ OZAÍ. *op.Cit.*, p.77.

envolvidos com os núcleos, dos quais 6.025 pertencentes a São Paulo, ou seja, 93,69% da militância petista estava inserido nos processos de nucleação e São Paulo, estado historicamente engajado contribuía com 23,05% dessa militância.³⁷⁶

Em 1985, o número de militantes havia-se expandido para 290.000 e os núcleos existentes somavam 668. O número de militantes envolvidos com os núcleos era de 11.250, ou seja, somente 3,87% da militância petista, sendo São Paulo responsável por 6.441, 57,25%.³⁷⁷

Percebemos que houve um desmonte dos núcleos, pois, em relação ao número de filiados, os militantes envolvidos com esse tipo de atividade decresceram de 93,34% em 1980 para 3,87% em 1985, e esse percentual inexpressivo, em âmbito nacional, só se manteve à custa da participação paulista.

Com o desmonte dos núcleos, a tendência burocrática do partido se fortalece, centrando-se a ação do partido na figura do Lula, e ao fazer isso cria as condições para o surgimento de um personalismo, que consideramos um dos elementos bloqueadores da construção de uma consciência de classe, com mediação do Partido.³⁷⁸

Uma potencialidade que infelizmente se perdeu, pois, como nos diz Marossi³⁷⁹

os núcleos foram espaços de socialização de experiências como nunca haviam ocorrido na história das classes populares em São Paulo. Num mesmo núcleo, muitas vezes, reuniam-se operários, donas-de-casa, professores, bancários, estudantes e desempregados. Essa aglutinação fazia com que se criasse um sentimento comum de que todos faziam parte de um amplo projeto de transformação social. Além disso, a participação de indivíduos que possuíam diferentes concepções políticas enriquecia o debate e as pessoas que aderiam ao PT, sem experiência político-partidária anterior, rapidamente se “politizavam”. Em outras palavras, pode-se dizer que nos núcleos estava colocada, como potencialidade, a unificação política de vários movimentos sociais pela base, movimentos que frequentemente possuíam uma atuação fragmentada, dentro de um horizonte imediatista.

Percebe-se portanto que o processo iniciado em 1983 com o Manifesto dos 113 que viria a se constituir oficialmente na tendência Articulação³⁸⁰ de certa forma já está se consolidando com a derrota das propostas do 3º Encontro Nacional.

³⁷⁶ Dados retirados do Boletim Nacional do PT de Agosto de 1985.

³⁷⁷ Dados retirados do Boletim Nacional do PT de Junho de 1985.

³⁷⁸ “O eleitoralismo e o burocratismo interagem entre si. Nos dois casos observamos o aburguesamento crescente da militância, a partir da mudança das condições objetivas de vida. Prevalece o pragmatismo e os interesses particularistas de caráter eleitoral [...] Esta situação é agravada pelo abismo verificado entre a direção e a base; pelo abandono e acomodação de parcelas da militância, pela centralização do poder nos órgãos diretivos, com o esvaziamento, desaparecimento ou manipulação dos núcleos de base existente; e pela elitização crescente da participação nas instâncias internas.” OZAÍ.op.Cit.,p.165.

³⁷⁹ MAROSSÍ. op.Cit., p.90.

³⁸⁰ Embora inicialmente os grupos que constituía a Articulação não se considerassem uma tendência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marx nos diz no Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores que: “um elemento de êxito os trabalhadores possuem – número; mas os números só pesam na balança quando unidos pela associação e encabeçados pelo conhecimento”³⁸¹

Também Lênin criticava aqueles que acreditavam que o movimento dos trabalhadores através da prática, sem teoria e fusão entre ambas, pudesse produzir saltos qualitativos por si só, essa crença levaria o movimento a retrocessos, por isso para ele quanto mais poderoso fosse o ascenso espontâneo das massas, maior seria a necessidade de uma elevada consciência, teórica e política.³⁸²

O grande desafio que se coloca para aqueles que acreditam ser possível uma nova sociabilidade, que rompa com o ideal do homem egoísta liberal é como fazer essa transição.

Para aqueles que ainda acreditam ser o partido um elemento essencial na luta dos trabalhadores, a questão é como romper os limites, que se apresentam para a constituição de um partido de classe para os trabalhadores, que busque a emancipação humana através de uma alternativa a sociedade capitalista. Nesse sentido também é preciso compreender como se insere neste contexto a democracia representativa.

Essa preocupação estava presente nos clássicos utilizados neste trabalho, a despeito das discordâncias entre Rosa e Lênin sobre o papel do partido. A busca pela compreensão de como a organização tão necessária para evitar a dispersão de forças das massas, não fosse utilizada pelas correntes conservadoras em proveito próprio.

Buscavam assim mecanismos que rompessem com a idéia defendida por Michels de que democracia direta das massas é uma utopia, pois para Michels se de um lado a massa se deixa suggestionar facilmente pela eloquência dos oradores de outro o governo direto do povo não permite discussões séria nem deliberações refletidas facilitando assim golpes de homens excepcionalmente audaciosos, enérgicos e hábeis.³⁸³

Acreditamos que embora Rosa e Lênin não tenham avançado na discussão, percebiam nos Conselhos³⁸⁴ uma possibilidade de romper com a democracia representativa de cunho

³⁸¹MARX,ENGELS:Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores.p.320.

³⁸²LENINE, Vladimir I. Os Comunistas e as Eleições. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982.p.116.

³⁸³MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: UNB, 1982.p.17.

³⁸⁴Rosa ainda presa aos Conselhos de Fábrica,Lênin já com uma visão para além da fábrica, fruto mesmo da experiência dos Sovietes.

liberal, trabalhando com a idéia de democracia exercida pelas massas, como forma de viabilizar um ideal de “democracia direta” no contexto de complexidade criada pelo capitalismo.

Segundo o programa spartakista, os conselhos seriam organismos inteiramente democráticos, com seus membros eleitos nos locais de trabalho e com mandato revogável a todo momento. Os conselhos deveriam subordinar-se a um conselho central, composto por delegados eleitos nos COS de todo o país, o qual elegeria um comitê executivo. A função do conselho central seria exercer um controle permanente sobre a atividade do comitê executivo e estabelecer um contacto vivo entre a massa dos conselhos e o organismo supremo que os representa.

Lênin alegava que o soviete era mais democrático que qualquer aparelho de Estado, porque impedia o desenvolvimento da burocracia e de políticos profissionais. É no conceito de centralismo democrático, em que a base é democrática e a direção centralizada, que encontramos a unidade e disciplina como resultado do confronto democrático das experiências e das idéias, que se expressa democraticamente no congresso e na sua maioria, à qual todo o partido deve obediência³⁸⁵

Não é diferente em Gramsci, onde a organicidade³⁸⁶ do Estado proletário só existe no centralismo democrático, centralismo em movimento que se adapta continuamente ao movimento real, que ajusta os impulsos de baixo e os comandos do alto, elementos que nascem das “profundezas da massa” e se encaixam no aparato de direção. É orgânico, porque leva em conta o movimento, não enrijece mecanicamente a burocracia.³⁸⁷

Multidões dominadas por “interesses imediatos ou presas da paixão suscitada pelas impressões do momento, transmitidas acriticamente de boca em boca, se unifica na decisão coletiva”³⁸⁸, porém se não estão ligadas por vínculos de responsabilidade para com seus semelhantes, ou com uma realidade econômica concreta, não superaram seu individualismo. Assim é necessário construir-se uma nova relação democrática, que crie vínculos de responsabilidade entre os indivíduos buscando a superação do individualismo. O partido seria portanto elemento de organização desse todo orgânico, na busca de viabilizar a união pela bases.

³⁸⁵ GRUPPI. op.Cit., p.68.

³⁸⁶ Organicidade entendida como ordenamento, estabelecimento das bases de funcionamento.

³⁸⁷ O **centralismo burocrático**, ao inverso, indica que o grupo dirigente está saturado, perpetuando seus mesquinhos privilégios, regulando e sufocando o nascimento de forças opostas, mesmo que sejam homogêneas aos interesses dominantes fundamentais.

³⁸⁸ GRAMSCI apud SADER. op.Cit., p.103.

Nesse caso seria possível um partido criar suas ramificações sem ter que correr o risco de passar pelo parlamento? Acreditamos que não. Mas então como conviver com o parlamento sem corromper-se?

Acreditamos que isso será possível somente na medida em que a democracia representativa seja substituída pela democracia direta, aqui entendida como a democracia e suas formas de representação política controladas de baixo e não necessariamente em formas de participação popular direta.

O PT nasce da luta operária na segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980 e se alimentava no espontaneísmo. Apesar disso trazia em si um germe de potencialidade para a criação do que poderia vir a ser uma democracia política controlada de baixo, ou seja, os núcleos de base. Essa dimensão ganha força se levarmos em consideração que o PT empolgou milhares de pessoas, “muitas das quais passando a participar, pela primeira vez, de um partido político”³⁸⁹

Esse estudo buscou compreender se o PT em sua fundação constituía-se em um partido em disputa ou não, nessa medida buscamos através do projeto de implantação dos núcleos de base a resposta para tal questão. Percebemos que mesmo ocorrendo uma disputa regional, a nível nacional existia uma certa hegemonia do “grupo do Lula” e quando as discussões chegavam ao Encontro Nacional, as decisões ocorriam em consonância com o referido grupo. Hegemonia essa que não se construiu espontaneamente, mas capitaneada por um grupo que percebia o potencial polarizador da figura do Lula.

Sob essa hegemonia, o horizonte teórico do PT não consegue ultrapassar o liberalismo, se tornando um partido liberal, mesmo tendo em sua origem uma perspectiva anti-liberal. Sua liderança hegemônica é altamente influenciada pela tese da democracia como valor universal e confunde táticas e estratégias.

Maria Izabel Lagoa alega que desde 1987 o PT “começa a sublinhar a positividade da ação institucional”, assim como Garcia considera que são as vitórias eleitorais de 1988 que farão o partido privilegiar a luta parlamentar, acreditamos no entanto que essa questão já estava latente em seu período de fundação, idealizada por aquele que viria mais tarde a se tornar o grupo hegemônico no partido e que se mostra claramente já em 1983 inicialmente como Articulação dos 113.

³⁸⁹

MAROSI. op.Cit.,p.123.

A subordinação da estrutura partidária a esse grupo, que em grande medida possuía sua força pela presença de Lula, leva ao que Lagoa diagnosticou: “o PT não percebe que a democracia dentro do sistema capitalista apresenta-se de maneira formal”³⁹⁰

Com a derrota no interior do partido daqueles que defendiam a democracia partidária através dos núcleos de base, vai se consolidar no partido a ausência de uma socialização do poder político com o conseqüente encaminhamento do partido para o centralismo burocrático.

Percebemos a força da cúpula dirigente já no 1º Encontro Nacional quando a Comissão Executiva absorve o documento dos sindicalistas como direcionamento para o partido em detrimento do documento surgido das discussões dos grupos, e ganha força após os resultados eleitorais de 1982 . Em 1983 a idéia dos núcleos já está definitivamente derrotada, com a união sobre as asas da Articulação de grupos até então dissociados.³⁹¹

Se os núcleos tivessem obtido sucesso poderíamos dizer que a figura de Lula teria sido minimizada, derrotando assim o grupo que se intitulava como os autênticos do PT. Como isso não ocorreu, acabou acontecendo aquilo que foi descrito por Michels, uma minoria participa das decisões do partido, ficando as decisões mais importantes a cargo de uma minoria dos partidários e as massas respondendo ao apelo de um orador de peso ou uma palavra de ordem "particularmente violenta". O dom da oratória leva os chefes a ganhar supremacia sobre as massas. A beleza do discurso sugestiona e a sugestão submete, sem resistência a influência do orador. O prestígio que o orador adquire junto às massas é ilimitado, e influenciadas pelos dons da oratória o conteúdo do discursos passam a ter uma importância secundária.

Contribui para isso o sentimento de gratidão da massa para com o camarada que assistiu o nascimento do partido, sofreu as adversidades e prestou vários serviços.

Essa situação, embora eficaz em certos momentos, faz com que o delegado não possa mais sofrer durante o congresso influências de novos argumentos nem de novas circunstâncias que emergem do debate, disso resulta que a discussão se torna supérflua de antemão e o próprio voto se encontra muitas vezes falsificado, pois não responde a opinião geral dos delegados.

Quanto mais os chefes se afastam das massas, cada vez mais dispostos se tornam a cooptação como meio de ocupar os vazios de seus quadros, tendendo portanto a isolar-se

³⁹⁰LAGOA.op.Cit.,p.143.

³⁹¹Segundo Coelho éem 1983 que os grupos Autonomia, O trabalho, Independentes e o Grupo do Lula se uniram constituindo a Articulação.COELHO.op.cit., p. 32.

criando uma espécie de *cartell* rodeando-se “de um “muro” que só pode ser transposto por aqueles que os agradam.

O acúmulo de poder nas mãos de poucos, conduz a abusos. Ao se sentir indispensável, o representante transforma-se facilmente de servidor em patrão do povo. Assim o partido que se insurge contra as usurpações do Estado, acaba por criar suas próprias usurpações internas, cometidas pelas autoridades constituídas.

FONTES

1. Fontes Documentais.

Lista em ordem alfabética de títulos dos documentos consultados, por arquivo. Alguns títulos encontram-se abreviados.

CSBH (Fundação Perseu Abramo)

Extrato da Ata da Pré-convenção Estadual do PT Estado do Espírito Santo	1981
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo – Edital nº 23	1981
3º Encontro Estadual do PT do Maranhão	1981
Resoluções do Encontro Estadual do PT, em São Paulo referente ao regimento interno	1981
Resolução Aprovada no 1º Encontro do PT de Mato Grosso do Sul	1981
Resolução do Encontro Estadual do PT de Minas Gerais	1981
Resolução do III Encontro Estadual do PT – Piauí	1981
Circular da CDRP – Resoluções da Plenária Regional Democrática	1981
Ata da Pré-Convenção Regional do PT de Santa Catarina	1981
Resoluções do Encontro Estadual do PT de São Paulo referente o Regimento Interno	1981
Resoluções do Encontro Estadual do PT do Paraná	1981
Síntese das Resoluções apresentadas pelas pré-convenções Estaduais a Secretaria Geral do PT	1981
Resoluções aprovadas no 1º Encontro Nacional	1981
Documento de discussão interna: Democracia a Principal discussão do Regimento Interno	1981
Documento de discussão interna: Para o Regimento Interno do PT	1981
Atas da Pré-Convenção Nacional	1981
Proposta Socialista de Emendas ao Programa do Partido	
A Luta Pelo Socialismo – Tese apresentada ao 1º Encontro Nacional	1981
Resolução Aprovada no 2º Encontro Nacional “Trabalho, Terra e Liberdade”	1982
Relatório do 4º Encontro Estadual do Piauí	1982
PT 83 : Um passo adiante:Uma proposta para as pré-convenções do PT	1983
Ante-Projeto de Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores	1983
Observações feitas ao Regimento Interno propostas pelo DR/DF	1983
Proposta de Ante-Projeto de Regimento Interno para o PT/PT Minas Gerais	1984
Observações sobre os Estatutos e o Regimento Interno de Plínio Sampaio	1983
Para o Regimento Interno do PT/José Ibrahim	1983
Ao Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores/PT/RJ	1984
Propostas da Comissão do Diretório Regional de São Paulo ao Projeto de Regimento Interno apresentado pelo Diretório Nacional	1984
Emendas/supressões/adendos/ ao Ante-Projeto de Regimento Interno do PT/PT/RS	1984
Carta de militantes do Vale do Aço à Comissão Nacional do PT	1984
Circular nº 07/84 da Secretaria Geral Nacional do PT	1984

Pontos de Emendas ao Documento “Tese” para o Diretório Nacional, a ser discutido na Pré-Convenção Nacional	1984
Emendas ao Regimento Interno não votadas	1984
Anti-projeto de Regimento Interno do PT	1984
Emendas ao Regimento Interno do PT não votadas	1984
Contribuição do Diretório Regional de São Paulo ao Debate para o Encontro Nacional do PT	1984
Teses Apresentadas no 3º Encontro Nacional:	
A Ruptura popular: o projeto político do PT, encabeçada por Bruno Maranhão	
O PT na direção da luta, encabeçada por Virgílio Guimarães	
PT/84: avançar na luta, encabeçada por José Genoíno	
Teses para a atuação do PT, encabeçada por Lula e aprovada como tese guia	1984
Ata do Encontro Nacional do PT	1985
Ata da Reunião de militantes do PT ligados a área rural	1985
Resoluções do EN Sindical do PT	1985
Documento de abertura do 4º Encontro Nacional	1986
Correspondência do Diretório Regional do PT da Bahia encaminhada ao DN	1986
Ata do Encontro Regional do PT do Piauí	1986
Correspondência do Diretório Regional do PT do Rio de Janeiro do DN	1986
Relatório Único CEN/DN – apresentado aos Delegados do 4º Encontro	1986
Subsídios para discussão DN	1986
Contribuição dos Delegados de Goiás à pré-convenção nacional do PT	1986

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando L.de. Política Salarial, Emprego e sindicalismo: 1964/1981. Petrópolis: Vozes, 1982.

ALVES, Giovanni. Sindicalismo e utopia social no Brasil do século XX: breves considerações sobre anarquistas, comunistas e novos sindicalistas. In_____Corações Vermelhas.Os comunistas brasileiros no século XX. MAZZEO, A C.,LAGOA, M.I. (org.). Cortez. São Paulo, 2003.

ANTUNES, Ricardo. A rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980. São Paulo: Ed.Ensaio, 1988.

ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil. São Paulo: Cortez, 1982.

ARAÚJO, Ângela. A Construção do consentimento. São Paulo: Scritta, 1998. p.161-186

AZEVEDO, Clovis B.de. A Estrela Partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo, “Ideologia e Desenvolvimento: Brasil, 1930-1964” In: LOUREIRO, Maria R. (org.) – 50 Anos de Ciência Econômica no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997.

BERTELLI, Antonio R.(org.) Lênin: Estado, Ditadura do Proletariado e Poder Soviético. São Paulo: Oficina de Livros, 1988.

BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. PAQUINO, G. Dicionário de Política. Vol.1. Brasília: UNB, 12ª ed., 1999.

BOGO, Ademar (org.) Teoria da Organização Política: Escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa - Mao. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAMPOS, Roberto. A lanterna na popa: memórias. Vol.I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CERRONI, Umberto. Teoria do Partido Político. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

CERRONI, Umberto. Existe Uma Ciência Política Marxista? In: _____ O Marxismo e o Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COELHO, Eurelino. UMA ESQUERDA PARA O CAPITAL: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Tese de doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, mimeo. 2005.

DEL ROIO, Marcos. De um século a outro: Trajetória e atualidade da questão comunista no Brasil. In _____ Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX. MAZZEO, A C., LAGO, M.I. (org.). Cortez. São Paulo, 2003.

DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira. In: João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio. *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2000, v. 04.

DEL ROIO, Marcos. Os prismas de Gramsci: a fórmula da frente única (191-1926). São Paulo: Xamã, 2005.

ENGELS, F. A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global Ed., 1985.

FERNANDES, Florestan. O PT em movimento. São Paulo: Autores Associados. Ed.Cortez, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.43)

FERNANDES, Florestan. Pensamento e Ação: O PT e os rumos do Socialismo. São Paulo: Ed.Brasiliense, 1989.

FIORI, José L. O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

FREDERICO, Celso. Consciência Operária no Brasil. São Paulo. Ática, 1979 2ª ed

FUNDAÇÃO Perseu Abramo.Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos: Teses Para a Atuação do PT/Organização: Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória. – São Paulo: Ed.Perseu Abramo, 1998

FUNDAÇÃO Perseu Abramo. Partido dos Trabalhadores: Trajetórias. São Paulo.Ed.Fund.Perseu Abramo. 2000

FUNDAÇÃO Perseu Abramo.Partido dos Trabalhadores: Trajetórias: das origens à vitória de Lula. São Paulo:Ed.Fund.Perseu Abramo.2003.

GARCIA, Cyro. Partido dos Trabalhadores: Rompendo com a lógica da diferença. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, mimeo. 2000

GOMES, Ângela M. de Castro. Burguesia e Trabalho: Política e legislação social no Brasil 1917 - 1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p.31-107.

GOMES, Ângela M. de Castro.A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, p.189-203.

GRAMSCI, A. Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, Expressão Popular, 1978.

GRAMSCI,A. BORDIGA. A .Conselhos de Fábrica.São Paulo:Brasiliense, 1981.

GRAMSCI,A. Consejos de Fabrica y Estado de l classe obrera. México: Ed.Roca S.A., 1973.

GREMAUD, Amaury P., VASCONCELLOS, M.A. S.de, TONETO JUNIOR, R. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPPI, Luciano. O pensamento de Lênin. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GURGEL, Claudio. Estrelas e Borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

HALL, Michael M., PINHEIRO, Paulo S. Imigração e Movimento Operário no Brasil: Uma interpretação. In: José Luiz Del Roio. Trabalhadores no Brasil: Imigração e Industrialização. São Paulo: Cone/Edusp, p.43-57.

HUMPHREY, Jhn. Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1982.

IASI, Mauro L. As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KECK, Margaret E. A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

LAGOA, Maria I. O Programa Político do Partido dos Trabalhadores no Contexto de uma Esquerda em Crise. Marília/SP, UNESP. 2004. Mimeo, Dissertação de Mestrado, 2004.

LENIN, V.I. Acotaciones a la correspondencia entre Marx y Engels 1844-1883. Montevideu: Ed.Pueblos Unidos S.A, 1976a.

LENIN, Vladimir I. Um passo em frente, Dois passos atrás. In: _____ Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa Omega, 1979a Vol.1

LENIN, Vladimir I. Últimos Escritos (Testamento Político) & Diário das secretárias. Coleção Fundamentos nº 12. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979b.

LENIN, Vladimir I. Que Fazer?. In: _____ Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa Omega, 1979c Vol.1.

LENIN, Vladimir I. Para o quarto aniversário da Revolução de Outubro. In: _____ Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa Omega, 1979d Vol.3.

LENINE, Vladimir I. Os Comunistas e as Eleições. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982.

LENIN, Vladimir. Ilusões Constitucionalistas. Série Materialismo Histórico. São Paulo: Kairós, 1985.

LOUREIRO, Isabel M. Rosa Luxemburg: Os dilemas da ação revolucionária. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução? São Paulo: Expressão Popular, 1999.

LUXEMBURG, Rosa. A Crise da Social-Democracia. São Paulo: Martins Fontes, s/d..

LUXEMBURG, Rosa. A Revolução Russa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

LUXEMBURG, Rosa. Greves de massas, partido e sindicatos. In: _____ Teoria da organização Política: Escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mao, BOGO, Ademir (org.). Expressão Popular. São Paulo, 2005.

MANTEGA, Guido, “O pensamento econômico Brasileiro de 60 a 80: Os anos rebeldes” In: LOUREIRO, Maria R. (org.) – 50 Anos de Ciência Econômica no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997

MAROSI, Tânia M. Utopia e Realidade: Os núcleos de base do PT na cidade de São Paulo no anos 80. Dissertação de mestrado. PUC/SP. 2000. Mimeo

MARX, K., As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: _____. Obras Escolhidas. São Paulo: Ed. Alfa Omega.

MARX, K., O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. Obras Escolhidas. São Paulo: Ed. Alfa Omega.

MARX, K., ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In:____.Obras Escolhidas. São Paulo: Ed.Alfa Omega.

MARX, K. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In:____.Obras Escolhidas. São Paulo: Ed.Alfa Omega.

MARX, Karl. Critica da economia política. In:_____.O Capital. São Paulo: Ed.Nova Cultural, 1988.

MARX, K., ENGELS, F., Obras Escolhidas: Crítica ao Programa de Gotha.Ed.Alfa Omega. São Paulo.

MARX, K. Trabalho Assalariado e Capital. In: _____.Obras Escolhidas. São Paulo: Ed.Alfa Omega.

MARX, K., ENGELS, F. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In:_____. Obras Escolhidas. São Paulo: Ed.Alfa Omega.

MARX, K. Salário, preço e lucro. In:_____ MARX,K. e ENGELS, F. Obras Escolhidas: São Paulo: Alfa Omega.

MARX, K. Manuscritos Econômicos Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. A Questão Judaica. São Paulo: Moraes: 1991.

MAZZEO, Antonio C. Sociologia Política Marxista. São Paulo: Cortez, 1995.

MAZZEO, Antonio C. O partido Comunista na raiz da teoria da Via colonial do desenvolvimento do capitalismo. In_____Corações Vermelhas.Os comunistas brasileiros no século XX. MAZZEO, A C.,LAGOA, M.I. (org.). Cortez. São Paulo, 2003.

MENEGUELLO, Rachel. PT: A formação de um partido 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOREL, Mário. Lula o metalúrgico: Anatomia de uma liderança. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: UNB, 1982.

NEGRO, Antonio L., SILVA, Fernando T. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: _____ FERREIRA J. e DELGADO, L. de A. M. (org.) O Brasil Republicano: O tempo de experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. Livro 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Isabel R. de. Trabalho e Política: As origens do Partido dos Trabalhadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

PAULO NETTO, J. Democracia e transição socialista: escritos de teoria política. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1990.

PASUKANIS, E., Teoria Geral do Direito e Marxismo. Coimbra, Centelha, 1972.

PONT, Raul A. Da crítica ao populismo à construção do PT. Porto Alegre: Sipiema, 1985.

REED, John. Como funcionam os Soviéticos. Trad. Convergência Socialista. Editado por Convergência Socialista. p.10.

REZENDE, Antonio P. História do Movimento Operário no Brasil. São Paulo. Ática, 1994.

SADER, Emir.(org.) GRAMSCI – Poder, Política e Partido. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, Antonio Ozaí. Partido de Massa e Partido de Quadros: A social-democracia e o PT. São Paulo: CPV, 1996.

SILVA, Antonio Ozaí. História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas. 2ª Ed.(revisada e ampliada) São Paulo: Dag Graf. e Ed., s/d..

SILVA, Antonio Ozaí. Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades. Dissertação de mestrado.PUC/SP. 1998. Mimeo

SILVA, Zélia L. A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30. São Paulo: Marco Zero.

SKIDMORE, Thomas E.Uma História do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.63-85 e 243-273